



Impresso na Gráfica Editôra Brasileira Ltda., à rua
Luís Gama, 185 — São Paulo, Brasil, em 1962.

Humberto de Campos

(Da Academia Brasileira de Letras)

Notas
de
um Diarista

2.^a SÉRIE

Obra póstuma

EDITORA MÉRITO S. A.

SÃO PAULO
PORTO ALEGRE

RIO DE JANEIRO
RECIFE

Esta edição das Obras Completas de Humberto de Campos foi impressa, segundo os desejos dos herdeiros do autor, na ortografia do acôrdo do ano de 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, do qual o autor foi um dos signatários e cujo vocabulário foi publicado em 1933.

APÊLO AOS GAÚCHOS

PELA primeira vez depois da derrubada de outubro eu tenho pena de não ter participado da Revolução ou a ela aderido teòricamente na véspera. A responsabilidade daqueles que assumiram o poder, a missão que lhes cabia como reanimadores do país quasi morto de fraqueza e de susto, não eram de molde a causar inveja àqueles que se viam afastados súbitamente da política, lavando as mãos na bacia de Pilatos. Livre da parte que me podia caber nas culpas antigas, a pátria aliviava as costas, e eu a consciência.

Mas, nestes últimos dias, tenho lamentado não ser, ou não ter sido, revolucionário. É lamento porque, em tais circunstâncias, os meus companheiros de jornada, que seriam nesse caso os homens de govêrno de hoje, receberiam as minhas palavras como um conselho de amigo prudente, e não como uma insinuação de adversário despeitado.

Fosse, porém, eu, veterano da Revolução de outubro e, a esta hora, estaria procurando os meus correligionários para lhes falar da comemoração de 5 de julho, e da forma pela qual se acha ela projetada.

Eu não sei de episódio da história do Brasil que mais me tenha impressionado do que o sacrifício dos 18 do forte de Copacabana. Por êsse tempo, eu era um jornalista de oposição, e os revolucionários de hoje se encontravam, quasi todos, ao lado da legalidade. Em 1924, no segundo 5 de julho, as nossas posições continuavam as mesmas: eu na imprensa oposicionista, e êles, firmes e dedicados, apoiando o govêrno. Da primeira vez, era eu redator do "Imparcial"; da segunda, do "Correio da Manhã". Legitimamente, pois, os mortos de 1922 e de 1924 são mais meus do que dos revolucionários de 1930, que, então, os combatiam.

Mas eu não os venho reclamar. A História não é um necrotério em que a família vá pedir a entrega dos parentes, para enterrar. O meu pensamento é outro, menos egoísta, e mais humanitário.

Eu entendo que o Govêrno pode e, mesmo, deve comemorar o 5 de Julho. Eu

próprio, de mim, mesmo quando não era mais oposição, jamais contestei o mérito da epopéia de Copacabana. Em maio de 1929, já deputado governista, em artigo assinado no "Correio da Manhã" sôbre um livro de João de Minas, eu escrevia, textualmente: "Condenando embora a intervenção das classes armadas na vida política do país, tomando ao povo o lugar que a êste compete, eu considero digna de militares, de homens de brio e de coragem, a rebelião de 1922. Frustrado o plano militar desde a primeira hora de ação, que fizeram os rebeldes do forte de Copacabana? Saíram, de carabina à mão, a procurar a morte, enfrentando no seu desespero milhares de homens a serviço da legalidade. Foi um crime diante da lei, mas foi épico. A beleza do sacrifício compensou a ilegalidade do perjúrio".

A minha admiração pelos bravos de 1922 foi, pois, sempre, públicamente confessada. Na oposição ou no govêrno eu não contestei, jamais, o mérito do seu heroísmo.

É, assim, em nome dessa admiração antiga que eu tenho o dever de lamentar que se comemore com um banquete, com a presença de diplomatas estrangeiros, um episó-

dio da nossa vida interna, cuja celebração deve ser mais comovida do que festiva.

Quando, em 1927, o govêrno legal, com o apôio dos futuros revolucionários de 1930, deu por terminado o levante de 1924 em São Paulo, e a briosa brigada do Rio Grande do Sul regressava do nordeste, onde afugentara os últimos contingentes de Carlos Prestes, Juarez Távora, Miguel Costa e João Alberto, lembro-me bem que alguém, — não sei quem, — teve a idéia de sugerir a ereção de um monumento comemorativo da vitória da legalidade. E foi quando, destas mesmas colunas, uma voz se ergueu clamando contra o sacrilégio. Era Carlos de Laet que pedia misericórdia para os mortos, e respeito para os vivos, que ainda choravam êsses mortos. E levantando o seu protesto, êle lembrava o exemplo do grande Caxias, o qual, sabedor de que lhe queriam erigir no Rio Grande do Sul uma estátua por haver subjugado a Revolução de 1835, pediu e impôs, que a comemoração não fosse festiva, e se limitasse a um “Te-Deum” solene por alma de revoltosos e legalistas tombados no campo de batalha, — porque uns e outros eram brasileiros, e sangue de brasileiros era

sangue da Pátria. E a Pátria, ferida no coração, só se poderia consolar pedindo a Deus o repouso dos seus filhos mortos, — mortos por um ideal, ou mortos por um dever.

A palavra de Laet entrou pelas almas, reboou nos corações. A legalidade vitoriosa respeitou o sofrimento das mães dos revolucionários tombados em combate. Agora, chegou a hora da retribuição. Há mães, filhos e espôsas de soldados da legalidade ainda cobertos de luto.

E o banquete de 1931, como a estátua de 1927, seria uma impiedade.

O “champagne” que se bebe pelo sofrimento alheio, tem gosto de pranto.

E um gaúcho bebe sangue; não bebe lágrimas!

AS MÚMIAS HIPOTECADAS

FOI noticiado há poucos dias que o governo revolucionário do Pará havia instituído um Tribunal especial com o objetivo de syndicar sôbre as condições de fortuna dos políticos do Estado e, principalmente, sôbre a origem dos bens que porventura possuam. E essa instituição merece um comentário, que pode, por sua vez, desdobrar-se numa sugestão.

Todas as inquietações do nosso tempo são de fundo puramente econômico. O mal-estar da sociedade contemporânea provém, quasi todo, do desequilíbrio entre o salário e o custo da subsistência, decorrendo daí a deshonestidade a que alguns recorrem para sair da pobreza e o rancor com que são êles olhados pelos que nela permanecem. Um inquérito em tórno das fortunas teria, assim, dois méritos: amedrontaria os deshonestos e constituiria uma satisfação à grande massa dos pobres, que vêem na opulência dos ricos um insulto e uma afronta à sua miséria.

Uma investigação dessa ordem, impraticável num regime normal e na vigência comum dos códigos, encontraria, possivelmente, agora, a sua oportunidade. Com um objetivo policial, o govêrno que a empreendesse realizaria, de um mesmo passo, uma obra social, pacificando a pobreza afrontada, e uma obra fiscal, conferindo a realidade das fortunas com aquelas que são dadas para pagamento dos impostos. Com uma cajadada única, mataria o Estado dois coelhos, ou mais acertadamente, dois ratos.

Esse inquérito não seria, entretanto, uma novidade, uma honesta inovação moralizadora. Data ela do século VI antes de Cristo, quando Ahmas II, rei do Egito e proecto administrador, instituiu magistrados para o exame anual das finanças particulares. Todos os egípcios eram obrigados a prestar contas da sua vida, das suas rendas e dos seus gastos, impedindo-se dessa maneira que êles se tornassem ociosos, desonestos ou perdulários. Solon tomou por empréstimo uma parte dessa legislação, e Herôdoto dá conta dos benefícios por ela prestados à reforma dos costumes em Atenas, — onde se lhe acrescentou uma lei im-

pedindo os testamentos antes que o Estado submetesse a exame as contas do testador.

Outra providência prudente que o Nilo legou ao mundo e que as civilizações ocidentais olvidaram, é a que foi tomada por Asychis, successor de Mycerino. E' sabido que, na religião do antigo Egito, a alma existe enquanto existe o corpo, e que provém daí a praxe da mumificação. Preocupado com a pobreza do reino e consequente falta da palavra na realização dos negócios, determinou o soberano que se não fizesse nenhum empréstimo sem a hipoteca da múmia paterna ou do túmulo do tomador, exigência esta que equivalia, para o devedor, à perda da própria alma, ou da alma do pai.

As sábias práticas do passado aí ficam, para edificação do presente e proveito do futuro. A instituição do Tribunal verificador de fortunas seria, talvez, providencial no Brasil. A minha, por exemplo, estaria à disposição dos seus membros, temendo eu, apenas, que o govêrno adaptasse a idéia de Ahmas II à de Asychis, — circunstância que determinaria, irremediavelmente, ficar o meu corpo, desde agora, sem o consôlo, sequer, de um repouso na sepultura...

O PRESTÍGIO DE JOSÉ NO EGITO

EM encontro que tivemos na rua pouco depois de 24 de outubro, dizia-me um revolucionário histórico, daqueles que não haviam obtido ainda nem cartório nem lugar de diretor, ou de advogado, de companhia poderosa:

— O mal que o Washington fez a êste país foi maior do que vocês imaginam. E vocês, que foram derrubados com êle, devem votar-lhe maior ódio do que nós. Porque a verdade é que êle privou a nação da maior parte dos seus melhores elementos, anulando para o serviço público as figuras mais representativas da mentalidade nacional.

E como eu não comprehendesse bem:

— Sim, digamos as cousas com franqueza. O que o Brasil possuía de melhor estava grande parte com o govêrno: os homens mais experientes, os espíritos mais ponderados e, sobretudo, as melhores inteligên-

cias. E' verdade que o govêrno não os atendia e êles não exerciam sôbre as coisas públicas a menor influência; mas é verdade também que, fulminando indiferentemente os adversários, a Revolução vai em breve, bracejar no mesmo caos. O Washington não utilizava os homens de talento porque não queria; e a Revolução não os utilizará porque não os tem, ou, pelo menos, porque não os possui na medida das suas necessidades.

Dias depois era êsse revolucionário indicado para duas comissões rendosas. Não o vi mais, depois disso. Acredito, entretanto, que, após o aparecimento do seu nome na lista dos premiados, êle tivesse mudado de opinião, admitindo que a Revolução começava a possuir, e a utilizar, já, os homens de talento... O certo, porém, é que as suas palavras anteriores, me ficaram dansando na memória, e a promover confrontos entre as figuras e os atos dos dois regimes, dos quais tirava as conclusões mais diversas.

— O homem tem razão, — dizia eu; — a Nova República está fervilhando de boas intenções, mas faltam-lhe os homens capazes de executá-las. Ela tem as partituras e

o instrumental, mas os seus maestros ainda não aprenderam a música. Daí, sair-lhes o “Tannhäuser”, o “Parsifal” e o “Lohengrin” quando êles anunciam a “Tosca”, e escutarmos a marcha triunfal da “Aída” sob o título de “Sinfonia do Guaraní”.

E de mim, comigo:

— E’ a tal banda de música do Xá da Pérsia...

O aparecimento do manifesto da “Legião Revolucionária” de S. Paulo, vem, parece, agora, dar inteira razão àquele revolucionário despeitado que me falava em outubro. Peça literária de fino labor, em que se entrelaçam, em uma trama de lã e sêda, a graça e a ironia, a elegância e a fôrça, o sorriso de Páris e a subtileza ateniense, — quis o illustre romancista sr. Plínio Salgado, que o redigiu e assinou, deixar patente que a Revolução, rica de homens de boa vontade, não podia ser mais pobre, naquele Estado, de homens de idéias. E’, pelo menos, intuitivo que, se houvesse entre os revolucionários uma pena límpida e ágil como a sua, capaz de concretizar o ideal dos que se rebelaram contra as fôrças políticas dominantes na terra paulista, êles não iriam procurar

entre os vencidos, nas fileiras mesmo do P. R. P. derrotado, entre os jovens capitães que representavam na Câmara estadual aquela agremiação política, o intérprete público do seu pensamento, e o arauto oficial do que se convencionou chamar o novo pensamento brasileiro.

Telegramas de S. Paulo publicados na imprensa carioca têm procurado comprometer, é certo, perante os seus antigos admiradores e correligionários, o brilhante e agudíssimo romancista do "Estrangeiro", apontando-o como desleal à causa que até há pouco defendia. Eu sou, todavia, dos que lhe interpretam diversamente a atitude. Acho, mesmo, que êle, emprestando a sua pena, o seu estilo e o seu talento criador àqueles que derrubaram o partido que o fez deputado, acaba de prestar um serviço considerável, de ordem moral, a êsse partido, mostrando que os vencedores, por maior que fosse o orgulho advindo da vitória, tiveram de capitular no terreno da inteligência, apelando para o adversário da véspera no momento em que precisaram de espírito claro, brilhante, harmonioso, para, através dêle, falar à consciência nacional.

É Emile Gebhart quem conta, se me não engana a memória, um episódio de que os espanhóis tiraram, no século XVII, uma das suas canções populares. Nas lutas persistentes entre turcos e venezianos pelo domínio do Adriático, sucedeu uma galera de infiéis aprisionar outra de Veneza, metendo a ferros toda a tripulação. Os turcos vitoriosos não eram, porém, homens afeiçoados ao mar, acostumados ao trato da navegação, mas soldados que voltavam de uma das ilhas do Arquipelago, e que se haviam desgarrado do grosso da frota no dorso traiçoeiro das ondas. Navegando sem rumo, desconhecendo a direção dos ventos e das correntes marítimas, descem êles aos porões, e trazem de lá o piloto veneziano, a quem entregam a direção da galera. E logo as velas se enfunam, a proa corta as águas marulhantes, e os bárbaros, levados pelo seu prisioneiro e palinuro, amanhecem, um dia, diante... de Veneza!

Eu não acredito que o brilhante romancista de S. Paulo pratique uma felonía política, procurando conduzir a nau dos turcos, isto é, a galera revolucionária, ao pôrto militar do P. R. P. Uma vitória, porém,

e ela, está obtida: quando os revolucionários, donos do govêrno, do tesouro, de todos os bens materiais, quiseram um homem que soubesse dizer com elegância e brilho literário o que êles pensavam e sentiam, tiveram de submeter-se: fizeram como aqueles patrícios romanos do início da decadência, que tinham o pão, e vinho, e o ouro, e os perfumes, e as mulheres, e a púrpura, e as coroas de rosas, mas que, quando pretendiam dirigir-se pela palavra escrita aos que se achavam longe, tinham de recorrer ao estilo dos escravos ou dos libertos.

E foi assim que, dentro mesmo de Roma, Juvenal encontrou o grego vencido traçando o destino do vencedor.

Dêmo-nos, pois, nós, os elementos da Velha República, os mais vivos e festivos parabens. Os filhos de Jacó, trazidos da Mesopotâmia, são escravos do Faraó.

Mas é José, escravo, quem governa o Egito!

O SORRISO DA CAVEIRA

UMA interrogação que frequentemente se levanta no espírito dos homens que se interessam pelas nossas cousas políticas, é esta:

— Por que o Presidente Epitácio e o Presidente Bernardes, mais impopulares que o Presidente Washington Luiz, puderam sufocar duas rebeliões das fôrças armadas, e êste último não encontrou elementos para opôr-se a três unidades federativas, contando embora com dezessete?

Espíritos amáveis, dirão, talvez, que a nação se havia fatigado, já, de política ditatorial, e que o terceiro presidente pagara o crime dos dois primeiros, e os próprios, confirmando assim a verdade de que é a última gota d'água que faz transbordar o copo. A História precisa ir buscar, porém, mais longe, e mais profundamente, a origem dos acontecimentos.

A vitória dos Presidentes Epitácio e Bernardes foi devida, sabem-no todos, à so-

lidariedade que lhes deram os governos estaduais, os quais puseram à disposição do Govêrno central as suas polícias para o combate aos revoltosos. Todos nós sabemos, por tratar-se de fatos de ontem, que o Exército legal não quis, absolutamente, combater os seus companheiros rebelados. Simulava perseguições, obedecia às ordens de embarque e de marcha, mas evitava, sempre, entrar em luta, caracterizando a guerra civil. Os Estados, porém, ofereceram ao sr. Epitácio Pessoa e forneceram ao sr. Artur Bernardes as suas milícias fiéis e arregimentadas, com as quais puderam, um e outro, enfrentar situação porventura mais difícil do que aquela que ameaçava o sr. Washington Luiz.

Entre os anos de 1922 e 1924, e o de 1930, operou-se, porém, na política brasileira uma alteração profunda, cuja consequência foi a transformação das polícias estaduais em tropas revolucionárias, desaparecendo, assim, da carta dos valores militares, o único elemento de que o Govêrno da União podia lançar mão para combater as fôrças federais que contra êle se rebelassem. No momento oportuno, faltaram ao sr.

Washington Luiz os elementos com que haviam contado, de modo incondicional, os seus antecessores.

E qual o motivo dessa atitude das milícias estaduais? Trabalho mais intenso dos propagandistas secretos da Revolução junto a estas corporações? Absolutamente, não. Onde há dedicação arraigada, fracassa fatalmente a catequese visando a traição. O que houve foi, apenas, isto: a impopularidade dos governadores que o sr. Washington Luiz levou ou deixou que fossem levados ao poder nos Estados, — impopularidade que não era tão evidente no tempo do sr. Epitácio ou do sr. Bernardes.

A queda do último Presidente constitucional do Brasil foi, em suma, consequência de uma política dos governadores. Desaparecidos os velhos chefes estaduais que o poder central prestigiava e que haviam tomado a denominação nem sempre justa de oligarcas, os governadores verificaram a transitoriedade do seu prestígio, isto é, que terminando o mandato, nenhum dêles continuava a exercer influência na terra que governara discricionariamente. E veio a idéia de prolongar êsse prestígio, colocando no go-

vêno figuras secundárias da sua confiança pessoal, e não mais da confiança do partido, através das quais continuassem a dirigir o Estado, como se fossem êles mesmos os governadores. Daí a depressão dos valores na administração estadual, e a elevação ao govêrno de verdadeiros títeres, sem nenhuma autoridade ou expressão política, os quais, todavia, uma vez no poder, não tratavam senão de trair aqueles que os haviam inventado, arquitetando com a mesma ingenuidade o mesmo sonho de chefia e domínio permanente.

*

* *

Êsse regime, que se veio agravando depois do govêrno Bernardes, chegou ao seu auge nos últimos anos do quadriênio Washington Luiz. Corra-se o olhar pela galeria dos governadores empossados na segunda metade do quadriênio Washington, e pelos que se achavam indicados últimamente para êsses mandatos, e ver-se-á a depreciação que vinha sofrendo, no país inteiro, o cargo de governador. E como essas escolhas à revelia dos partidos e dos seus homens de pres-

tígio real constituía uma afronta a êsses partidos, aos seus pró-homens e ao Estado, o resultado foi o desinterêsse das fôrças políticas estaduais pela sorte dêsses governadores. À aproximação do inimigo comum, os correligionários do govêrno se desinteressaram da sua sorte, as polícias aderiram, a população rejubilou, — e veio por terra toda a máquina da velha República, num desmoronamento que surpreendeu os próprios revolucionários.

O que destruiu o regime desaparecido a 24 de outubro foi, assim, a interpretação errônea de política dos governadores e a elevação ao poder de indivíduos pelos quais se desinteressavam os seus próprios partidos. Estes possuíam fôrça política e, alguns, fôrça militar, como sucedeu em 1924, quando essas fôrças não temeram o Exército revoltado. As organizações partidárias nos Estados preferiram, porém, cruzar os braços, sepultando-se como Sansão nos escombros do templo de Dagon, contanto que desaparecessem com êles os chefetes arrancados da obscuridade pela vaidade política dos seus antecessores, e cuja elevação ao po-

der constituía, intimamente, aos olhos de toda a gente, um verdadeiro desafôro.

A Velha República não foi, pois, morta pela Nova. Suicidou-se. E se, como quer o espiritismo, os mortos acompanham os movimentos dos vivos, ela, do seu túmulo imenso a que se não pôs sequer uma cruz, há de estar vendo, com um sorriso na caveira, que a República Nova, que a substituiu, vai marchando pelo mesmo caminho...

V

O “CASAMENTO POR CONTRATO” NO PARÁ

FOI objeto de comentários, há dias, na imprensa do Rio de Janeiro, um telegrama do Pará em que se noticiava ter o interventor federal naquele Estado expedido instruções novas sôbre o casamento civil. As faculdades legislativas outorgadas aos governos estaduais nascidos da Revolução haviam sido tão amplas, (*v. g.* o abatimento dos aluguéis no Amazonas e a dissolução do Tribunal de Justiça em Pernambuco), que muita gente acreditou, parece, que no Pará se havia modificado o Código Civil, instituindo o divórcio integral, o mormonismo ou o casamento russo, abalando fundamentalmente o único patrimônio que nos resta aparentemente íntegro, e que é, sabem-nos todos, — a família cristã. Novo telegrama veio, porém, há dois dias, esclarecer a dúvida: a providência tomada pelo interventor foi contra o que alí se chama o “casamen-

to por contrato”, que, informa, ia se incorporando aos costumes por se não ter incorporado às leis.

Que é, porém, o “casamento por contrato”, a que se refere o interventor paraense? A explicação é, talvez, oportuna, ministrada por um contemporâneo do seu aparecimento naquele Estado.

Adotando o ponto de vista segundo o qual o casamento civil não é mais do que a comunhão de dois interesses, ou um contrato para uma vida em comum, alguns exegetas da lei imaginaram uma interpretação amável dêsse ato público, achando que êle podia, pela sua condição de contrato, ser lavrado não perante o juiz, mas perante o tabelião. Assim, duas pessoas maiores, senhoras da sua vontade, podiam procurar um cartório e firmar contrato para viver como se casadas fossem: a dama, comprometendo-se a residir em companhia do cavalheiro, a guardar-lhe fidelidade, a tomar conta da casa, dispensando ao outro contratante afeição e carinho; o cavalheiro, obrigando-se a manter o domicílio, a prover às necessidades da companheira, a dar-lhe determinada pensão anual ou mensal, e a adotar os filhos,

na ocorrência dêsse infortúnio. Êsse contrato, que vigorava ordinariamente por cinco anos, com direito a prorrogação no caso de entendimento, estabelecia penalidades, inclusive a de rescisão, no caso de infração das cláusulas. Um instituto, em suma, fora das nossas leis e da nossa moral, mas que, examinado com isenção, se enquadrava, perfeitamente, na galeria dos atos ditados pelo bom-senso moderno.

A primeira união provisória dêsse gênero foi efetuada alí há uns vinte anos, sendo contratantes um antigo médico parãense, diretor da Higiene e senador estadual, e uma senhora viúva, moça ainda, educada e bonita. A viúva era livre, mas o senador não estava nas mesmas condições de independência civil, pois que a espôsa legal havia enlouquecido e se encontrava em uma casa de saúde, em Portugal. O contrato foi assinado, e o novo casal passou a viver sem constrangimento na sociedade de Belém.

Pouco depois o exemplo era seguido por outras figuras do mesmo cenário. Um despachante da Alfândega, noivo de uma bonita moça filha de um industrial, conheceu de repente outra encantadora criatura, consi-

derada, no tempo, a mais formosa mocidade do Pará. Desmancha o noivado com a primeira e casa com esta. Já dizia, porém, mestre Bocage “que é quasi sempre o vício da beleza o gênio amável, condição perjura”. Ao fim de alguns anos o desventurado marido espetava as mãos na cabeça, arrependido. Divorcia-se. E, como não pode casar novamente, assina contrato com a primeira noiva, passando a constituir com esta a sua família definitiva.

Com o seu espírito claro e uma compreensão generosa da vida social e dos seus fenômenos, o senador Antônio Lemos, chefe político do Pará durante trinta anos, olhou sempre sem prevenções êsse gênero de casamentos. Isso deu ensejo à opposição para atribuir-lhe o propósito de adotar o processo que não reprovava, abandonando a sua velha companheira de quarenta anos para unir-se a uma professora municipal que, pela idade, podia ser sua neta. A verdade é que o velho chefe jamais se insurgiu contra o “casamento por contrato”, e que o considerava, intimamente, uma conquista do espírito moderno sôbre as superstições sociais e que, na sua opinião, seria êsse, mais

cedo, ou mais tarde, o regime adotado universalmente.

E' contra êsses casamentos que se levanta, agora, em nome da família tradicional, o interventor naquele Estado. Caber-lhe-á razão, todavia, para essa hostilidade? Eu, de mim, acho que, pelo menos, a sua attitude se encontra em desacôrdo com a política econômica do govêrno, que, para impedir a evasão do ouro, manda adquirir no país aquilo que se costumava adquirir no estrangeiro. E que diferença há, na verdade, entre o "casamento por contrato" do Pará, aquí considerado imoral, e o casamento legal no Uruguai que a sociedade brasileira aceita como legítimo?

VIVAMOS DENTRO DA VERDADE

ENTRE os institutos de emergência cuja criação já foi decretada pelo Governo Provisório, está o Tribunal Especial, ou Tribunal Revolucionário, cuja função consiste no julgamento dos crimes atribuídos aos homens públicos apeados do poder pela Revolução. Segundo se depreende de informações dos Estados, existe nas repartições fiscais documentação irrecusável e abundante de abusos praticados pelos administradores agora depostos e pelos seus antecessores imediatos. Abusos semelhantes terão sido praticados aquí, nos ministérios, na polícia, na Prefeitura, no Banco do Brasil, na Central, enfim, nos estabelecimentos que formam a máquina da administração. E é de poderes para verificação dêsses delitos, e punição dos que os praticaram, que se pretende investir o aparelho judiciário agora criado, o qual poderá julgar, igualmente, os crimes puramente políticos, isto é, os aten-

tados contra a Constituição que então vigorava.

Alguns momentos de reflexão sôbre a criação dêsse instituto novo e transitório deixará patente a sua desnecessidade e mais do que isso, a sua inconveniência. O maior problema que o govêrno tem a enfrentar nesta hora é convencer o estrangeiro de que vivemos em paz, com a ordem restabelecida em todos os departamentos da vida pública. Só a atmosfera serena, sem corpos estranhos no espaço, poderá atrair para o Brasil a confiança dos povos ricos, que encaminhem para cá os seus capitais, reatando as relações interrompidas desde que se formaram no céu as primeiras nuvens de tempestade. E o funcionamento de um tribunal especial, de um aparelho alheio à magistratura comum, não seria mais do que a confissão de que ainda não se acha em vigor entre nós a ordem jurídica, protetora do direito das gentes.

Os delitos que se pretende punir acham-se, todos, enquadrados nos Códigos vigorantes e podem ser julgados, sem o auxílio de institutos novos, pela magistratura regular, bastando, para maior eficiência desta, que

um decreto do Govêrno Provisório lhe dê atribuições mais amplas nos casos omissos. Um Tribunal Especial para julgamento de homens públicos dá sempre a idéia de anormalidade no país em que funciona. Êle evoca sempre o “Comité de Salut Public”, a efervescência de ódios e o exercício do arbítrio, isto é, uma justiça política ao lado da justiça legal. Por mais illustres que sejam os membros dêsse Tribunal de ocasião, as suas virtudes cívicas não são conhecidas fora das nossas fronteiras, além das quais desaparecem as figuras humanas para subsistir apenas a do instituto ameaçador que constituem.

É provável que o ato do govêrno, ou melhor, o seu pensamento, criando o Tribunal Especial, provenha da sua nenhuma confiança na magistratura que possuímos, e que é, na verdade, como tive ocasião de dizer há quatro meses em artigo assinado, uma das maiores chagas do regime. Mas nesse caso, reforme-se imediatamente o nosso aparelho judiciário, investindo aquelle que resultar dessa reforma, de poderes para julgamento dos crimes attribuidos aos políticos agora depositos. Seria uma excelente oport-

tunidade para experimentar logo essa magistratura nova, apurando a sua capacidade para o perfeito exercício das funções a que se destina. Entregues os acusados à justiça comum, com atribuições especiais, poderia o govêrno continuar o seu caminho sem se preocupar mais com êles, o que não sucederá com o julgamento pelo Tribunal Especial ou Revolucionário, que reclamará a sua assistênça constante, distraíndo-o dos cuidados exigidos pela administração.

Urge que se encerre, para o govêrno, o período das preocupações puramente políticas, ou antes, de vigilância revolucionária. Reformado o nosso aparelho judiciário e a êle entregues os que são acusados de atentar contra a fazenda ou contra as liberdades públicas, poderá o Presidente Provisório entregar-se aos afazeres da administração, que são assoberbantes, realizando as demais reformas porventura prometidas pelo programa da Revolução. Se os países que têm um braseiro interno dissimulam a sua existênça para atrair a confiança internacional, colaboradora da sua reconstituição econômica, por que devemos nós simular fogueiras pondo tiras de papel vermelho dian-

te dos ventiladores, num luxo revolucionário que poderia ser tomado por verdadeiro sadismo político?

— A paz desceu sôbre o Brasil! — dizia o sr. Washington Luiz, ameaçado pela guerra.

— A Revolução ainda não acabou! — dizem os revolucionários mais ilustres, dentro de uma atmosfera de paz.

Será possível que não possamos, jamais, viver dentro da Verdade?

VII

A CONDENAÇÃO DOS PINTOS

NO tempo em que eu era inocente, e es-crevia contos cheirando a pecado unicamente porque não sabia o gôsto que êle tinha, traduzí a história oriental que se vai ler, e a que os acontecimentos emprestam atualidade e interêsse. Alá ajude o leitor, para que êle chegue até ao fim.

“Certo dia, um ladrão, em ocasião propícia, foi informado de que o rico Djelal-ed-Din, mercador em Chiraz, havia conduzido para casa uma soma considerável destinada às festas com o casamento da sua filha, a bela Zuleika, e resolveu apropriar-se de uma parte dêsse tesouro. Para penetrar na casa era preciso, porém, saltar um muro muito alto e, nessa ginástica, o salteador veio abaixo, e tão desastradamente que partiu uma perna. Arrastando-se, foi êle queixar-se ao cádi, que mandou chamar à sua presença o rico Djelal-ed-Din.

— Por que — indagou o magistrado, com ar severo, — por que, filho de um cão, fizeste tu construir em tórno do teu jardim um muro tão alto, que êste pobre ladrão quebrou uma perna, ao tentar saltá-lo?

— Sombra de Deus sôbre a terra, que seja eu sacrificado sôbre o altar da tua prosperidade! mas se o muro que cerca o meu jardim é tão alto, a culpa não é minha: é que o empreiteiro o levantou mais do que eu desejava. Êle me cobrou um tal preço por êsse trabalho, que eu tive de vender uma parte dos meus bens para o pagar, chegando quasi a arruinar-me.

— Que se faça vir à minha presença o empreiteiro, — ordena o cádi.

— Por que, filho de um cão, — grita-lhe êste, indignado, — por que construístes um muro tão alto em tórno do jardim de Djelal-ed-Din, de modo que êle teve as maiores dificuldades em pagar-te, e que êste desventurado ladrão, ao saltá-lo, quebrou a perna?

— Sombra de Deus sôbre a terra, que eu seja imolado no altar da tua prosperidade! mas foi o meu pedreiro que assim elevou o muro, no qual empregou tanto material

que, não obstante o preço que cobrei de Djelal-ed-Din, fiquei quasi na miséria.

— Que se faça vir o pedreiro à minha presença, — tornou o juiz.

— Por que, filho de um cão, elevaste o muro de tal forma, que teu patrão, o empreiteiro, se arruinou, não obstante o preço cobrado de Djelal-ed-Din, o qual, por seu turno, viu o seu patrimônio diminuído por essa enorme despesa, e de modo que êsse infortunado ladrão quebrou uma perna?

— Sombra de Deus sôbre a terra, que eu seja sacrificado no altar da tua prosperidade! mas, quando eu estava construindo êsse muro, vi no jardim uma mulher tão bella, com o rosto descoberto, que fiquei fascinado e perdi a razão. Eu pús tijolo sôbre tijolo, sem me aperceber, e se tivesse mais material, mais teria pôsto no atordoamento daquele espetáculo encantador!

— Que me tragam essa mulher, — determinou o cádi.

— Por que, mulher impura, fôste tu passear no jardim de Djelal-ed-Din, com o rosto descoberto como uma amaldiçoada, mostrando a tua face a êste humilde operário, que, tendo por isso perdido a calma,

construiu um muro tão alto que arruinou o seu empreiteiro, empobreceu Djelal-ed-Din, e provocou o deplorável acidente de que se queixa êste desventurado ladrão?

— Sombra de Deus sôbre a terra, que eu seja sacrificada no altar da tua prosperidade! mas, eu pensava não me tornar criminosa, eu Zuleika, filha de Djelal-ed-Din, dando inocentemente, no jardim de meu pai, comida aos meus pintos!

— Que tragam os pintos à minha presença! — ordenou o juiz.

E mandou torcer o pescoço aos pintos”.

Eu regressava ontem da Academia refletindo sôbre os acontecimentos da política brasileira nestes últimos quinze anos de República; nas fraudes, nas traições, nos discursos, nas plataformas, nas apurações eleitorais, nos infinitos vícios em que fomos, todos, autores ou cúmplices. E meditava sôbre o processo a que se acham submetidos alguns dos meus antigos companheiros de Câmara, quando, de repente, me encontrei diante do Monroe, onde está funcionando o Tribunal Especial. Lembrei-me das culpas de algumas dinastias de Presidentes e Governadores, que os deputados vão pagar.

E veio-me à memória o velho conto persa, com esta exclamação de surpresa:

— Sim, senhores, é assim mesmo!

E resumindo toda a moralidade do conto:

— Tanta complicação para torcer o pescoço aos pintos...

VIII

UMA ARISTOCRACIA REPUBLICANA

ENTRE os atos do Govêrno Provisório que merecem reprovação pública e aprovação particular, está a exoneração de es-
crivães e tabeliães, ou, mais vulgarmen-
te, a expropriação dos cartórios. Indivíduos
que haviam recebido dos presidentes consti-
tucionais, por influênciã do pai, do sogro ou
da mulher, ou como retribuição de serviços
políticos mais ou menos clandestinos, um
dêsses lugares vitalícios em que o occupante
pode ficar milionário em três annos, viram-
-se de repente lançados à rua, e constrangi-
dos a viver modestamente da sua fortuna
acumulada. E o clamor público ainda foi
maior, embora desacompanhado em surdina,
dessa vez, do aplauso privado, quando se
viu que êsses cargos iam passando de uns
políticos para outros e que prevalecia, na
distribuição, o mesmo nepotismo, ou o mes-
mo critério para avaliação do mérito dos

candidatos. O açúcar, como se diz na anedota corrente, é o mesmo; as formigas é que mudaram.

Eu não sei, entretanto, de mais profunda lição de humildade do que essa, ministrada pela Revolução aos colegas do pai de Voltaire. Porque, na verdade, não havia princípio menos republicano, menos democrático, do que aquele que instituía, com a nomeação de escrivães e tabeliães, em plena República, o regime das pensões e dos benesses reais. Sob êsse ponto de vista, nós vivíamos, e vivemos, ainda, em pleno reinado de Luiz XIV.

Um cartório no Rio de Janeiro, ou nos Estados, foi sempre uma excelente fonte de renda, uma sinecura em contraste com o espírito do tempo, e a base certa, e segura, de fortunas tranquilas. O tabelião, ou escrivão, que tomava interêsse pelo seu cargo, acabava transformado em proprietário ou em capitalista, emprestando na praça a 18 % ao ano. Por isso mesmo o cartório constituía um presente de príncipes. Raro era o presidente da República, ou o ministro de Estado, ou o político em evidência, que não fazia uma dádiva dessa ordem ao seu cunha-

do, ao seu genro, ou ao seu irmão. Lauro Müller, Hermes da Fonseca, Vitorino Monteiro, Castilhos, Calmon, Azeredo, Frontin, conseguiram, pelo seu prestígio atual ou póstumo, para parentes seus, dessas cúrias rendosas e vitalícias. Quando o sr. Washington Luis adivinhou no sr. Osvaldo Aranha um amigo excelente e um adversário perigoso, deu-lhe ao irmão, numa salva de prata, um cartório de ouro. E não foi com outro remédio que o sr. Afrânio de Melo Franco, atual ministro do Exterior, pôde desagravar o seu cunhado, sr. Honorato Alves, injustamente afrontado na tragi-comédia de Montes-Claros. Era costume, porém, dos antigos políticos, uma vez nomeados em virtude de serviços prestados na Câmara ou nos Estados, arrendar a banca na feira livre das escrituras e reconhecimentos de firma, e regressar novamente à política, tornando-se assim usufrutuários de uma função exercida por outrem. Quantos cartórios havia aquí mesmo, na capital da República, sob o nome de deputados e de filhos e genros de senadores, e cujos serventuários só se recordavam que o eram quando o arrendatário lhes mandava entregar em casa, no úl-

timo dia do mês, os dez ou doze contos do arrendamento? Não era isso, acaso, uma imoralidade?

Havia, ainda, circunstâncias outras que tornavam mais antipática, se possível, a instituição dessa aristocracia republicana; se morria um tabelião, o cartório passava às mãos do filho, do genro ou do preposto que já dirigia o negócio, e que, para isso, entrava em acôrdo com a família do morto. O que a equidade mandava, ordenava, recomendava, era que se transferisse a outro chefe de família, pobre e honrado, uma dessas máquinas de fazer fortuna. Os herdeiros do defunto possuíam, porém, argumentos convincentes acumulados nos Bancos, e que calavam fundamente no bolso da advocacia administrativa. De modo que a prosperidade na família se tornava hereditária; e tão seguramente que, quando o govêrno precisava de um cartório para um amigo, ou para o parente de um ministro, tinha de criá-lo, de inventá-lo, de sobrecarregar a população com as despesas de um aparelho novo, ou de dividir os já existentes, pois que êstes pertenciam, por direito de herança, a algumas famílias privilegiadas.

A Revolução, desconhecendo a vitaliciedade de tabeliães e escrivães, prestou, assim, dois louváveis serviços à moralidade republicana. Um dêles consistiu em tirar das mãos de determinadas famílias o direito de enriquecer; e outro, em estabelecer que o escrivão ou o tabelião perde o cargo com o seu afastamento do exercício. Cartório arrendado deve ser cartório perdido. Ganha quem trabalha. O contrário é uma espécie de castigo em nome do “saibam quantos” e “em sinal de verdade”.

Dir-se-á, talvez, que o Governo Provisório procedeu mal, afastando de alguns desses lugares indivíduos que se não recomendavam por atributos intelectuais e morais, substituindo-os por outros possivelmente peores. Mas essa substituição mesmo contém lição proveitosa: deixou ela demonstrado que o direito aos antigos cargos vitalícios é tão precário que desaparece mesmo que o não exijam fôrças outras que não as conveniências eventuais da política. A Revolução acabou, de uma vez, com a superstição da vitaliciedade, última reminiscência do Império e que se não conforma, absolu-

tamente, em nenhum ramo do público serviço, com o espírito do nosso tempo.

Foi abalada, em suma, a bastilha de tabeliães e escrivães, — entre os quais se encontram, sem dúvida, figuras respeitáveis e austeras, como êsse bondosíssimo Belisário Távora, meu amigo há vinte e quatro anos, que nunca se afastou do seu cartório e teve a idéia de jamais aceitar, nele, qualquer retribuição pelo reconhecimento da minha firma em algumas promissórias de pobre. Com um simples movimento de pena lavou o Governo Provisório, em parte, as cavalariças do rei Augias.

Lavou; limpou. Mas, para disfarçar, espalhou, em seguida, um pouco do antigo estrume por cima...

O CHAPÉU NO MOURÃO

QUANDO em 1910 ou 1911 os políticos amazonenses, patrocinados no Rio pelo ministro Alexandrino de Alencar, depuseram em Manaus o governador Antônio Bittencourt, o primeiro ato de Nilo Peçanha, então na presidência da República, foi êste: organizar uma expedição constituída de fôrças fluviais e terrestres, as quais, sob o comando do general Pedro Paulo da Fonseca Galvão, alí desembarcaram e repuseram, quasi a contragosto, o velho cacique violentamente destituído do seu cargo. Debalde alegaram os políticos federais, protectores do movimento subversivo, que se tratava de um soba provinciano pouco mais do que analfabeto, que havia praticado uma infinidade de atos idiotas. Debalde lançou Alexandrino na balança da justiça presidencial a sua espada de almirante e a sua pasta de ministro. Debalde se fez ver que o “Marido da Susana”, como então se denominava o bisonho e barbudo provinciano deposto,

não poderia manter-se no govêrno sem a vigilância constante das armas da União. O presidente foi inflexível.

— O perigo não está na deposição dêsse pobre homem sem prestígio próprio, — dizia, — mas no precedente que êle abre. Se eu não o repuser, não se fará mais outra coisa no Brasil senão depor governadores.

E o tempo confirmou a profecia. Nos seus dois anos de presidência ninguém mais depôs um governador. Mas, chegado o quadriênio Hermes, e sancionada a primeira deposição, o que se viu foi toda uma série de atos dêsse gênero, que puseram em fogo e sangue o país.

Alguns jornalistas, conhecedores do funcionamento da máquina política, têm chamado a atenção dos homens de responsabilidade no novo regime para o caso do Piauí, onde algumas dezenas de policiais acabam de destituir o interventor federal investido dessas funções pelo chefe do Govêrno Provisório. E' possível, e provável mesmo, que êsse interventor, como a quasi totalidade dos que se acham em exercício no norte do país não esteja, segundo afirma a imprensa da Revolução, à altura do seu

mandato eventual. Sabe-se mesmo que, obedecendo ao velho ritmo da política brasileira, iniciara êle, já, a consolidação da sua oligarquia. Admita-se, ainda, que o seu afastamento do poder constitua uma necessidade da economia piauiense. Mas o que a sua deposição representa não é a realização de uma aspiração popular ou de uma necessidade política, mas, antes de tudo, um desacato ao Govêrno Provisório, que alí o pôs, ou que referendou o ato que o investiu no poder. Um dos grandes serviços prestados pelos chefes pretigiosos nos altos sertões do nordeste, consiste na autoridade que emprestam a qualquer objeto do seu uso. Se um fazendeiro rico intima um lavrador pobre a derubar um lance de cêrca levantada em terreno litigioso, o lavrador galopa dezenas de léguas em busca de coronel fulano. Êste confia-lhe, a título de "habeas-corpus", o seu chapéu de couro, para que êle o espete no mourão da cêrca ameaçada. Quem derubar o chapéu afronta o valente a quem êle pertencia. E a cêrca fica de pé até que se resolve o litígio.

O sr. Area Leão é o chapéu do sr. Getúlio Vargas pendurado no mais alto mou-

rão do curral piauiense. Derrubaram-no. E quem desrespeita o chapéu desrespeita o dono.

Já foi sugerido, para não deixar vestígio de maus exemplos, que se reponha êsse interventor para que êle, depois, se demita ou seja demitido pela autoridade que o nomeou. Se assim se não fizer, nada será mais difícil do que encontrar interventores honrados e sérios para investir no comando de alguns Estados do Norte. Se o govêrno os nomeia e não os garante, a política revolucionária nos Estados passará a ser uma espécie de circo romano, destinada à distribuição de carne às feras. Conta um historiador espanhol que, achando-se Dom Sancho, segundo filho de Afonso de Castela a passeio, em Roma, foi convidado a visitar o Papa, o qual, na presença de toda a côrte pontifícia, lhe dirigiu a palavra em latim, proferindo um breve discurso que lhe pareceu muito apreciado pelos presentes. Não entendendo nada da língua em que o chefe da igreja lhe falava, voltou-se o príncipe para o embaixador de Castela, indagando de que se tratava.

— Señor, — informou-lhe êste, — el Papa acaba de crearvos rei de Egypto!”

Achando-se o Egito nessa ocasião em poder dos infiéis, Dom Sancho não deixou de sorrir ao ter conhecimento da dádiva que lhe era feita. E foi com êsse sorriso malicioso que pediu ao embaixador:

— “Siendo asi, no debo mostrarme ingrato. Levantate, pues, y proclama al Santo Padre califa de Bagdad!”

O Piauí acha-se, a esta hora, sem interventor. Quem quer pôr à cabeça, com a garantia do Papa, a coroa de rei do Egito?

O ALMÔÇO DA IMPRENSA E A PRESENÇA DO CHEFE DO GOVÊRNO PROVISÓRIO

A imprensa brasileira registou anteaontem, com o almôço comemorativo que promoveu, a mais significativa e concreta das suas conquistas sociais. Pela primeira vez na história do Império e da República um chefe de Govêrno tomou lugar à mesa de um banquete, ao lado de trabalhadores de jornal, em perfeito pé de igualdade. Pela primeira vez um homem público de responsabilidade falou à nação por intermédio de profissionais do jornalismo, em homenagem a êles próprios, e não às fôlhas em que porventura trabalhassem. Pela primeira vez, em suma, um homem de Estado compareceu a uma festa de repórteres, e lhes disse, jovialmente, apertando-lhes a mão suja de tinta:

— Aquí estou, camaradas!

Para os políticos brasileiros que ascendem aos altos postos, o jornalista é, sempre,

o diretor do jornal. Pouco lhes importa que este saiba, ou não, escrever. Pouco lhes importa que, para este, o jornalismo seja apenas uma indústria, e a redação uma fábrica de que é o único acionista. Os cérebros que elaboraram o artigo político, a crítica social, o comentário severo ou gracioso, são meros aparelhos anônimos, e cujo anonimato convém conservar. Esses aparelhos trabalham no silêncio noturno, tecem e entretecem a intriga da vida e a teia dos interesses alheios. No dia, porém, em que o homem de governo pretende entrar em contacto com essas energias laboriosas, o que lhes aparece é o proprietário da empresa, o aproveitador nem sempre consciencioso dêsse pequeno mundo de formigas diligentes, o "jornalista" que chegou à direção do jornal pela gerência e que não conhece da vida de imprensa senão a fôlha de pagamento.

E' verdade que, ao lado dos autênticos e obscuros manipuladores de jornal, que arrastam, gemendo, o carro de Guttemberg, encontrou o chefe da Nação, ontem, muita môsca do coche, e que este inseto se atribue, quasi sempre, o progresso do carro na ladeira. Mas, que importa, se os legítimos donos

da casa lá estavam? Que importa se o pensamento do Presidente fôra a visita ao operariado da pena, aos proletários intelectuais que, com duzentos mil réis por mês, pagos em vales e com atraso, fazem o milagre de sustentar família, e realizam o prodígio de não andar de tanga no coração de uma cidade civilizada?

Recebendo na sua casa o chefe do Governo Provisório, podem os profissionais da imprensa dizer que, de fato, pela primeira vez, foram visitados por um Presidente da República. Porque, na verdade, as visitas feitas às redações não são levadas, nunca, aos jornalistas, mas aos jornais, que nem sempre significam a mesma cousa. Quando um homem público deseja homenagear, ou lisonjear os operários da construção civil, não vai às obras em que trabalham, aos arranha-céus em que êles serram madeira, batem o ferro, deitam o cimento nas fôrmas: vai, à noite, à sede da sua associação de classe, à casa em que êles mandam como donos, e não ao lugar em que obedecem, como escravos, privados de toda a personalidade. E não há, — saiba-o o chefe do Governo Provisório, — classe mais desprotegida, profissão

mais desgraçada, do que essa que foi honrar com a sua visita. Levantada a genealogia de Caim regista o "Gênesis" a sua posteridade até Lamec, filho de Metusael. Algum dos descendentes de Lamec deve ter casado com a filha de Asvero. Dêsse casal nasceu, com certeza, o primeiro homem de imprensa.

Quem escreve estas linhas de hoje, e não participou do almôço de domingo último, tem o prazer, ou a tristeza, de haver feito, penosamente, todo o curso na profissão. Tipógrafo, impressor, distribuidor de tipos, revisor, repórter, colaborador, secretário, redator e diretor de jornal, só lhe falta, mesmo, para encerrar vitoriosamente a carreira, ir vender fôlhas em qualquer esquina de rua. No trato da vida, a experiência dá autoridade. E é com essa autoridade provinida da experiência que eu faço aquela afirmativa.

E ela é tão profunda que o próprio Destino não quis abrir exceção, mesmo para um jornalista honorário. Segundo se lê nos jornais, o ilustre sr. Getúlio Vargas foi proclamado, unânimemente, anteontem, redator honorário dos jornais cariocas e, nesse caráter, sócio honorário da Associação de

Imprensa. Foi uma gentileza, um ato de cortesia dos jornalistas, e a que êles se achavam naturalmente obrigados. O Destino não admite, porém, brincadeiras, nem condescende com os propósitos amáveis das criaturas. Ora, o redator de jornal é um homem que, por sua natureza, vive em dificuldades financeiras. E' um homem que luta permanentemente com as crises mais tormentosas. É um homem que não pode, jamais, pagar com pontualidade os seus compromissos. Que fez, então, o Destino? Promoveu, na véspera, isto é, sábado passado, a moratória oficial, de modo que, comparecendo à festa dos jornalistas, o sr. Getúlio Vargas não fosse uma exceção entre os seus novos colegas, mas um homem preocupado, também, com a exigência dos credores!

Achava-se, certa vez, São Pedro no seu escritório à entrada do Paraíso, quando bateram à porta. Era um sujeito corretamente encadernado nas suas roupas de defunto, camisa de peito duro, ares de homem que viveu feliz e morreu sem cuidados. O chuveiro chegou ao parlatório, examinou os papéis, olhou o portador por cima dos óculos, e, em lugar de abrir a porta, foi conferir

o passaporte com a sua escrituração. Vi-
rou, revirou o papel, e tornou a examinar o
portador.

— Êsses documentos são seus mesmo?
— indagou sem simpatia.

— Sim, senhor.

O Santo entrou novamente, e curvado,
o passinho miúdo, se encaminhou para o in-
terior da mansão celeste, de onde vinha, do-
cemente desentoadado, o canto das Onze mil
Virgens.

— Dá licença, meu Senhor?

O Padre Eterno fez-lhe um gesto de as-
sentimento.

— Senhor, eu estou aquí com uma dú-
vida. Está aí um sujeito que se diz jorna-
lista. Os papéis estão em ordem. Mas, pela
minha escrituração, êle não deve a ninguém
e sempre recebeu em dia o produto do seu
trabalho.

— Tem cara de miséria?

— Não, senhor, meu Senhor.

— Vivia na abundância?

— Vivia, meu Senhor.

E Jeová, encerrando a conversa:

— Então, há troca de papéis. Mandado embora!

O chefe do Govêrno Provisório era, anteontem, na festa dos jornalistas, o representante do Brasil, que suspendera pagamento no dia anterior. Foi, alí, proclamado redator dos jornais cariocas.

Era, de fato, um colega.

JORNAIS DE ONTEM E DE HOJE

O Rio de Janeiro é, relativamente à sua população, a cidade do mundo que possui maior número de jornais diários. Por isso mesmo, — digamo-lo com franqueza, — é a que possui os jornais mais desinteressantes do mundo. Temos fôlhas quotidianas com dezenas de páginas; mas o leitor inteligente manuseia essas páginas todas em quarenta segundos, sem encontrar um assunto que lhe detenha a atenção. Se um preto do morro do Pinto aplica uma surra na crioula que o enganou, o vespertino consagra-lhe meia coluna de prosa, e o matutino duas, com a fotografia dos dois. Trava-se na imprensa da cidade, diàriamente, uma espécie de campeonato para saber qual é o jornal que consagra maior número de linhas ao assunto mais tolo, ou ao acontecimento mais insignificante. Parece, até, mesmo, que a imprensa quer fazer concorrência ao govêrno na tarefa de depreciar o “papel”.

Nessa província da nossa atividade mental pode-se dizer, sem risco de contradita, que temos caminhado para trás. O aspecto material das fôlhas tem, sem dúvida, melhorado. A feição gráfica de algumas é um atestado evidente do progresso da técnica entre nós. Mas a parte mental, e particularmente literária, representa um retrocesso considerável em relação ao jornal de há vinte e, mesmo, de há quarenta anos. O noticiário amorfo, contendo detalhada narração de furtos de galinha, brigas de botiquim, canivetadas de “Moleque Saracura” em “Moleque Pega-môscas”, ou sôbre o aniversário do “nosso eminente diretor” ou da filhinha do “nosso querido companheiro das oficinas”, tomou o lugar ocupado, outrora, pelo comentário ligeiro e elegante, pelo artigo político subscrito por nome ilustre, pela colaboração assinada, pelo sumário inteligente, enfim, dos acontecimentos e das idéias. Desligou-se o jornal da minoria que lê, para consagrá-lo à maioria que não lê.

Quando, no govêrno Hermes, o couraçado “Minas Gerais” partiu para São Salvador conduzindo o Presidente da República e o seu séquito, Rui Barbosa escreveu

um dos seus artigos magistrais lembrando que, antigamente, no tempo de Cabral e de Tomé de Souza, perlustradores da mesma região marítima, “os navios eram de pau mas os homens eram de ferro”, e que, no século em que vivemos, se observa precisamente o contrário: “os navios são de ferro, e os homens, de pau”. Da imprensa brasileira dos nossos dias pode-se dizer, mais ou menos, o mesmo: as máquinas antigas eram pobres, mas divulgavam idéias ricas; hoje, as máquinas são ricas mas imprimem idéias pobres.

Foi, assim, para mim, motivo de espanto a notícia, anteontem divulgada, de que êste matutino, e as numerosas fôlhas que fazem parte da mesma emprêsa nas grandes cidades do Brasil, vão adotar, a partir de 1.º de julho, a ortografia últimamente aprovada pela Academia Brasileira de Letras, e em que é estampado hoje êste artigo.

E' verdade que o sr. Assis Chateaubriand é mais um puro homem de letras, um artista da palavra e do pensamento, que o jornalismo pediu por empréstimo e não devolveu mais. O escritor tem feito o impossível para dissolver-se na profissão nova,

por efeito de integração. Mas o espírito literário não o abandona; e quando prepondera, é para obrigá-lo a assumir atitudes como essa, em que se revelam no mesmo homem, num lance heróico, o poeta e o paladino.

Havia na imprensa brasileira uma pequena lenda, segundo a qual o *Estado de São Paulo* correria o risco de desaparecer, pelo fato de haver, um dia, adotado a ortografia oficial portuguesa. Assinantes e anunciantes, num gesto enérgico, haviam mudado de fôlha, dizia-se, por não terem encontrado no grande matutino paulista “atividade” com “ct” e “fonógrafo” com “ph”.

A novidade correu mundo e as ortografias novas passaram a constituir um espantelho para os demais órgãos da imprensa brasileira. O leitor e o anunciante queriam as suas consoantes dobradas, o seu lírio com “y”, a sua filosofia com “ph” duas vezes. Tinham pago o anúncio e assinado o jornal com as letras todas. E como não as encontravam todos os dias, sentiam-se roubados.

O *Estado de São Paulo* acaba de declarar, entretanto, que tudo que se espalhou é fantasia, fruto da imaginação de alguns fi-

lólogos desocupados. Não houve nada disso. Os seus leitores não o abandonaram. A sua tiragem não caiu. Os seus anúncios não diminuíram. E se êle voltou à ortografia usual foi tão sòmente para não ficar constituindo uma exceção na imprensa brasileira do tempo.

A lenda morreu. E o fantasma evaporou-se.

A ortografia acadêmica apresenta, na minha opinião, apenas um pequeno ponto que violenta um pouco a nossa escrita: as terminações em “ás”, “ês”, “ís”, etc., que nos obrigam a escrever “português”, “burguês”, “país”, quando já nos havíamos acostumado ao emprêgo do “z”, em tais circunstâncias. A regra que redigí, e que não foi aprovada pela Academia, evitaria que escrevêssemos “país” com “s”, “raís”, com “s” e “trêse”, com “s”. Mas o hábito poderá mais do que os filólogos e do que a pseudo ciência que os orienta. Dentro em breve a língua estará simplificada definitivamente, contra a vontade de uns e de outros. Escrever-se-á, então, “teoria”, “tesouro”, como êles permitem, mas também se grafará “paiz” e “portuguez”, com “z”. E as Aca-

demias aceitarão. A lei do menor esforço tem, ainda, o domínio do mundo.

E aqui está o espantalho. O leitor deu, porventura, pela falta das suas consoantes dobradas ou dos grupos gregos que eram o encanto dos seus olhos mas, também, o tormento dos seus filhos? Pois a ortografia acadêmica é simplesmente isto. E é assim que, de 1.º de julho em diante, será composto êste jornal.

XII

AS RESPONSABILIDADES DO SR. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA NO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

QUANDO, na *Bagaceira*, Lúcio Marçau sobe à tribuna do Juri, na cidade de Areia, para defender o velho Valentim, assassino do suposto sedutor da sua filha Soledade, é assim que inicia o seu discurso-libelo:

— “O promotor acusou o réu em nome da sociedade e eu acuso a sociedade em nome do réu. Quem é mais criminoso: o réu que matou um homem ou a sociedade que deixou por culpa sua morrerem milhares de homens? E, antes de ser réu, êle é vítima da falta de solidariedade da raça. A sêca chegou a aprazar suas irrupções com a lei da periodicidade. Todo mundo tinha a previsão da catástrofe em datas fatais. E os poderes públicos não a atalharam; não procuraram corrigir os accidentes da natureza incerta que dá muito e tira tudo de uma vez.

Essa vitalidade aleatória ficou, até hoje, à espera da intervenção racional que demovesse os obstáculos do seu aproveitamento e fixasse o sertanejo no sertão. Dispersou-se o povo sedentário e esfacelou-se a família...”

E ia o advogado atacar mais vivamente as autoridades, quando o juiz o interrompeu, fazendo gritar a campainha, e exclamou:

— “O advogado não pode continuar a atacar os poderes públicos!”

O sr. José Américo de Almeida que escreveu êsse livro para fixar, nele, a responsabilidade dos governos na situação social das populações do nordeste, é, hoje, ministro da Viação, isto é, o homem de govêrno que tem nas mãos o destino daquelas populações, daquela gente humilde de que foi, como romancista, o mais veemente dos advogados. Moisés do regime novo, nascido da Revolução, pende das suas mãos a vara maravilhosa que enche os açudes e, fazendo correr a água lírica pelos valados, multiplica as sementes levando a tranquilidade e a fartura à palhoça do sertanejo. Na sua opinião, emitida pela bôca do apaixonado de

Soledade, os governos só deixaram morrer os homens do sertão por falta de solidariedade humana e fraterna. E como ao jovem político revolucionário sobra tudo que faltava aos ministros que passaram pela pasta que hoje lhe está confiada, o nordeste pode ficar tranquilo: se não se resolver, agora, o problema das sêcas, é que êle depende mais de Deus do que dos homens. E, nesse caso, o sr. José Américo, para não ser injusto, deve arrancar essa página ao seu livro de revoltado.

Sem dúvida, os efeitos periódicos das sêcas constituem uma das grandes manchas da civilização brasileira. Em um país em que se tivesse o sentido da ordem e da responsabilidade, ter-se-ia traçado um plano de combate ao flagelo, o qual, iniciado na monarquia ou mesmo nos primeiros dias do novo regime, já teria chegado a seu têrmo. Dinheiro tem sido consumido, e muito. Como, porém, tem faltado continuidade de ação, nada se fez, quando, com as somas dispendidas, já se teria feito quasi tudo. Daí o dever, em que está o novo ministro da Viação, de realizar integralmente aquilo que conceber; porque, se fizer apenas a metade,

essa restará inútil pela paralisação das obras no dia seguinte ao da sua substituição.

Eu também tive sonhos como os seus, em tórno de outros problemas nacionais. Redigí projetos, alguns dos quais foram apresentados, e outros morreram na pasta em que haviam nascido. E vi que, infelizmente, a melhor posição é, ainda, a de opositorista. E' Ricardo Palma quem conta que, certa noite, reuniram-se na catedral de Lima as imagens alí existentes, e tramaram uma conspiração para depôr o Padre Eterno, substituindo-o por outra entidade de maior confiança. Entrados em entendimento, foram os santos oferecer a São Benedito o lugar de Supremo Arquitecto.

— Eu? — exclamou o convidado. — Eu, não! Eu não quero ser Deus nem coberto de ouro. As responsabilidades e riscos do cargo são formidáveis. Como santo, isto é, como simples intermediário dos pedidos dos homens e dos favores divinos, eu posso me desculpar com os meus devotos, mostrando-lhes que nem tudo depende de mim. Deus, não; Deus é onipotente e onisciente, e como nem sempre faz o que lhe pedem, por lhe pedirem cousas desconcertadas, há no mun-

do, como no céu, uma infinidade de descontentes e despeitados que, às vezes, até o negam e o renegam. Reparem vocês que nós os santos, não temos tantas honras; mas, também, não somos tão insultados, tão contestados, tão escarnecidos. Não aceito, pois, de modo nenhum, o trono celeste.

E voltando-se no seu nicho, com energia:

— Prefiro ser fuzilado!

O sr. José Américo de Almeida é, hoje, para a nossa pobre gente do nordeste, uma espécie de Padre Eterno.

Mas há de ver, em breve, quanto é melhor ser, na côrte celeste, um simples e modesto São Benedito...

XIII

A SÊCA E A LEPRA

HÁ dois auxiliares do Govêrno Provisório que se encontram, nesta hora, em identidade de situação perante a opinião nacional: o sr. José Américo de Almeida, ministro da Viação, e o sr. Belisário Pena, diretor da Saúde Pública. Advogado das populações nordestinas flageladas pelas sêcas, o primeiro consagrou os seus melhores anos de mocidade à acusação veemente dos homens de govêrno, que deixavam morrer sem água centenas de milhares de patrícios nossos, naquelas regiões que Deus condenava e o homem não sabia redimir. Sacerdote do templo de Higéia, percorreu o segundo o país inteiro levantando estatísticas das nossas endemias, regressando dessas peregrinações com as mãos no ar, suplicando medidas urgentes contra a sífilis, contra a tuberculose, contra o mal de Chagas, e, especialmente, contra a lepra, que invadia e devastava os sertões. Espírito voltaireano, o sr. Getúlio Vargas, ascendendo ao poder, teve a malícia de convidar êsses dois illus-

tres idealistas para aplicar o remédio às enfermidades da pátria que ambos conheciam.

— Tu, que clamavas contra os que negavam água aos que tinham sede, toma o cântaro e vai, dá de beber aos sedentos! — disse, num sorriso, ao sr. José Américo.

E para o sr. Belisário Pena:

— Toma o bastão de Esculápio, e parte! Vai, como o Cristo, sarar os leprosos!

E os dois ficaram olhando um para o outro, numa profunda e eloquente interrogação de silêncio.

A posição dêsses dois colaboradores da administração é, na verdade, a mais difícil entre as dos homens de govêrno. Os problemas que lhes cabe resolver são daqueles cuja equação é apresentada diàriamente aos olhos do país. O nordestino, tombada a chuva do céu, ainda se cala, enquanto tem água na bôca. Mas o leproso? Como esconder à população o alarmante desenvolvimento do mal? Como iniciar a campanha contra êste, se essa campanha reclama, exige, para ser iniciada, algumas dezenas de milhares de contos?

Alguns legisladores da Velha República não ignoravam, absolutamente, êsse pro-

blema, nem a extensão da sua gravidade. Na viagem que fiz ao norte em novembro de 1928, colhi elementos para um trabalho eficiente junto aos poderes públicos da União, e especialmente junto ao presidente da República, o qual era ontem, como é hoje, o dono da cornucópia. No dia seguinte ao do meu desembarque no Rio fui ao Catete e descreví ao sr. Washington Luiz, menos como deputado do que como homem de letras, os espetáculos de que havia sido testemunha. Contei-lhe o que era, no Maranhão, a vida dos leprosos, alojados na capital em casebres de palha atrás do cemitério, sôbre cujos muros se debruçavam, mãos e rostos devorados, como se emergissem dos próprios sepulcros, para pedir esmola aos visitantes dos mortos. Narrei-lhe a cena do meu desembarque na estação de Caxias, entre a súplica subterrânea e fanhosa de mendigos sem lábios e sem nariz, que me estendiam, à espera de um níquel que seria contaminado, as inchadas mãos sem dedos. Referí a prisão de um menino leproso, que, esmolando frutas no mercado, passava-as nas chagas purulentas, indo atirá-las em seguida às crianças pelas janelas das escolas públicas. Pús-lhe, enfim, dian-

te dos olhos, um conto de Hoffmann e um canto tenebroso de Dante.

— Os senhores não têm lá um leprosário? — perguntou-me o chefe da nação.

— Há as paredes de um edifício que o govêrno federal iniciou há oito anos e abandonou no quadriênio do Dr. Bernardes, por economia. O govêrno estadual mandou cobrí-lo de têlhas para que as chuvas não o fizessem ruir. Mesmo assim, eu acho que a engenharia da União praticou um êrro na ideação dêsse leprosário. Trata-se de um hospital de três andares, com escadarias destinadas ao trânsito de doentes que, em geral, não possuem pés nem mãos. Os leprosos precisam de sol para alívio do seu mal. E como será possível a êsses mutilados a ascensão e a descida dessas escadarias e, ainda mais, a vida em celas internas em que a luz não penetra, e que se transformarão em novos focos da enfermidade? De modo que eu vinha fazer, em nome do govêrno do Estado, uma proposta a V. Excia.

E expús:

— Existe em frente a S. Luiz uma ilha, propriedade do govêrno, com água potável, em que se pode construir uma colônia de le-

prosos, de acôrdo com o plano de Osvaldo Cruz publicado em 1912. Construiremos aí algumas centenas de casas de palha ou de madeira, conforme a condição social do doente, e que serão queimadas à medida que êles forem morrendo, construindo-se outras, para os doentes novos. E' preciso fornecer ao enfêrmo um ambiente aproximado daquele em que vivia quando bom: e os nossos leprosos são, na sua quasi totalidade, gente humilde, que vive em palhoças. O comandante Magalhães de Almeida, presidente do Estado, manda propor a V. Excia. o seguinte: que a União contribua com 50 contos e o Estado com 50. Construiremos o leprosário com soldados e presos. Os suprimentos ordinários serão feitos pela verba do Saneamento Rural, constituídas pelas atuais contribuições do Estado e da União.

— E' impossível, — respondeu-me o Presidente.

— A União não poderia dar, sequer, 25 contos? O Estado contribuiria com 75.

— Nem com 5. A sua proposta é louvável e justa. Mas, se eu der ao Maranhão qualquer auxílio, terei que dar também aos outros Estados. E não convém abrir prece-

dentes. Mesmo porque, como o senhor sabe, eu entendo que os serviços de assistência e saúde públicas devem caber exclusivamente aos Estados. A União já tem encargos demais.

E ficou o Maranhão, assim, sem a sua Lazarópolis.

Em dezembro de 1929, em excursão pelo interior de S. Paulo em companhia do Presidente Pires Sexto, viajávamos de automóvel entre Jundiá e Campinas quando o carro se deteve, de súbito.

— Veja isto, — disse o funcionário do Estado que nos acompanhava.

Olhei. Eram quatro leprosos, montando dois cavalos pacientes. À garupa dos animais balouçavam algumas dúzias de galinhas, amarradas de cabeça para baixo.

— Êles criam galinhas, — disse-me o informante, — e vão vendê-las aos revendedores, que as levam para os mercados...

E' o combate a êsse flagelo que o Governo Provisório confiou ao sr. Belisário Pena. E eu só desejava viver mais uns 200 anos para saber o que será extinto primeiro no Brasil: se a lepra ou a sêca.

X I V

UM MOÇO QUE TEM ALGUNS SÉCULOS

TENDO os jornais noticiado que o director dos Telégrafos ia inaugurar no seu gabinete o retrato do sr. José Américo de Almeida, ministro da Viação, apressou-se êste em enviar à imprensa uma nota official, contestando a informação divulgada. E a nota acrescenta ser deliberação do jovem ministro do Govêrno Provisório não consentir, enquanto se encontrar no exercício de altas funções públicas, homenagens à sua pessoa por parte dos seus subordinados, especialmente inauguração de retratos ou o batismo, com o seu nome, de ruas, pontes, becos, vilas, cidades, estações de estradas de ferro ou simples agência de Correio.

Eu não sei quantos anos tem, hoje, o sr. José Américo de Almeida. No Brasil há pouco interêsse pela biografia dos homens públicos nas épocas em que o govêrno não tem dinheiro para poliantéias. E a data do

nascimento dos homens de letras, em geral, só vem a ser conhecida no dia da sua morte, quando a família, mexendo-lhe nos papéis em busca da apólice de seguro de vida ou dos níqueis que sobraram dos remédios, descobre a certidão de batismo e envia à imprensa o necrológio, escrito por alguma professora da vizinhança. O sr. José Américo deve ser, porém, um moço de trinta e cinco a trinta e seis anos. Nasceu, em 1894 ou 1896; mas o seu espírito procede, talvez, pelo seu conhecimento dos homens e das fraquezas que lhes são imanentes, da geração que fez a Primeira República e que desabrochou aí por 1865. A sua prudência, recusando demonstrações de aprêço em molduras coroadas com as armas nacionais ou em papéis com o carimbo do govêrno, tem cabelos brancos, e rugas na face triste. Sobre ela rolaram, trabalhando-lhe a couraça, desilusões melancólicas e inquietos descontentamentos da vida.

O sr. ministro da Viação é, em suma, ao que parece, um jovem cuja alma tem, como a dos homens esforçados que nascem pobres, a idade do mundo. Flaubert descobriria na sua melancolia e no seu desencanto

da glória pública, um espírito “contemporâneo das idades”.

Êsse feitio, refletido na sua atitude contrária a manifestações de admiração transitória merece registro e aprêço. Êle revela um político que não perdeu no govêrno a sua consciência de homem de letras, e que reconhece, entre os esplendores da investidura nova, que o nome estampado na frágil fôlha de papel do frontispício de um livro é mais duradouro do que aquele que se pinta na madeira, ou grava no bronze, ou se confia ao zinco esmaltado, para uma plataforma de estação, uma fachada de casa, ou uma esquina esquecida ou movimentada de via pública. Eu vejo todos os dias gente parada diante dos mostruários da livraria Garnier, comendo com os olhos os nomes que se acham no dorso dos volumes encadernados; e ainda não vi ninguém de pé, de olhos erguidos, pouco adiante, soletrando o nome de Moreira César no canto da rua Sachet...

A vaidade política não é privilégio dos regimes, mas dos indivíduos. Nesta segunda República, à semelhança do que sucedia na primeira, há também quem suspire pelo

retrato a óleo na repartição, e com as pequenas homenagens da nomenclatura geográfica. E haverá ingênuos da mesma família na terceira e na quarta, quando elas vierem, trazidas pela irremediável inquietação contemporânea. Refere Gregório Besedovsky no seu famoso livro sôbre a atividade doméstica do comunismo, que, indo à Ucrânia, em visita aos amigos que lá deixara, soube que o presidente do "soviet" de um dos distritos regionais decretara a inauguração do seu próprio retrato em todas as repartições públicas, alegando que isso contribuía para fortalecer a sua autoridade. E se até no comunismo as vaidades abrolham assim, que não serão elas em um país em que há, ainda, burgueses e aristocratas? Êsse comunista ucraniano repetia, aliás, apenas, o ato daquele Astidamas, poeta ateniense, discípulo de Isócrates, e que, tendo escrito êle próprio a inscrição para o pedestal da sua estátua, fê-la com tão descompassada lisonja a si mesmo que foi multado por crime de imodéstia.

Continue, pois, o sr. José Américo de Almeida, a quem não conheço senão através dos seus livros, a manter a mesma alti-

va e nobre compostura de homem público. Um retrato, hoje, em uma repartição do governo, é mais do que uma desconsideração: é uma afronta. Aqueles que hoje o suspendem num tumulto de palmas, fá-lo-ão descer amanhã sob uma saraivada de injúrias.

E, se consentir, constrangido, a uma dessas homenagens, peça aos promotores da cerimônia que ponham no fôrro do teto, para passagem do fio de sêda, um carretel como êsses de reposteiro. É uma precaução. Pelo menos, quando tiverem de apeiar o quadro, o Estado fará a economia da moldura e do vidro.

AS TAXAS SÔBRE O PAPEL
DE IMPRESSÃO E O "TRUST"
PAULISTA

EU não sei se a Comissão nomeada pelo Governo Provisório para organizar as leis de meios destinados ao exercício de 1931, está incumbida de estudar também o orçamento da receita, ou se se vai limitar à elaboração, apenas, dos da despesa, deixando para mais tarde a parte mais séria do nosso problema fiscal, que é, evidentemente, a revisão das tarifas alfandegárias. De qualquer modo, o autor destas considerações vai mais uma vez cumprir com o seu dever, chamando a atenção dos homens públicos do momento para um dos numerosos absurdos do nosso proteccionismo aduaneiro.

Se há por aí algum leitor desocupado que venha acompanhando as minhas letras nestes últimos anos, êsse já compreendeu, com certeza, que eu me quero referir à taxa exorbitante que pesa sôbre o papel para livros, — matéria que foi objeto constante

de reclamações minhas na legislatura passada, na Câmara dos Deputados. Durante três anos apresentei por ocasião da votação dos orçamentos, emendas no sentido de desafogar as letras, desapertando as mãos que as garroteam; e três vezes tiveram essas emendas parecer contrário da Comissão de Finanças, que fulminava com três palavras sêcas toda a documentação que lhe eu apresentava. Fui até à presença do último Presidente da República, em nome da Academia Brasileira de Letras, levando-lhe memoriais, que esta lhe mandava. E tudo em vão. Estive sempre a ferir as mãos, batendo inútilmente em portas de pedra.

O assunto é, hoje, notório e popular. Um quilo de papel do Canadá ou da Escandinávia chega ao Rio ou a Santos por mais ou menos 600 réis. Aí por 1918, surgiu em S. Paulo a primeira fábrica de papel. Êsse estabelecimento produzia o artigo, e o fabrica ainda, do seguinte modo: importa a massa e os ingredientes complementares, e aquí se limita a passar êsse material pela fôrma, dando-lhe, assim, o caráter de artigo nacional. Ê uma indústria como a do fósforo, que importa a parafina e os palitos

já feitos, e as caixas convenientemente cortadas, e não faz senão mergulhar os palitos na parafina e acondicioná-los nas caixas. Montada a primeira fábrica de papel, fizeram os seus proprietários constar perante os governos protecionistas, a necessidade de amparar a indústria nova. E, para isso, propuseram, e conseguiram, uma taxa proibitiva para o similar estrangeiro, a qual é, há alguns anos, de 200 % sôbre o valor da mercadoria. Conseguido êsse aumento de tributação, elevaram o preço do produto chamado nacional; e tão hãbilmente que, saindo o papel escandinavo ou canadense por \$600 nos portos brasileiros, e por 1\$800 despachado, vendem êles o seu a 1\$600 ou 1\$700, ficando, assim com os 200 % da diferença, isto é, com a parte destinada à fazenda pública.

Dir-se-á, talvez, que os fabricantes de papel, que formam hoje um "trust" poderoso, impedem a evasão do ouro, que fica no Brasil quando, de outra maneira, seria remetido para a Suécia ou para o Canadá. Mas êsse serviço prestado ao país é em grande parte aparente, pois que o ouro sai na matéria prima que os industriais adquirem no

estrangeiro. E se não vai todo, é porque os fabricantes ficam com dois terços, arrebatados ao consumidor com a cumplicidade ingênua do fisco. Em outras palavras, e para aproveitar uma velha e conhecida imagem sertaneja: o govêrno pega no chifre da cabra para os fabricantes de papel sugarem o leite.

Uma circunstância vem, agora, apressar a morte do livro brasileiro. Há seis ou oito anos, foi assinado, em Portugal, um convênio, pelo qual os dois países se comprometiam a permitir a entrada, livre de direitos aduaneiros, de livros impressos; o livro brasileiro penetraria livremente em Portugal e o livro português teria franca entrada no Brasil. Êsse regime, que ainda hoje vigora, faz lembrar, entretanto, aquela combinação em que um dos sujeitos entrava com a cabeça e o outro com o cacete. Tendo decretado a entrada livre, em todo o país, de papel para livros, Portugal possui êsse artigo a preço baixo, não só pela isenção aduaneira como pelo frete exíguo, em virtude da sua proximidade dos centros produtores. Forçado, por fatalidade geográfica, a pagar frete mais alto e taxas aduaneiras

verdadeiramente proibitivas, o Brasil não pode, evidentemente, mandar livros ao mercado português. Resultado: a entrada livre, aqui, do papel com o pagamento português e termos de pagar 1\$200 de direitos pelo quilo de papel para imprimir a carta de "A B C" e a tabuada. E, se não quisermos pagar 1\$200 à Alfândega, teremos de contribuir, além do custo normal do artigo, com 1\$100 para os fabricantes paulistas, que nolo vendem como se o importássemos do estrangeiro.

Ninguém deseja, neste momento, a supressão da barreira alfandegária criada para a importação de papel. Mas ao governo compete, sem dúvida, o direito de examinar a razão por que o "trust" dêse artigo não o vende mais barato, uma vez que êle exerce essa compressão sôbre as letras e sôbre a alfabetização do povo, à sombra da autoridade fiscal da União, que não tem feito mais, até agora, do que montar guarda à esquina, enquanto um grupo de honrados industriais despoja, pondo-lhes o revólver à bôca, o ensino e a literatura.

Haverá quem estranhe que, sendo êsse caso tão alarmante, não tenha a imprensa

clamado unânimemente contra êle. Mas a resposta é simples: o “trust” de papel pôs fora da sua rede os jornais, que importam o artigo com isenção de direitos, deixando sob o seu guante unicamente os desprotegidos de Deus e dos homens, isto é, os escritores e as crianças. Se os fabricantes haviam criado uma exceção para os jornais, por que havia a imprensa de pagar uma gentileza com uma delação?

As autoridades da República, armadas de atribuições ilimitadas, podem e devem submeter a exame êsse problema da indústria papeleira e verificar de que elementos se compunham, nestes últimos dez anos, as diretorias das fábricas dêsse artigo de primeira necessidade para o espírito. O Governo Provisório, como a legalidade vencida, concordará, possivelmente, com o regime vigente. Mas, antes de ir no “embrulho”, cabe-lhe o direito de examinar o papel.

XVI

A REPÚBLICA POSITIVISTA DE 1889 E A REVOLUÇÃO CATÓLICA DE 1931

A CHA-SE publicado há dias, para receber crítica e emendas dos leigos e dos entendidos, o anteprojeto da lei eleitoral. E tanta gente emitiu, já, opinião sôbre matéria tão grave, que eu, que me encontrava a um canto retraído e respeitoso, me dispo de cerimônias e revisto de coragem e venho, também, para as proximidades da panela, mexer o angú alheio. O burro da fábula, soprando na frauta, arrancou do seu âmago, por mera casualidade, um assobio harmonioso. E quem me dirá a mim que eu, por uma piedosa condescendência dos deuses, não consiga, por minha vez, ter uma palavra de sabedoria sôbre assunto de que não entendo? Jesús, filho de Deus, escolheu um presepe, a humildade da mais rústica mangedoura da Galiléia, para vir ao mundo. A Verdade não se poderá dar, igualmente, ao mesmo capri-

cho divino, escolhendo para nascer a cabeça vazia de um pobre?

Eu confesso que, até agora, ainda não li o anteprojeto por inteiro. Êle tem tido nas minhas mãos o destino de um pão nas de um mendigo sem fome; tenho-o mordido aos poucos, ora começando por uma ponta, ora por outra, ora arrancando, com uma dentada, um pedaço do meio. Irei definindo, assim, com sinceridade cabocla, a resistência de cada bocado, e o gôsto que êle tem.

Uma das surpresas mais originais que o anteprojeto reserva a quem o examina, é a recusa do direito do voto aos membros de comunidades religiosas, sob o pretêsto de que êles prestam voto de obediência e, portanto, não podem desfrutar a autonomia que se requer de um cidadão. E' a revivescência, apenas, de uma disposição constitucional antiga. E a oportunidade dessa revivescência reclama exame e discussão.

A Constituição de 1892 estabeleceu essa exceção por motivos puramente históricos, hoje desaparecidos. A República de 1889 foi arrancada das entranhas de um Império aliado à Igreja, pela mão de soldados positivistas. Tendo de separar os xifópagos, os

militares procuraram debilitar um dêles para que se não desse, de novo, a junção dos dois organismos. Era uma providência preventiva, e necessária. A República de 1930 teve, porém, origens exatamente opostas. Se os capitães e coronéis de 1889 eram positivistas que se destacavam do Império católico para salvar a nação, os tenentes de 1930, são, na sua quasi totalidade, católicos, praticantes, que se destacam, com o mesmo intuito político, do Estado positivista ou indifferente.

A situação do Brasil em 1889 era, mais ou menos, a mesma da Espanha em 1931. As razões de defesa que o moveram, são as mesmas que levaram os legisladores espanhóis a recusar direitos políticos aos eclesiásticos, no título V do projeto submetido à sua Constituinte. A revolução brasileira de 1931 teve, entretanto, origem precisamente diversa. Examinando-a bem, ela constituiu, sob o ponto de vista religioso, mais uma reação do que uma revolução. Aí estão, demonstrando essa verdade, a permissão do ensino religioso nas escolas; a participação dos sacerdotes nas excursões promovidas pela Aliança Liberal, com os discursos incendiá-

rios do padre Pena, do padre Serra, do padre Matias Freire; e os sentimentos católicos da maioria dos oficiais que desembainharam a espada contra o poder constituído. E, finalmente, para fixar o fenômeno pela anedota concreta, o papel representado pelo próprio Cardeal, intervindo junto ao chefe do governo legal para quebrar-lhe a última resistência na manutenção do poder virtualmente perdido.

A recusa do direito de voto aos membros de comunidades religiosas sob o pretêsto de que êles se acham sujeitos a um voto de obediência, constitue, assim, uma anomalia, ou, melhor, um anacronismo. Representa, mesmo, um ato de hipocrisia involuntária. Exclusão da União Soviética, e de uma ou outra democracia de segunda ordem ainda ameaçada por uma reação clerical, nenhuma nação reorganizada depois da guerra inclue o voto religioso como estigma condenatório do cidadão. A Alemanha, a Áustria, a Estônia, não estabelecem nenhuma exceção, primando, mesmo, em assinalar a igualdade dos seus cidadãos de qualquer credo, e a situação dêles dentro da sua igreja. Quanto menores forem, em suma, as exclusões nas

classes esclarecidas, mais o poder público representará, no Brasil, a vontade nacional.

Os rigores da disciplina religiosa não passam, hoje, de uma ficção, ou de reminiscência de uma superstição medieval. O frade, em nossos dias, é mais livre, politicamente, do que o operário de uma fábrica ou o empregado de um estabelecimento de comércio. A tirania do dinheiro é mais rigorosa do que a tirania da fé. E' mais fácil a um monge fugir às imposições do seu superior, em nome da sua consciência, do que um funcionário às exigências do seu ministro, em nome do seu interêsse.

Comecemos, pois, riscando da lista dos anatematizados, dos brasileiros fulminados com a recusa dos direitos políticos, o membro de comunidade religiosa. Já mantivemos essa disposição de lei durante cêrca de quarenta anos e isso nada nos adiantou. Abramos os braços e recebamos os que se dizem portadores da palavra de Deus. Pode ser que Deus, desta vez, venha com êles.

E passemos adiante.

XVII

A TEORIA FEMINISTA DE NOVICOV

A alteração parcial mais importante do anteprojeto de lei eleitoral, é, sem dúvida, a que se acha consubstanciada nos artigos 8.º e 9.º, e respectivas alíneas, isto é, a concessão do direito de voto às mulheres moral e economicamente emancipadas. Em artigo publicado em janeiro de 1930, nove meses antes da Revolução, eu escrevia, textualmente: “O que as feministas brasileiras têm a fazer, é trabalhar por uma reforma da Constituição, em que se limite o direito de voto. Êste poderá ser concedido a todos os brasileiros que tenham atingido a maioridade, e que representem uma fôrça conciente da nação, sem cogitações de sexo. A professora, a funcionária pública, a proprietária, a moça empregada no comércio, a mulher, enfim, que concorre com a sua atividade inteligente para o enriquecimento da nação, verificado pelo imposto sôbre a renda, ficaria com o direito de votar e ser votada. Pa-

ra concessão do voto masculino seriam feitas as mesmas exigências. Porque a verdade é que só deve intervir nos negócios públicos aquele que concorre para os cofres do Estado com uma parte do seu trabalho, adquirindo dessa maneira a regalia de interferir na escolha dos guardiães da sua contribuição”.

Justificando essas palavras, vestimenta de uma opinião imutável, várias vezes enunciada, eu as apoiava nesta famosa passagem de Novicov: “Em uma sociedade organizada conforme a natureza das coisas, a mulher será educada desde a infância, com o mesmo objetivo que o homem: viver do seu trabalho. Deve ser assim, porque o trabalho é a lei universal de biologia... Assim, enquanto o fim da mulher não seja viver do seu trabalho, será deshonesto, pois viverá à custa de alguém. A mulher deve ser, pois, uma unidade econômica independente”. E eu concluía: “E’ sôbre essa base que as feministas brasileiras devem pleitear o direito de voto, aliando ao mérito do trabalho a capacidade mental, que é, aliás, a origem daquele. Imposta essa condição aos dois sexos, a mulher realizaria legítimamen-

te a sua aspiração, ao mesmo tempo que acabaria com os direitos assegurados, até agora, ao homem parasita”.

Os artigos 8.º e 9.º do anteprojeto correspondem precisamente a essa previsão. As mulheres capazes de discernimento vão ter o direito de voto. E, se a lei não estabelecer, de modo positivo, a limitação do voto masculino, recusando-o a indivíduos que se encontram na situação de mulheres às quais é êle negado, tais são as dificuldades criadas pelo alistamento, que êsse inconveniente ficará virtualmente compensado.

Escrevendo certa vez sôbre as conquistas científicas que revolucionaram o mundo, assinalou Anatole France: “Quando da árvore da ciência um fruto cai, é que êle está maduro; ninguém o poderá impedir de cair”. Durante quinze anos as feministas brasileiras se bateram pelo reconhecimento do seu direito ao voto, alegando que a Constituição de Fevereiro lhes assegurava essa regalia quando se referia a “cidadãos brasileiros”. Era, evidentemente, um sofisma. Antes de 1910, todas as Constituições que admitiam o sufrágio universal falavam em “cidadãos” ou em “súbditos”; e ninguém in-

terpretava êsses vocábulos como compreendendo ambos os sexos. À medida que foram adotando o voto feminino, todas aquelas Constituições alteraram o artigo referente à matéria, — exceção, apenas, da grega, que o regulamentou em separado. Entre nós, pretendia-se conceder êsse direito por mais uma simples interpretação quando por toda parte êle foi reconhecido e proclamado por meio de revisão. Até que chegou, para as mulheres, a hora de verem amadurecido o fruto jurídico. Chegou no Brasil a hora do pomo tombar da árvore.

A impossibilidade de ler todos os jornais da cidade, e alguns dos Estados, não me permite avaliar o modo por que as orientadoras do feminismo brasileiro receberam o trabalho dos srs. Assis Brasil e João Cabral. Tenho lido, todavia, a opinião de alguns homens públicos, que censuram os legisladores por não darem ao voto feminino maior extensão, universalizando-o, como na Alemanha. Queriam êles, parece, que se concedesse êsse direito à “nhá” Carlota, à “mãe” Antônia, à “tia” Francisca, à “siá” Miquelina, todas as macacas de saia a que puseram nome de gente e que prestam ao

gênero humano alguns serviços domésticos. O problema político do Brasil não consiste, porém, em conceder o voto às macacas, mas em arrancar aos macacos aquele que lhes foi atribuído. E as mulheres brasileiras verdadeiramente inteligentes devem estar de acôrdo no reconhecimento dessa verdade. No prefácio de *Le lys dans la vallée*, se me não engano, Balzac demonstra que, em 1835, a França não possuía mais de 500.000 mulheres. Porque êle não considerava criaturas dignas dêsse nome cêrca de 14 milhões de entidades do sexo feminino que viviam em companhia dos homens, e cuja finalidade era apenas a gula e a procriação. O anteprojecto procurou, nesse ponto, dignificar a Mulher, distinguindo-a pelo processo de Novicov, isto é, pela seleção econômica.

O maior mérito dos artigos 8.º e 9.º está, assim, precisamente, naquilo que outros apontam como um defeito.

E vamos, dêste modo, aos poucos, e a examinar uma por uma as árvores que a constituem, penetrando a opulenta e intrincada “selva selvaggia”.

XVIII

CIRTA E AS SUAS ESTÁTUAS

ENTRE as originalidades que assinalavam a cidade de Cirta, na África Romana, estava o modo por que os homens ricos procuravam fixar-se na retina dos contemporâneos e na memória dos pósteros: mandava cada um esculpir o seu próprio busto ou o seu vulto por inteiro, e plantava-o na via pública. De tal forma a idéia fez costume que, em breve, se tornou preciso um édito removendo aquelas centenas de figuras de mármore, as quais, entulhando as ruas com a sua impassibilidade, prejudicavam o trânsito aos homens de carne e osso.

É para êsse castigo infligido aos homens de outrora que vai o pensamento quando refletimos sôbre a confiança ingênua dos homens de hoje. E, principalmente, quando meditamos sôbre as modificações que vai sofrendo, de norte a sul, a nomenclatura geográfica ou simplesmente urbana com as novas denominações das cidades, das vilas,

dos povoados e dos simples logradouros nos centros populosos. Estamos de uns vinte anos a esta parte, e cada vez mais, com a mania de divinizar os homens vivos, ou de antropofilia imediata. Os belos e expressivos nomes históricos vão desaparecendo dos mapas e das esquinas de rua. E só não está, já, toda a geografia transformada em súpula de dicionário biográfico porque as placas e as denominações recentes se sucedem umas às outras, de modo que as glórias, quando muito, tem a duração precária de quatro anos.

Essas observações, não as enuncio hoje, mas desde que o fenômeno que as motivava me despertou a atenção de homem desconfiado. Escrevendo há dois anos sobre o livro *O Tupí na Geografia Nacional*, do sr. Teodoro Sampaio, lá deixei, no artigo, o meu protesto contra a substituição dos antigos nomes indígenas que batizavam as nossas localidades sertanejas por outros de expressão transitória, e que não eram mais, às vezes, do que o do presidente do Estado ou do chefe de um partido local. Consagrando-se com isso o regime da lisonja, vai-se ao mesmo tempo alterando indefinidamente a geo-

grafia e matando a tradição, que constitue, como ninguém ignora, a espinha dorsal dos povos verdadeiramente dignos dêsse nome.

E' preciso meditar, ademais, sôbre o que há, em tudo isso, de infantil e de ridículo. Abra-se a carta geográfica de qualquer país culto e veja-se quanto é raro nele, o nome próprio, individual, adaptado à geografia. Exceção da Rússia, que ligou o de Lenine ao da sua antiga metrópole e dos Estados Unidos, que deram à sua capital o do patriarca da sua independência, não se encontra nenhum país em que a biografia política se ache tão estreitamente ligada à geografia. Mesmo assim, é preciso observar que os Estados Unidos edificaram uma cidade para cultuar a glória do fundador da nacionalidade e de que a Rússia se limitou a substituir um nome próprio por outro, isto é, o de Pedro, o Grande (Petrogrado), pelo de Lenine (Leninegrado). Apagar velhos nomes consagrados pela tradição para escrever o de contemporâneos cuja obra ainda vai ser julgada, isso, com perdão da palavra, é coisa que só se vê no Brasil e nos países de incultura congênere, em que o culto

de Deus, com “D” grande, foi substituído pelo culto do homem, com “h” pequeno.

É padrão dessa fraqueza — e a boa justiça começa por casa, — o Estado em que nasci. O mapa do Maranhão vem se tornando, pouco a pouco, uma lista de governadores. Benedito Leite, Urbano Santos, Godofredo Viana, são, hoje, nomes de cidades ou municípios. Creio que o sr. Magalhães de Almeida foi o único nos últimos tempos que não deixou o seu gravado na carta geográfica do sertão, preferindo deixá-lo no próprio solo, em estradas de rodagem e louváveis benefícios locais.

E a capital não era mais do que o resumo ou o índice biográfico do sertão. Não havia nome de deputado, de senador ou de amigo ou parente destes, que não batizasse uma rua ou uma praça no coração da cidade. Eu mesmo possuía a minha (batizada, aliás, antes da minha entrada para a Câmara) e que se denominava anteriormente, e já deve denominar-se hoje de novo — rua do Coqueiro. Era uma substituição acertada para quem começou a subir na política, e escorregou. O meu nome se não caiu ainda deve cair quanto antes, ficando apenas o coquei-

ro sem o obscuro homem de letras que nele se achava trepado.

De regresso do Estado em 1928, eu externei estas mesmas opiniões em palestra com um redator do *Jornal do Brasil*, que as registou.

— Em toda parte — disse-lhe eu — as ruas conservam os seus velhos nomes e modificam-se com o aparecimento das novas casas. No Maranhão elas conservam as velhas casas e só se alteram porque tomam novos nomes.

E era isso uma pura e honrada verdade.

Preste, pois, a Revolução êsse serviço à História, à Geografia e ao Bom-Senso: ponha têrmo a essa graciosa consagração de homens vivos, restituindo os velhos nomes às velhas ruas e aos velhos lugares. O tempo é a única autoridade que pode decretar a perpetuação de uma glória humana. E se os vivos derem, ou consentirem que se dêem, os seus nomes às cidades e, particularmente, aos logradouros públicos, é conveniente que preguem as placas com parafusos. Porque, quando, amanhã, os homens do dia tiverem de arrancar os dos de hoje,

como os de hoje estão arrancando os dos de ontem, os proprietários do prédio de esquina ficar-lhe-ão devendo, pelo menos, uma fineza: a de não lhes terem esburacado muito a parede.

FILIPE DE COMMYNES E A BATALHA DE MONTLHÉRY

FOI noticiado há dois dias haver o sr. Afrânio de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores do Govêrno Provisório, respondido à Comissão organizadora da próxima Conferência Interparlamentar de Comércio, a reunir-se em Praga, declarando que o Brasil não se faria representar nessa feira cosmopolita de vaidades por dois motivos: primeiro, porque não temos Congresso, do qual fossem tirados os nossos delegados; segundo, porque a opinião pública não considerava satisfatórios os resultados dessas reuniões internacionais, as quais até hoje não resolveram nenhum dos grandes problemas do nosso tempo.

Eu tenho pelo sr. Afrânio de Melo Franco uma antiga simpatia, temperada por uma velha admiração. Membro da família espiritual a que pertenceram Carlos Peixoto, Alcindo Guanabara e poucos mais, é êle um desses homens cépticos e encantadores

que olham o mundo de muito alto, e com uma sobranceira elegante que irrita os espíritos positivos e rudimentares. Eu não sei se é Sainte-Beuve ou Paul Souday que, estudando a obra e a vida de Commynes, assinala como foi êsse historiador encontrado entre os combatentes na batalha de Montlhéry, travada entre Luiz XI e Carlos, o Temerário. Acompanhava o escritor a côrte do rei de França quando se deu o combate. Misturaram-se, na confusão, homens de salão e homens de armas. E, no tumulto dos que manejam espadas e arcabuzes, é visto Filipe de Commynes com uma pena no chapéu e outra na mão. O sr. Afrânio de Melo Franco, no meio dos revolucionários de outubro, recordou, na realidade, o historiador de Luiz XI, ou, mais precisamente, um filósofo grego que, passeando no seu jardim, verde laboratório dos claros pensamentos, se visse de súbito envolvido por dois exércitos beligerantes, e fosse levado por um dêles, como um dos seus, depois da vitória.

E' isso que explica, talvez, ter êle reconhecido tão tarde a ineficiência dêsses ajuntamentos internacionais, que muito gastam e nada resolvem. O sr. Melo Franco era

deputado, se me não engano, quando se iniciaram essas conferências a que o Brasil prazenteiramente se aliou. E não foi, jamais, supponho, enviado como representante da nossa Câmara, sendo embora membro da bancada que os dava em maior número. Fosse um espírito mais positivo, e teria ido a Paris, a Londres, a Berlim, e a outras grandes cidades em que se encontram anualmente os sibaritas oficiais das cinco partes do globo com o propósito aparente de resolver problemas de interêsse universal, mas, na verdade, para verificar qual é o país que possui o maior farrista do mundo.

A utilidade, ou a inutilidade, das Conferências Interparlamentares não era, aliás, cousa fàcilmente verificável. O sr. José Bonifácio, atual embaixador do Govêrno Provisório em Lisboa, não a descobriu sem dificuldade. Ainda agora me vem à lembrança um dos episódios mais divertidos de que foi teatro a Câmara dos Deputados, nos seus últimos meses de agitada existência. Discutia-se o orçamento do Interior, do qual constava uma verba de cem contos, ouro, para a representação do Brasil na Conferência Interparlamentar dêste ano. Tra-

tando-se de uma proposta oficial, os membros da Aliança Liberal tiveram de combatê-la. E um dos mais incisivos na condenação do crédito foi precisamente o Sr. José Bonifácio, o qual argumentava com a ineficácia de semelhantes reuniões periódicas.

— Mas V. Excia. esquece que foi representar o Brasil em uma dessas Conferências Interparlamentares — aparteuo alguém.

— Sim, fui, não contesto, — declarou o orador, sem se perturbar. Fui, porque não sabia que eram uma inutilidade.

— Mas V. Excia. não foi só uma vez; foi duas! — lembrou o sr. Wanderley de Pinho.

A situação era delicada. O sr. José Bonifácio é, porém, um desses homens simpáticos que se saem sempre airoso das dificuldades, e que, quando escorregam em uma casca de banana que lhes põem no caminho, são os primeiros a sorrir da peça que lhes pregaram.

— É verdade, — confessa, — mas eu explico por que fui duas vezes à Europa como representante do Brasil às Conferências Interparlamentares ali reunidas. Da pri-

meira vez, eu verifiquei logo a inutilidade de tais reuniões. Ao chegar, porém, ao Brasil, pús-me a refletir: senhores, eu observei que essa Conferência nada resolveu e nada fez. Mas, eu teria observado bem? Será possível que tantos homens eminentes vindos de todos os países da terra se tenham reunido unicamente para se divertirem com banquetes e passeios? E voltei à Conferência seguinte para me certificar.

A gargalhada da Câmara foi homérica. Não houve quem não risse. E quem ria, ou sorria, com mais gosto era, precisamente, o sr. José Bonifácio, que recebeu inúmeros abraços dos próprios adversários pelo modo feliz por que se saiu da entaladela.

O sr. Afrânio de Melo Franco faz mal, talvez, declarando que as Conferências Interparlamentares nada fazem pelo progresso do mundo. Não seria conveniente mandar verificar isso de perto, outra vez, por pessoa amiga e de inteira confiança?

OS BONS QUE PRETENDEM
PARECER MAUS

ÀS ameaças de punição severa, que podiam ser tomadas como arrogante modalidade de vindita, estão sucedendo, nos altos domínios da política e da administração, atos serenos e prudentes, que encaminham o espírito público para uma estabilidade próxima e promissora. Encadeados os ventos e pacificado o oceano, começa-se a navegar sob os auspícios de leis rigorosas, mas que, mesmo rigorosas, são preferíveis ao mais suave regime de arbítrio.

E uma vez que as leis já regulam as relações entre os homens, convém assinalar o desacôrdo, que se observou frequentemente, entre certas palavras attribuídas aos políticos e os atos do govêrno a que essas palavras correspondiam. Quem, longe do Rio de Janeiro, leu algumas notas que a imprensa publicava, chegou à conclusão, talvez, de que a atmosfera se tornara aquí irrespirável pa-

ra todos os adversários da Revolução. De algumas destas se concluía, sem ginástica de raciocínio, que um representante da situação decaída era considerado um réprobo, um condenado, um indivíduo excluído da comunhão humana. Eu sou, entretanto, uma prova de que, se essa compressão existiu, teve as suas exceções, que devem ser escrituradas em favor das autoridades revolucionárias. Deputado da maioria, cumprí o meu dever partidário com a lealdade que a disciplina me impunha, resguardando embora, como escritor, as minhas opiniões pessoais quando se tratava de premunir o prestígio das idéias. As atitudes do deputado não comprometeram, entretanto, perante os políticos vitoriosos ou perante a população em alvoroço, o homem de imprensa ou de estudo. Não fugí nem me escondí. Andei pela cidade desde o primeiro dia da Revolução sem que sofresse, jamais, uma desatenção, ou um desacato. A minha consciência defendia-me, e era êsse escudo interior que me impunha ao respeito alheio.

A Revolução não será julgada, porém, fora do Brasil, pela realidade do que ocorreu, mas pela aparência dos fatos através

do que se disse ou deixou dizer. Pelo noticiário divulgado, o rancor ia substituir o bom-senso e o sentimento de vingança o espírito de justiça. A literatura revolucionária trazia, não raro, um hálito de fornalha, prenunciando um novo Terror. Nenhuma das ameaças, entretanto, para honra da nossa cultura, se confirmou ou se consumou. Moloch abriu a bôca mas não enguliu ninguém.

E ainda bem que assim foi, e que a reflexão poupou aos homens que fizeram a Revolução um arrependimento e um remorso. A lição de Camille Desmoulins deve servir a quantos, no século, se abalançam a agitar, mesmo por um instante, o oceano popular. Embriagado com as vitórias de 14 de julho e 10 de agosto, lança o antigo advogado provinciano aos quatro ventos, pelas colunas da *Révolution de France et de Brabant*, o seu grito de guerra contra os elementos moderados, insuflando contra êles a multidão. Ouvido por esta, começa a hecatombe com as sentenças do "Comité de Salut Public". A previsão do abismo desperta, porém, no agitador o coração do homem e a alma do patriota. Um grito sai-lhe da bô-

ca ao ver marchar para a guilhotina as vítimas de Robespierre.

— O assassino sou eu! O assassino sou eu! — brada, mas inútilmente.

E' preciso recuar. Urge voltar à clemência, à piedade, ao perdão. Atira, para isso, à rua, *Le Vieux Cordelier*, jornal de penitência. Mas é tarde.

— Traidor! Traidor! — gritam-lhe os companheiros, que haviam recebido da sua pena a ordem de odiar e perseguir.

E Desmoulins paga com a cabeça o crime de não haver escutado a tempo o coração.

Ajuste, pois, cada um, a palavra ao pensamento, para que se possa fazer com elas, no futuro, a História da Revolução e o julgamento dos revolucionários. E' desnecessário que se procure parecer mau quando se não é, e inclemente quando se tem, na realidade, coração compadecido. Ninguém se deve atribuir defeitos que não possue. A maldade alheia, no futuro, se encarregará disso...

ELOGIO DE UMA CONDUTA

QUEM manuseia os jornais cariocas dos últimos dias encontra, em cada página de telegramas, notícias alarmantes, mas esperadas; contra-revolução no Perú; alteração da ordem na Bolívia; tentativas de rebelião em Portugal; arruaças e lei marcial na Espanha. Em todos os países em que o ritmo da vida constitucional foi quebrado por um movimento revolucionário vitorioso, novos movimentos se ensaiam, promovidos pelos descontentes ou pelos vencidos. Nenhum partido derrubado se conforma com o ostracismo. Todos sonham, animados pelo espetáculo da realidade ou pela efervescência da fantasia, com a volta ao poder.

Enquanto isso se verifica por toda parte, é digna de registo a tranquilidade com que se vai desenrolando a vida pública no Brasil. Não obstante o número e o prestígio econômico dos amigos de que dispõem, e as dedicações que fizeram durante quarenta anos de mando hereditário e absoluto,

os chefes políticos derrubados pelo Exército em outubro de 1930 não tentaram a mínima reação. Em cada município do interior os governos estaduais possuíam pelo menos um coronel poderoso, e um grupo dedicado de correligionários. E toda essa gente, uma vez que os seus orientadores capitularam, cruzou os braços. Ninguém perturbou a obra do Governo Provisório. Nenhum dos vencidos aconselhou uma violência ou uma vingança. Nenhum teve, para os seus antigos soldados políticos, senão palavras serenas, recomendações para que evitassem as represálias, e contribuíssem com a sua boa vontade e a sua prudência para restituição do país ao regime da ordem e ao domínio da lei. Preso, banido, processado, o sr. Washington Luiz chega à Europa e, procurado por alguns jornalistas, farejadores profissionais do escândalo, recusa-se a falar.

— A revolução brasileira só interessa ao Brasil, — declara. — E' um episódio da sua vida interna; os estrangeiros nada têm com isso.

E envolve a sua revolta íntima na mortalha espessa do silêncio.

Seria, acaso, que o Govêrno Provisório fosse o mais sábio, o mais prudente, o mais infalível da terra? Absolutamente, não. Obrigado a transigir com as paixões dos seus correligionários; forçado a satisfazer a exaltação de uma imprensa revolucionária medíocre e facciosa; compelido a praticar violências contra as quais se insurgiam o seu temperamento e as suas antigas relações com os vencidos, — o chefe do Govêrno cometeu erros, decretou medidas que atentavam contra direitos comuns, praticou atos que tem procurado corrigir à proporção que vai acalmando os rancores e as ambições dos amigos. Os decretos dos primeiros tempos eram emendados duas, três e mais vezes, conforme lhe era possível convencer das vantagens da moderação e da prudência aqueles que os haviam reclamado em nome da Revolução. A fôrça de dez metros no primeiro mês, tem baixado gradualmente. Hoje, os menos culpados já estão, quasi, tocando com os pés no chão.

Durante o regime da intolerância não houve, entretanto, entre os vencidos, nenhum que se insurgisse, não para vencer, mas pelo menos, para criar obstáculos ao adversá-

rio vitorioso. Se a Revolução não tem ido mais depressa, levando a efeito mais facilmente o seu programa, a culpa é da sua própria gente. Nem os Cristos, nem os bons ou os maus ladrões fizeram o menor movimento no alto das suas cruces.

As ligeiras perturbações porventura registadas têm partido, todas, do grupo de soldados de César, os quais, enquanto os condenados agonizavam, repartiram entre si as túnicas que êles vestiam.

Essa atitude dos antigos governistas brasileiros, reduzidos hoje à mais pacífica das oposições, devia calar no espírito dos adversários que se constituíram seus juizes. Há em nossa legislação penal, hoje, para os réus de graves delitos, a "liberdade condicional", que é uma espécie de prêmio aos condenados que se comportam exemplarmente. A atual oposição brasileira tem sido um modelo de bom comportamento. Não dá ao Governo Provisório o menor trabalho. Não articula a menor queixa. Não levanta o menor protesto. Não se prevalece de qualquer circunstância para associar-se aos revolucionários descontentes. Por que, pois, insistir na conservação do mesmo tribunal político,

e na manutenção, para alguns, de um código de emergência, que tem servido, na realidade, mais para amedrontar do que para punir?

As contra-revoluções, são, não raro, o resultado do abuso da justiça por parte dos triunfadores. Entre nós não se deu nenhuma. Por que não impedir, então, com a benevolência coletiva dos revolucionários, o que se evitou até agora com a cordura pessoal do ditador? Não seria tempo, já, de lançar oficialmente um balde d'água à fogueira dos últimos ódios ou dos últimos ressentimentos? Se o Rio Grande do Sul pleiteava a anistia para os revoltosos de 22 e de 24 quando êstes ainda manejavam as armas nos sertões brasileiros, como compreender que êle não a dê a homens pacíficos e desarmados, que não reclamam senão o direito de não serem considerados réprobos, ou estrangeiros na própria pátria? Não fizeram êles jus, porventura, a essa medida generosa, prudente, e cristã, com o seu comportamento irrepreensível durante quasi nove meses de resignação e penitência?

A opposição brasileira agiu até agora com sabedoria e patriotismo. Não moveu os

braços. Não comprometeu o Govêrno Provisório no estrangeiro, pela bôca dos seus representantes mais conspícuos. Não tentou levantar a cabeça, para evitar uma compreensão injusta do seu gesto. Não deu ao adversário vitorioso qualquer desgosto ou cuidado. Não imitou a de nenhum dos países em que se verificaram os movimentos políticos que assinalaram o ano de 1930.

Escute, pois, o chefe do Govêrno Provisório o conselho que lhe está subindo, a esta hora, das fontes mais puras do coração.

A VARA E AS LAGARTAS

EM visita a uma chácara em Petrópolis, encontrei o proprietário, um alemão meu amigo, junto a uma pequena fogueira acesa no chão varrido, e tendo ao lado alguns feixes de varas. Estas, inteiramente despidas do seu vestido de folhagem, estavam cobertas de pequenas lagartas verdes, como se as fôlhas tivessem pedido transferência de um para outro reino da Natureza, tornando-se animal o que era vegetal. O chacareiro tomava uma por uma as varas, e passava-as no fogo. E logo os animalejos se desprendiam da haste de que se alimentavam, tombando crepitantemente nas labaredas.

Ante aquele espetáculo banal, o demônio-filósofo que dorme dentro em mim espreguiçou-se, bocejou, esfregou os olhos, e entrou, de pronto, em atividade.

— Isso que estás vendo aí, — começou, — contém toda uma lição de sabedoria política. Podias fazer, se não fosses um su-

jeito desencantado de literatura, um ligeiro apólogo tendo por título e tema “O pau e as lagartas”...

Vendo-me calado, insistiu:

— O quadro que aí tens é puramente político. As lagartas nascem, desenvolvem-se, e engordam, na haste vegetal. Despemma das suas fôlhas. Inutilizam-na. E quando chega o lavrador e, tomando a vara sacrificada, a aproxima das chamas, elas vão logo despencando na esperança de não serem queimadas com o ramo vegetal em que viveram.

E oferecendo a moralidade do apólogo:

— Assim é em política. O govêrno é a vara. O político é a lagarta. Quando a vara vai ao braseiro a lagarta solta o pau. Por isso mesmo as varas, ou melhor, os governos só devem sustentar salamandras, isto é, lagartas à prova de fogo...

Notícias que andam por aí de bôca em bôca, e jornais do norte e do sul que andam de mão em mão, estão contando, não sei com que fundamento, que alguns elementos da Velha República, indivíduos que fizeram carreira política declarando sob palavra de honra que tinham talento ou caráter, vivem

hoje de mão estendida, pedindo o níquel de uma sinecura, introduzindo-se no séquito dos próceres revolucionários. Afirma-se mesmo que alguns dêles, recomendando-se aos senhores do momento pelas agressões àqueles a quem ontem incondicionalmente serviam, são, já, hoje, íntimos de ministros e ministérios, cuja familiaridade cultivam como cultivavam a dos presidentes e ministros do Velho Regime.

Eu não sou, sem dúvida, partidário da desobediência civil por parte dos políticos depostos a 24 de Outubro. Entendo que, convidado pelo govêrno revolucionário a ocupar um cargo de administração, o "legalista" de outrora está no direito de aceitar, e mesmo de sentir-se lisonjeado com a deferência dos adversários, que assim lhe reconhecem os méritos. Mas vestir-se à última hora de revolucionário, madrugar para a Revolução ao meio-dia e lançar-se contra os chefes de ontem unicamente para disputar favores e empregos, não. Isto é mais do que uma falta de decôro: é uma falta de vergonha.

A Nova República, se os seus homens são hábeis e inteligentes, deve compreender

o valor dessas adesões. O indivíduo que traz no bolso uma coleção de bandeiras para arvorar no chapéu de acôrdo com aquela que drapeja no Catete, não pode gerar no espírito daqueles a quem se liga senão o desprezo ou a desconfiança. Ademais, a Revolução, em cujas fileiras há, indubitavelmente, gente honrada e sincera, não precisa de gente ruim, de que possue, também, o seu *stock*, do qual ainda não pôde dispor. Quando a Aliança Liberal partiu para os Estados do Norte com a sua carroça em busca de solidariedade eleitoral, — recolheu indistintamente todas as latas de detritos que os velhos partidos governistas haviam pôsto à porta da rua. Êsses resíduos estão, ainda, empestando o ambiente revolucionário.

E se a Nova República tem, já, o seu lixo, por que há de receber, ainda, aquele que, por pudor, a Velha República havia deixado dentro de casa?

A vara está no fogo. E as lagartas estão caindo...

X X I I I

OS PROBLEMAS DA JUAREZ- LÂNDIA

E NTRE os homens que fizeram a Revolução e ainda não deram prova de si no exercício do govêrno, está, em primeiro lugar, pelos seus talentos e promessas, o capitão Juarez Távora. Bolívar do Norte, arrancou às mãos dos velhos partidos tradicionais doze Estados brasileiros, que o govêrno central entregou, sob palavra, à sua capacidade de arcebispo civil. Os seus domínios estendem-se da foz do Paraíba à do Oiapoc, formando um império de 4.668.000 quilômetros quadrados, com cêrca de 18 milhões de súbditos entusiastas e obedientes. Poucos generais da Nova China reinarão sôbre tamanha massa de terras e de homens.

Em entrevista concedida anteontem aos jornais cariocas, o general revolucionário, e capitão de tropas regulares, expendeu, como sempre acontece quando escreve ou quando fala, grande número de idéias e opiniões in-

teressantes. O soldado vitorioso não pensa diferentemente do campeão de evasões dos tempos da legalidade. O mesmo otimismo em relação aos problemas nacionais, e o mesmo espírito simplista que eu já lhe havia assinalado em junho de 930, quando da publicação do seu manifesto contra o comunismo de Luiz Carlos Prestes. Em qualquer caso, um homem com um cabedal de idéias definidas, que podem ser impraticáveis no momento, mas que formam, em conjunto, o edifício de uma convicção.

Nós outros, os chamados homens de idéias, que temos como capital o sol e a lua, e que recebemos como juro dêle a clara e miúda luz das estrêlas, achamos tudo isso admirável e belo. Há, porém, muita gente que pensa de maneira diversa, e que prefere a geografia prática, encontrada nos tratados do Barão Homem de Melo, à geografia ideal, em que se estuda a posição imaginária da República de Platão. Êsses espíritos positivos, mais exigentes do que os nossos, objetarão, talvez:

— Isso tudo está muito bem; mas, não é o general Juarez Távora o donatário incontrastável de todas as capitâneas do Nor-

te? Os interventores não foram indicados todos pelo seu dedo poderoso? Não obedecem êles ao seu mando? Por que é, então, que êsses governos regionais não apresentam unidade de vistas e constituem neste momento a maior preocupação do govêrno central pela diversidade do pensamento e da ação? Se o diretor mental é um só, por que é que o espírito revolucionário se manifesta diferente de Estado para Estado, sem que se saiba até agora a opinião do jovem chefe militar sôbre os atos dos dezoito prepostos que dominam nas dezoito províncias que formam, hoje, a nossa Juarezlândia?

A peor situação neste país é a do homem de govêrno. Eu diria, mesmo, que ela é, atualmente, a mais incômoda no mundo inteiro. Aí está ainda agora, como prova internacional, o prestígio assombroso de Hitler na Alemanha, onde o partido nacional-socialista, conseguiu levar ao Reichstag em 1930 nada menos de 107 deputados, quando dois anos antes não podia eleger mais de doze. E qual a razão dêsse prestígio crescente sôbre o eleitorado? E' que Hitler tem por princípio não fazer parte de nenhum govêrno. Eleitos, os seus deputados não compare-

cem jamais ao Reichstag, limitando-se a criticar os atos do gabinete na praça pública. Êle sabe que prometer é fácil, e realizar é difícil. E mantém-se, por isso, fora da esfera das realizações, de modo a constituir permanentemente uma esperança do povo alemão, que é irmão do nosso em matéria de messianismo.

À mocidade do capitão Távora faltou a experiência de Hitler. Fora embora do governo, é notória a sua responsabilidade nele, como chefe incontrastável da maior parte do nosso imenso império territorial. Enquanto os Estados do Sul se organizam, e S. Paulo, S. Catarina, o Paraná, e o Rio Grande atacam de frente os seus problemas econômicos, o norte continua em ebulição, sem o controle de uma vontade poderosa que mostre junto aos interventores, envenenados de politicagem provinciana ou de idéias infantís, a sua eficiência generosa. Tendo nas mãos os elementos com que poderia demonstrar a sua capacidade de organizador, o bravo soldado de ontem, está deixando fugir a oportunidade de servir não só ao norte, como à sua própria glória de homem inteligente. Ainda não tinha chegado, para

um chefe com a sua responsabilidade, o momento de tomar as águas de Lambarí.

Regresse, pois, o general Távora aos nosso norte desventurado. Com o seu prestígio, com a sua resistência, com a clareza do seu espírito e a fôrça da sua autoridade, mostre que o homem da nossa raça não é apenas um malabarista de palavras e idéias, mas um organizador, um realizador, uma fôrça poderosa e benéfica. Chame à ordem os seus delegados, isto é, os interventores. Trace-lhes um plano de administração e de govêrno. Dê-lhes um programa político, financeiro, social e moral. Assuma a responsabilidade do que êles fizerem. E seja, na realidade, o reconstrutor da região mais vasta, mais pobre e mais desgraçada dêste país.

São palavras, estas, de um patricio mais velho, que tem conhecido, também, as alternativas da adversidade e da vitória e que olha, hoje, o espetáculo da pátria com olhos serenos de filósofo. E lembre-se daquele final da estância camoneana, em que o épico declara, com elevação e sabedoria:

“... nunca louvarei
o capitão que diga: não cuidei!”

XXIV

AINDA UMA VEZ A HERANÇA DE MUSTAFÁ

INFORMAM os jornalistas cariocas, sem o espanto que o caso desperta nem os comentários que a originalidade do ato reclama, haver o sr. Numa de Oliveira, banqueiro em São Paulo, recusado pela segunda vez o cargo de diretor-presidente do Banco do Brasil. Convidado, solicitado, instado, moveu três vezes a cabeça, respondendo — “não”. E as montanhas não se abalaram nos alicerces! E os mortos não se ergueram dos túmulos! E o mundo não se acabou!

Em outro país, ou em outra idade da civilização, êsse acontecimento seria celebrado pela História, e êsse varão glorificado pelo povo, e apelidado Numa, o Prudente. Mostrou-se êle, de fato, nesse passo, digno do nome histórico de que tem a responsabilidade. “Contava Numa quarenta anos de idade, — refere Plutarco na *Vida de Numa Pompílio*, — quando os embaixadores romanos o foram procurar, e pedir que aceitasse

as rédeas do reino”. Na presença do homem que nada deseja senão a paz, falam Próculo e Valeso. E Numa responde, em discurso prudente e sereno. Como se foram lembrar dêle, homem pacífico, os senadores de um reino que vive em guerra? Não se tratará de uma zombaria? E Plutarco acentua: “Tais razões e desculpas alegou Numa para não aceitar o reino que lhe era oferecido; mas os embaixadores romanos se puseram a pedir e a suplicar com a mais viva insistência”.

E Numa Pompílio aceitou o reino, para satisfazer a seu pai.

O Numa brasileiro foi, ainda assim, mais avisado que o romano. Assediado, não aceitou um dos cargos mais cobiçados da República. E eu, ao ler a notícia escandalosa dessa recusa, não resisto ao desejo de, mais uma vez, referir aqui a história da herança de Mustafá, do conto de Mark Twain.

Quando Mustafá, mercador em Bassora, transpôs as escuras portas da morte, o seu filho Acmed, satisfazendo a última vontade paterna, tomou duzentas libras, meteu-as numa bolsa de couro de camelo, e partiu pelo país e entregá-las, metade ao homem

mais perverso, e metade ao sujeito mais ingênuo de toda a Turquia. O primeiro foi encontrado sem custo: era Sulimão, cheique de Guza, cuja população o apontou como o péssimo dos muçulmanos. O segundo porém estava mais longe. Penetrava Acmed as primeiras ruas de Constantinopla, quando viu um cortejo. Eram cavalos arreados de ouro e prata, janízaros faiscentes nas suas armaduras, cimitarras coruscantes ao sol, e, no meio de todo êsse fausto, montando soberbo cavalo ajaezado, um velho de longa barba, festejado pelo entusiasmo da multidão.

O filho de Mustafá acompanhou o séquito, e parou, com êle, em certa praça, onde havia um estrado, no centro do qual se via, espetada a uma lança, a cabeça de um homem.

— Que quer dizer isto? — pergunta Acmed a um janízaro.

— É a posse de Alí-Bei, o novo grão-vizir.

— E aquela cabeça?

— É a do seu antecessor, degolado ontem. Todo grão-vizir, por via de regra, acaba degolado, sendo a cabeça exposta aos

olhos do povo, que o apupa durante a posse do seu sucessor.

No dia seguinte, após alguns incidentes secundários, Alí-Bei recebia no seu palácio de Constantinopla as cem libras turcas do testamento de Mustafá.

Rendamos, pois, homenagens a Numa II, a cujo ouvido a ninfa Egéria segredou um daqueles conselhos que fizeram a grandeza de Numa I, filho de Pompônio. Não ficaram, ainda desta vez, nas suas mãos, as cem libras do mercador de Bassora . . .

QUE É QUE VAMOS DAR AO
LEÃO ?

OS jornais publicaram esta semana uma notícia officiosa informando que se acha quasi concluído o recenseamento dos “sem trabalho” do Distrito Federal, serviço êsse que ficaria completo dentro de três ou quatro dias. “Terminado êsse recenseamento e conhecido o número de desempregados existentes nesta capital, — concluía a informação, — vai o govêrno tomar providências para que sejam imediatamente . . .”

O coração bateu-me apressado e contente. Que iria fazer o govêrno, uma vez ciente de que há, no Rio de Janeiro, cêrca de 20.000 operários sem trabalho? Dar-lhes serviço, é claro. Mas recomeço o período:

— “Terminado êsse recenseamento, e conhecido o número de desempregados existentes nesta capital, vai o govêrno tomar providências para que sejam imediatamente feitos idênticos recenseamentos em S. Paulo e Belo Horizonte”.

Evidentemente, a medida tomada, ou prometida, para aliviar os “sem trabalho” que curtem a fome no Rio de Janeiro, é das mais baratas e consoladoras, e das que mais se ajustam aos propósitos de economia de que se acha animado o govêrno. Diz o adágio que, mal de muitos, consôlo é... E que poderia fazer o govêrno nesta emergênciã, senão estender o braço pelo mundo ou pelo país, e mostrar-lhes a quantidade de gente nas mesmas condições?

— Vejam só! Vocês são 18.000; não? Pois, bem; em São Paulo são 40.000 e em Belo Horizonte mais 7.000!

E, logo, confortados, os marceneiros, os pedreiros, os marmoristas, os sapateiros, se mostrarão satisfeitos. Quando o andor da Desgraça é conduzido por muitos, o seu pêso se torna mais leve.

A outros parecerá, todavia, que o govêrno, com a sua boa-vontade em resolver o problema da fome agravou a situação, com a queda do fator moral, que a mantinha. Êsse problema existe no Brasil desde o tempo em que Pedro Álvares Cabral desembarcou em Pôrto Seguro os seus degregados, que não sabiam fazer peneira nem raspar man-

dioca. Antes de 24 de outubro eram aos milhares os operários sem pão. A enfermidade existia, e o doente ia vivendo com ela. E a resistência do enfêrmo provinha, precisamente, da ignorância, em que estava, da extensão e da gravidade do mal.

— Que tenho eu, doutor? — pergunta agora o operariado ao govêrno, com a simplicidade confiante com que as matutas de Goiaz consultavam o dr. Belisário Pena.

— Que é que o amigo sente?

— Eu sinto uma fraqueza, doutor, um mal-estar, uma cousa que eu mesmo não sei explicar.

O govêrno examina o proletário, ajusta a sua cabeça cheirando a Houbigant ao peito suado do consulente, e dá a sentença:

— O amigo está sèriamente doente. O seu mal é quasi incurável: é uma tuberculose galopante. Feito êsse diagnóstico, eu vou aí, agora, fazer o dos vizinhos, que devem padecer da mesma cousa.

E o doente, que ainda se mantinha de pé por não saber a gravidade do seu mal, desatou a gritar e a espernear, com mêdo de morrer.

O problema do trabalho é, todavia, contemporâneo das idades. O que não convém, às vezes, é mexer nele. É como certas feridas que se irritam quando começam a ser curadas. Entre o hieroglifos que Maspero encontrou nas ruínas de Tebas, um há que se refere a uma greve de operários no tempo de Sesóstris, quatorze séculos antes de Cristo. “De um peligro debemos prevenirnos en España, — dizia Silvela; — el de anticipar las soluciones a los problemas de suerte que acudamos con la quina sin que nos acometa la calentura y padezcamos del remedio antes que de la enfermedad”.

A atitude do Estado, em casos tais, foi, aliás, sempre a defensiva. O que a prudência aconselha é que se vá afrouxando a corda à medida que o boi a vai puxando, e não que se dê corda ao boi, sem que êle a reclame nos seus arrancos. “A sociedade repousa toda inteira sôbre a resignação dos pobres”, — observava Lammenais.

Quem só dispõe de uma libra de carne não deve despertar, jamais, para o repasto, o leão que está dormindo.

O soberano destas selvas acordou. Que é, agora, que nós vamos dar ao leão?

XXVI

PROMESSAS QUE NÃO CONVÉM CUMPRIR

EM artigo recente na imprensa carioca o sr. José Bonifácio escrevia estas palavras de bom-senso político: “E’ forçoso confessar, pelo que observámos nestes quarenta anos de República, que a inúmeros Estados faltaram requisitos para o gôzo da autonomia ampla que lhe foi outorgada e cujo exercício, sacrificando os contribuintes, comprometeu o seu progresso”. E acrescenta: “E’ oportuno verificar quais os Estados que, por suas condições econômicas e sua capacidade tributária, merecem o gôzo de uma larga autonomia e quais os que devem ser territórios administrados pela União, por delegados de sua imediata confiança”.

Se a memória me não trai, essa sugestão está em conflito com o programa da Aliança Liberal, ou com o da Revolução, que promete aos Estados existentes uma autonomia larga e efetiva. Em acôrdo ou em desacôrdo com as promessas porventura feitas,

a verdade é que a experiência está aconselhando rumo diverso, isto é, que a nova Constituição restrinja a autonomia dos Estados que não possuam capacidade econômica demonstrada, concedendo-a, todavia, àqueles que a revelarem, patenteando no trabalho e na riqueza a aptidão política dos seus cidadãos.

Era Taine quem dizia que todas as desgraças da França contemporânea provinham da concepção abstrata dos Direitos do Homem. Dilatasse êle a esfera da sua crítica social, e verificaria que essa aberração constituiria um dos maiores tropeços do progresso humano, no terreno político, durante o século XIX, — tropêço de que nós próprios, neste recanto da América, sofremos as consequências com a elaboração de uma Constituição exageradamente liberal. Aproveitando a observação do historiador-filósofo, poder-se-ia dizer que a maior parte dos males de que se ressen-te o Brasil provêm da concepção abstrata da autonomia dos Estados, aos quais foi concedida uma liberdade de ação acima das suas necessidades e, principalmente, acima da sua capacidade para o exercício dessa autonomia.

A igualdade dos indivíduos e dos Estados assegurada pela Constituição de 1892 tem dado origem, na verdade, a vícios que reclamam estudo e reflexão. Equiparando, para o exercício do voto, o indivíduo parasita, anulou o Estado uma energia em proveito da inércia, ou, pelo menos, mostrou desconhecer a diferença entre um e outro, como elemento de progresso. O mesmo sucedeu na política geográfica. Igualados para a aquisição ou, melhor, para a disputa de serviços públicos, os Estados de vida parasitária acreditavam-se roubados com a concessão de favores que eram direitos, aos Estados criadores de riqueza. E eu devo confessar, aquí, divulgando um ensinamento adquirido no decurso da minha passagem pelo Congresso, que um dos meus esforços mais constantes, e talvez mais inúteis, consistiu em convencer os meus correligionários do Estado que eu representava na Câmara, da nenhuma razão das suas queixas contra a nossa suposta inatividade parlamentar, quando alguns Estados do Sul eram cumulados de benefícios.

— “É preciso que aí se saiba, — dizia eu, há poucos meses, em longo telegrama

ao presidente do Maranhão, dr. Pires Sexto, — é preciso que aí se saiba que não nos cabe nenhum direito a reclamação. Nós somos um Estado deficitário, e tudo que obtivermos do Govêrno Federal é uma esmola que nos dão os Estados de atividade mais intensa que o nosso. O Maranhão contribue com pouco mais de 2.000 contos para os cofres da União, a qual dispende aí, com os serviços públicos federais, perto de 7.000. Cêrca de 5.000 contos que aí são empregados em proveito nosso vêm da renda de outros Estados mais prósperos e mais ativos”.

Êsses argumentos deviam ser levados, em cada Estado, ao conhecimento das respectivas populações para que elas tivessem consciência da realidade e não alimentassem ressentimentos que transpiram de todas as colunas dos jornais sertanejos e, mesmo, das capitais. E deviam ser divulgados, sobretudo, para que os governadores não utilizassem a generosidade da União senão em serviços proveitosos e obras de rendimento, que contribuíssem para arrancar os seus Estados dêsse parasitismo humilhante. Era porque se tratava de pedir favores e não de reclamar direitos, que a representação dos Es-

tados pobres se via na contingência de viver, como se dizia, aos pés dos presidentes da República.

Observe-se, pois, para organização constitucional da nação nova, o critério econômico, seguindo o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte a que se reportava o sr. José Bonifácio. Dê-se autonomia aos Estados que, pela sua estrutura econômica, mereçam governar-se e recuse-se essa regalia, pondo-os sob a tutela da União, àqueles que se não puderem prover, assegurando-se-lhes, no entanto, a emancipação, à medida que se forem mostrando capazes de viver com os próprios recursos. Esse regime será uma fonte de emulação, um incentivo para as populações dos Estados atrasados ou desorganizados na sua atividade produtiva, e, assim, para a reconstituição da economia nacional, na qual se acha, e não nas palavras ou na boa vontade dos homens, a única salvação do Brasil.

OS NOVOS RUMOS DA POLÍTICA
BRASILEIRA

OS jornais cariocas publicaram ontem um telegrama de Pôrto Alegre, que constitue, talvez, o documento mais importante, e a prova mais significativa de que houve, de fato, no Brasil, uma Revolução com o propósito de modificar os costumes políticos. E êsse telegrama é o que dá notícia do entendimento havido entre os próceres dos dois partidos rio-grandenses, e em que estes assentaram as bases da reorganização constitucional da nação. Um emissário partiu, ou vai partir, trazendo ao Govêrno Provisório o pensamento do sr. Borges de Medeiros, do sr. Assis Brasil, do sr. Flores da Cunha e do sr. Raul Pila, acordes, todos, na volta do país à constitucionalidade, e, o que é mais, em tôrno dos pontos em que deve assentar a nova carta política da República. Pela palavra dos seus grandes partidos, o Rio Grande do Sul envia, em suma, o seu voto independente aos seus mandatá-

rios, isto é, aos que exercem, em seu nome, e em nome de outras fôrças políticas e das classes armadas, a ditadura federal.

Essa atitude de chefes locais dirigindo-se ao governo da União representa, evidentemente, a maior inovação revolucionária. O grande mal da monarquia, na opinião dos liberais, era a centralização do poder, o modo por que a Côrte impunha a sua vontade às províncias. Foi em nome da descentralização que Rui Barbosa aderiu à República e Nabuco se insurgiu contra os dois partidos clássicos nas últimas legislaturas do antigo regime. Caiu a monarquia, baniu-se um Imperador, e a nova carta política inscreveu entre os seus cânones a autonomia dos Estados. Mas a centralização continuou. Consagrada em lei, a autonomia dos Estados não foi sancionada pelos costumes. Os presidentes da República substituíram o antigo monarca. As ordens continuaram a partir do centro para a periferia, limitando-se os governadores a executar a vontade presidencial. A política dos governadores era um simples eufemismo, pois que estes não faziam senão aquilo que o Presidente ordenava, recebendo, embora, como compen-

sação, o direito de se dizerem seus escravos de confiança. A República limitou-se, enfim, a praticar num regime de mentira aquilo que a monarquia fazia abertamente, num honesto culto à verdade.

O voto da política rio-grandense, agora enunciado, vem revolucionar a política brasileira, interrompendo uma tradição que se poderia dizer, secular, e que, todas as vezes que foi quebrada, quer na monarquia, quer na República, teve de ser reatada após muito distúrbio e muito sangue. Foi por tentarem infringí-la que se deram as reações do poder central na Regência e no Segundo Império, dando oportunidade às revoluções sangrentas que avermelham êsses períodos da nossa história. E não foi outro motivo que armou três Estados da República, recentemente, contra a União, dando oportunidade à vitória dos revolucionários de outubro. A Revolução não foi, em suma, senão um protesto contra o poder pessoal do Presidente e contra o princípio clássico da centralização que aquele poder consubstanciava.

Tomando a iniciativa de indicar os rumos da política nacional ao Governo Pro-

visório, os chefes regionais do Rio Grande não fazem, assim, senão exercer um direito em nome do qual se fez a Revolução. As diretrizes da política não devem ser, em suma, outra cousa que não a soma das vontades enunciadas pelos partidos estaduais de que o Presidente da República é mandatário. As sugestões partem, agora, da periferia para o centro.

Será êsse, todavia, o regime mais aconselhável no Brasil? Coadunar-se-ão com êle, porventura, as nossas condições de temperamento e de cultura? Sem dúvida, é êsse o processo mais democrático, e o idealizado pelos republicanos históricos: a política estadual escolhendo os seus dirigentes, e êsses dirigentes, expressão da maioria do Estado, orientando o Presidente da República. Mas êsse regime é, para o Brasil, o mais perigoso. Os nossos homens públicos, viciados por mais de meio século de subalternidade política, não sabem fazer um uso inteligente da liberdade. Esta é um remédio que êles não aprenderam a dosar. Adotado que seja o processo em nome do qual se fez a Revolução, e surgida uma divergência entre os partidos que orientem o Presidente da Repú-

blica, os vencidos não se submeterão de bom grado à vontade da maioria, apelando, possivelmente, para o prestígio das armas. Êles desconhecem a beleza da renúncia, compreendendo-a sempre como um sinônimo de humilhação.

Foram os acontecimentos, mais que os homens, que orientaram a política brasileira para o caciquismo e para a centralização de poderes. A obediência do Presidente da República ao grupo de Estados que o prestigiarem poderá ser um fato, durante dois ou três anos. Mas o regime antigo voltará, para salvar o país da secessão, ou, pelo menos, de uma série de guerras civís. Nem o povo, nem as "élites" estão preparados para o regime com que os revolucionários sonharam, e que será um artifício de pequena duração na história política do Brasil. Imaginar a democracia pura entre nós é tão absurdo como idear um rio que tenha a sua fonte no vale e vá desaguar na montanha.

O sonho mais formoso da Revolução vai, enfim, ser posto à prova. Chegou o momento de passar das palavras aos atos, e de saber se as altas autoridades da União são mandantes ou mandatárias. Isto é, se pre-

valece a sua opinião pessoal, formada ao contacto da cousa pública, ou se se acham dispostas a obedecer, mesmo violentando a própria vontade, aos partidos que as collocaram nos altos postos em que se encontram.

O que o Brasil reclama, supponho eu, é o govêrno central forte, honrado, cordato e inteligente, que, com as virtudes públicas e privadas do seu chefe, imprima o ritmo político e administrativo à nação. E será menos difícil, talvez, em um povo pobre de figuras humanas, encontrar um homem reunindo essas qualidades para governar a República, do que vinte para dirigir os Estados e exercer, através dêles, uma influênciã benéfica sôbre a política federal.

O Tempo é um sujeito gago. E' preciso ter paciência para comprehender as verdades que êle diz.

XXVIII

VIVA O CAFÉ E CHOVA ARROZ !

NÃO tendo uma agência de loterias desta capital me pago o prêmio de 2\$000, de um décimo de bilhete que tirou o mesmo dinheiro, alegando ser indispensável para isso uma autorização da Junta de Sanções, pois que se tratava de negócios com um antigo membro do Congresso Nacional, — eu tive de ir ontem, ao Banco Mercantil do Rio de Janeiro, transferir a êsse estabelecimento de crédito o referido gasparino, afim de que êle receba os meus 2\$000, mediante comissão. Perderei duzentos réis na transação; mas, também, não poderei mais dizer que nunca tirei dinheiro na loteria.

Essa visita ao Banco Mercantil deu-me, entretanto, oportunidade para uma palestra mais ou menos demorada com o dr. João Ribeiro de Souza Filho, sôbre os mais graves problemas econômicos do momento. Tratamos de aeroplanos e de câmbio, de estrêlas e de tartarugas, de dólares e de submarinos, de cousas que andam muito por cima e de

cousas que andam muito por baixo. E, quasi à saída, após os assuntos de sobremesa, tocamos no café.

— O nosso café vai por água abaixo... — disse-lhe eu.

E citei, a propósito, os milhares de sacas despejadas no oceano a 80 milhas da costa, e arrastadas no rumo do sul pelas correntezas marítimas.

O dr. João Ribeiro Filho, possuía, entretanto, idéias próprias, de modo a não precisar das minhas. E assim é que, a certa altura da palestra, observou:

— O processo que adotamos para reduzir o nosso *stock* de café, é positivamente, dos menos inteligentes. Todos os países que dependem dos mercados externos estão lutando com dificuldades mais ou menos iguais às nossas. A população cresceu nos últimos anos; o consumo diminuiu; e manifestou-se a crise. Uns retêm os seus *stocks*, outros os destroem, como é o nosso caso. O que nos conviria era, no entanto, e talvez, o recurso de que lançou mão o Canadá.

— Deu-se no Canadá, com o trigo, o que se deu com o café entre nós. Para im-

pedir a desmoralização dos preços, o govêrno adquiriu, e retirou do mercado, o trigo excedente às necessidades do consumo e da exportação. Mas não o lançou ao mar, nem o queimou. Na China, que vive há quinze anos em guerra civil, lavra a fome, morrendo anualmente por falta de alimentação mais de quinze milhões de pessoas. A China não é mercado de trigo, pois que as suas províncias centrais só consomem arroz. Que fez o govêrno canadense? Ofereceu gratuitamente seu excesso de trigo ao govêrno chinês, pagando êste apenas o transporte. E o trigo do Canadá está servindo, assim, para salvar da morte milhões de criaturas humanas que a ela se achavam condenadas.

E concluiu:

— Dêsse modo, lucra a China, que consegue minorar os efeitos trágicos de um flagelo; e lucra o Canadá, não só porque pratica uma obra altamente humanitária, como porque, restabelecida a paz no Oriente, terá êle outros mercados para o seu produto, por haver conquistado pelo hábito novos consumidores de trigo.

Aventurei uma observação:

— Quer dizer, então, que nós devemos fazer a mesma proposta ao govêrno chinês sem prejudicar a nossa exportação comercial, pois a China não é consumidor de café, mas de chá; viciariámos agora o chinês que, restituída a ordem ao seu país, passaria a comprar aquilo que lhe havíamos dado de graça.

— Perfeitamente.

Saí do Banco Mercantil com a idéia de lembrar ao Govêrno Provisório essa medida, mais do que oportuna. E já estava à esquina quando me fiz a mim mesmo estas duas perguntas:

— Mas, mandaremos o café com música a bordo, ou sem música? No primeiro caso, quem paga a música?

Voltei, para a consulta. Mas já encontrei o expediente do Banco encerrado.

Aí está, todavia, a lembrança generosa. O Brasil, unido ao Canadá, salvando a China, pelo regime do café com pão.

O ENCONTRO DA RUA ITARARÉ

ERA uma vez, em S. Paulo, um homem chamado Paulino Rodrigues Pereira, mais conhecido na intimidade pelo apelido de P. R. P., que lhe haviam pôsto os íntimos, servindo-se sinteticamente das iniciais do seu nome. Achando-se sem dinheiro e sem trabalho, sai êle um dia de casa disposto a ganhar a vida. Olha daquí, espia dacolá, vai ter a uma rua deserta, onde a maior parte das casas se acham fechadas. De repente, uma porta aberta, mostrando o estômago de um armazém vazio. Bate palmas. Ninguém. Lá no fundo há qualquer coisa que parece de valor naqueles dias de crise. Entra. E' um saco enorme, de uns sessenta quilos. Apalpa. Examina.

— Hum!... E' café! — exclama. — E se eu pusesse o caso nas costas e me fosse embora?

Entre o pensamento e a execução da idéia medeia apenas um movimento dos braços acompanhado de uma contração vi-

gorosa dos músculos. A saca de café monta à cabeça daquele que pretende carregá-la, e o P. R. P., isto é, o Paulino Rodrigues Pereira, ganha com ela a rua.

A manhã está chuvosa e má. Um vento eortante e húmido sopra das bandas do Cubatão, trazendo lâminas de “gilete” invisiíveis para barbear da relva e do arvoredos campos de Piratininga. Ao chegar à primeira esquina o P. R. P. (Paulino Rodrigues Pereira) sente que o saco está pesando mais. E está mesmo. Com a água da chuva, o café vai inchando. Em breve parece que, em vez de 60 quilos, pesa 200. E o P. R. P. geme, surdo, sob o pêso dêle. E se atirasse aquilo ao chão? Tem o pensamento mas não lhe vem a coragem, complemento dêle. Além disso, não pode perder o esforço já empregado. Irá, pois, até o fim, com aquela carga maldita, que de hora para hora pesa mais...

Ao fim de duas horas de marcha, sem ter onde descansar o fardo, resolve P. R. P. (Paulino Rodrigues Pereira) adotar o primeiro alvitre: deixar o saco no meio da rua, e ir-se embora. Que o café se perca, mas que êle se salve. Mas a resolução chega tar-

de. O saco tem, já, com a chuva, o seu pêso triplicado, de modo que é impossível ao carregador atirá-lo ao chão, sem risco da própria vida.

— Bonito! — pensa. — Se eu procurar descartar-me do saco, êle me cairá em cima do ombro, matando-me; e se eu continuar a caminhar, morrerei da mesma forma, esmagado por êle. E ninguém por aquí para ajudar-me... Em que me metí eu!...

Vai gemendo; mas vai andando.

De repente, à esquina da rua Itararé, um vulto. E' um guarda! Em outra ocasião, Paulino Rodrigues Pereira (P. R. P.) teria amaldiçoado aquele encontro. Mas, naquele momento, era êle quasi providencial. O homem fardado aproxima-se, o revólver na mão. E' o vigilante João de Barros, chapa 1930, antigo 1924.

— Alto, camarada! — impõe-lhe o guarda.

Paulino Rodrigues Pereira (P. R. P.) detem-se, cambaleando sob o pêso da saca.

— Que é isso que leva aí? — torna o guarda.

— Café.

— E' seu?

— Não, é nosso.

— Então, entregue-o à autoridade.

— Estou pronto a isso, “seu” guarda.

Faça favor de tomar conta dêle!

O jovem soldado aproxima-se, resoluto. Paulino Rodrigues Pereira passa da sua cabeça para a do militar o saco de 200 quilos e vai saindo, esgueirando-se junto à parede.

E é de lá, escondido, que está espiando agora a peça que lhe pregou, e vendo o esforço desesperado do novo representante da ordem, o qual vai voltando com o café, ao mesmo tempo que amaldiçoa intimamente a idéia que tivera de tomar aquela carga brutal que, sem a sua intervenção, teria esmagado, com certeza, pouco adiante o P. R. P., isto é, o Paulino Rodrigues Pereira...

O BURRO E AS ROSAS

EM sua edição de 11 de agosto de 1930, quasi dois meses antes da explosão do movimento revolucionário em Minas Gerais e no Rio Grande, a "Gazeta", de São Paulo, para a qual eu mandava diàriamente uma crônica, publicou esta, que se vai ler.

"Um floricultor apaixonado possuía no seu jardim, que era vasto, as mais lindas rosas da terra. Nos canteiros, cuidadosamente tratados, abriam-se para o sol as corolas das "Príncipe Alberto", das "Paul Neron", das "La France", das "Princesa Vitória", das espécies, enfim, mais admiradas e exóticas que alí tomavam brilho novo e adquiriam novo perfume pela fertilidade do solo e pela solicitude do proprietário. Não tardou, porém, que os ladrões descobrissem êsse pedaço do Éden, e começassem a transpor-lhe o muro, protegidos pela treva noturna, despojando as roseiras dos mais belos botões em que desabrochavam cada noite.

O jardim possuía, é exato, junto ao portão, como o Paraíso depois do pecado, o seu vigilante. A êste era impossível, entretanto, multiplicar-se na guarda de todos os canteiros arreados de pétalas, máxime quando a sua missão principal consistia em evitar que os burros da estrebaria contígua franqueassem a cancela que os separava da terra plantada, e invadissem o roseiral.

Uma noite chegou, entretanto, em que os floromaníacos misteriosos se excederam na colheita clandestina; e de tal modo que o dono da chácara chamou, indignado, o guarda, que era também o jardineiro, dando-lhe, então, ordens novas e severas. Daquela noite em diante não era preciso mais vigiar os burros, que eram alimárias inofensivas e morigeradas. O essencial, o principal, o urgente, era impedir a incursão dos salteadores, pondo sentinela ao muro, de modo que os visitantes noturnos não voltassem a despojar, cautelosamente, os canteiros de flores raras, que eram os mais frequentemente visitados.

O jardineiro obedeceu, abandonou a cancela, e ficou toda a noite junto ao muro, no local por onde os ladrões costumavam

penetrar. E quando o dia clareou, e o opulento floricultor desceu a essa dependência da chácara, tombou com uma síncope; as roseiras que os visitantes noturnos costumavam despojar das flores mais lindas estavam carregadas de rosas; os burros haviam, porém, transposto a cancela abandonada, e, quebrando galhos, derrubando espeques, desmoronando latadas, destruído, aniquilado, devastado completamente o resto da plantação. As rosas estavam intactas, mas inutilizadas. Não faltava uma flor; mas o jardim estava destruído”.

E terminava assim:

“Êsse apólogo, tantas vezes contado por êste mundo, e possivelmente no outro, vem à memória a propósito do telegrama dos Estados Unidos, onde na cidade de Salem, no Oregon, o Partido Republicano forçou o prefeito a demitir-se; por comprovada dishonestidade. Do exame da administração por êle feita haviam os maioraes do Partido chegado à conclusão de que se tratava de um homem competente, mas pouco escrupuloso no zêlo dos dinheiros públicos, cuidando da administração mas servindo-se dela para a realização de negócios pouco recomendáveis.

E ficou resolvido que êle passasse o cargo ao seu substituto, homem modesto mas de uma honradez a toda prova. A administração que êste passou a fazer era honesta; mas, era tão baixo o grau de intelligência do novo administrador e tão volumosos os prejuízos dela decorrentes, que o Partido em breve se reunia de novo para restabelecer nas funções o correligionário anteriormente destituído, — proclamando assim a verdade do apólogo, segundo a qual mais vale no jardim da política um ladrão que roube sem destruir do que um burro que não roube mas destrua tudo com a sua incompreensão ingênua das coisas.

E aí está como se confirma, entre os povos mais modernos, a sabedoria dos apólogos mais antigos”.

Pessoas maliciosas, que sabiam, tanto como eu, não ter vindo dos Estados Unidos nenhum telegrama sôbre o prefeito de Salem, onde não se dera nenhum conflito no seio do Partido Republicano, tiveram, então, a idéia perigosa de attribuir-me um pensamento recôndito, e que era o de aplicar o apólogo, e as suas conclusões, ao que ia ocorrendo aquí mesmo pela nossa terra.

E' sabido que o apólogo foi inicialmente criação dos escravos, os quais vestiam as verdades comuns, aquelas que não podiam dizer claramente, com a roupagem da fantasia. Era o meio de fazê-las chegar à presença dos Reis.

E foi o que eu procurei fazer, na adaptação daquele conto. Que culpa tinha eu que o Senhor meu Rei, a cuja bravura e patriotismo rendo homenagem, andasse quasi sempre doente dos ouvidos e dos olhos?

O SOFÁ DA SALETA

PELO sr. ministro da Marinha foi submetido há quatro dias à assinatura do chefe do Govêrno Provisório, que lha deu, um decreto que se acha no Diário Oficial mas que não teve, parece, aquí fora, a conveniente divulgação. Êsse decreto é o que muda o nome da *Escola Naval de Guerra* para o de *Escola de Guerra Naval*.

A muita gente parecerá, talvez, estranho que, em um momento em que são incontáveis os problemas gerais reclamando solução urgente, se preocupe o novo ministro da Marinha com essa questão de nomes, como se o bom funcionamento dos estabelecimentos públicos dependesse da sua denominação. A êsses maldizentes eternos poderia, entretanto, s. ex. responder com os ensinamentos da História, mostrando que os bons administradores são, ordinariamente, os que se interessam pelas miúdas cousas do govêrno. Com alguns algarismos insignificantes e meia dúzia de sinais algébricos os mate-

máticos tomaram a dimensão da Terra. O mosquito que entrou pelo nariz do imperador Tito foi, na opinião de alguns historiadores, a causa inicial da queda do Império Romano. E é do domínio público a história que Lamprídio conta de Heliogabalo, o qual só teve conhecimento da extensão de Roma pelo monte de aranhas colhidas pelos seus servos.

Em matéria de éditos ou decretos aparentemente gratuitos, mas realmente úteis, avulta, todavia, em primeiro lugar, nos domínios da fantasia, o do imperador de Lilliput, relativo ao modo de quebrar os ovos à mesa. Tendo o príncipe herdeiro, quando pequeno, cortado o dedo ao partir um ovo pelo lado fino, foi imediatamente expedido um ato oficial determinando que, em todo o país, se passasse a quebrar os ovos pelo lado rombudo. Acostumado a comer os ovos pelo lado fino, o povo rebelou-se contra o édito imperial, sucedendo-se seis revoltas em dois ou três anos. Perseguidos pelas autoridades, os promotores dêsses movimentos refugiaram-se em Blefescu. Onze mil revolucionários fôram levados à fôrca. Uma guerra estalou entre os dois impérios.

E tudo isso por causa de um decreto modificando o processo de comer o ovo cozido.

Nos limites, mesmo, da História, as pequenas medidas sábias preocuparam, também, sempre, os homens prudentes, quando no exercício do govêrno. Tornaram-se notáveis, em Roma, os éditos de Cláudio. Em um dos seus dias felizes assinou êle, segundo refere Suetônio, nada menos de vinte, um dos quais regulamentando o modo de brear os tonéis, e outro, recomendando o suco de teixo contra as mordeduras de cobra. O mais importante de todos é, todavia, ou devia ser, o que Suetônio resume nestas palavras, que vão mesmo na língua do historiador para suavizar a escabrosidade do assunto: "Dicitur etiam meditatus edictum quo veniam daret flatum crepitumque ventris in convivio emittendi; com, periclitatum quendam prae pudore ex continentia, reperisset".

Napoleão é outro legislador minucioso. Legislava miúdo e executava graúdo. E' Chateaubriand quem conta, nas *Mémoires d'outre tombe*, que, na campanha da Itália, êle expedia, ao mesmo tempo, ordens do dia com planos de batalha e instruções sôbre as festas a Ariosto, fazendo acompanhar umas

e outras de notas literárias sôbre personagens de Homero. E para não ir mais longe e incluir nesta mistura de citações um exemplo nacional, basta citar a provisão régia de 12 de março de 1691, em que a Côrte de Portugal regula o modo de pescar tainha nas águas do Amazonas, conforme propusera o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

O nosso decreto da pasta da Marinha pertence ao número de medidas sábias e capitais, que lembram aquele botão elétrico montado na Casa Branca, em Washington, e que, comprimido levemente, fez saltar as eclusas do canal de Panamá, pondo em contacto dois oceanos. A Marinha brasileira tornou-se notável, nestes últimos decênios, pela sua ineficiêcia militar. Navios velhos, canhões antigos, munições obsoletas. Cascos gemendo no mar, caldeiras espirrando água quente, máquinas bofando de fadiga. Quem sabe, porém, se não vinha tudo isso da cábula daquele nome de Escola Naval? E' conhecida de toda a gente, por suficientemente contada a vinte gerações de humoristas, a velha história do sofá da saleta.

Um cavalheiro casado e de pouca sorte, reentrando uma tarde em casa, encontra na saleta, sentados em um sofá que aí havia, a espôsa e um médico da vizinhança, que se beijam escandalosamente. Indignado, o honrado homem resolve acabar de uma vez com aquela miséria, e corre a procurar um amigo íntimo, a quem narra o fato, pedindo um meio de desafrontar-se.

— Divorcia-te! — aconselha o outro.

— Não; não basta!

— Então, mata-a.

— Também não me serve.

— Nesse caso, mata-os, a ela e ao conquistador.

— Não me satisfaz.

E como não cheguem a um acôrdo, separam-se os dois amigos, marcando um novo encontro, para troca de idéias. No dia seguinte, ao se avistarem, o espôso enganado, mais tranquilo, vai logo exclamando:

— Sabes? resolvi o caso.

— Que fizeste?

— Mandei retirar o sofá da saleta!

Agora, as cousas na Marinha vão andar direito. Mudado o nome da Escola Naval o material flutuante fica renovado.

Está retirado o sofá da saleta.

A CAMPANHA CONTRA OS
GALANTEADORES

A Polícia Civil anunciou, e está levando a efeito, uma campanha severa contra os conquistadores urbanos, isto é, contra a classe dos mendigos do espírito que perseguem as senhoras, ou as acompanham de perto, dizendo-lhes cousas galantes junto à orelhinha rosada. Para amedrontar a classe foi tornada extensiva aos seus membros a mesma tabela de multas criada para os infratores da moralidade nas praias de banho, ou, seja, a taxa de 20\$000 por pilhéria ou galanteio proferido independente de requisição. Toda a gente conhece a história daquele agente de Estrada de Ferro que, tendo telegrafado ao Diretor perguntando como devia cobrar o frete de um porco metido numa gaiola, recebeu esta resposta: "Porco em gaiola é considerado ave". E' o caso, agora, a ser aplicado pela nossa polícia de costumes. Para efeito da multa, "almofadinha" dizendo

galanteios no centro da cidade é considerado banhista de calção curto ou moça de roupa aberto: paga vinte mil réis.

Essa providência da polícia carioca, e que está sendo tomada igualmente em S. Paulo, vem determinar uma verdadeira revolução nos nossos costumes citadinos. Quem já teve oportunidade de ir por uma rua de grande trânsito a pequena distância de uma senhora bonita e desacompanhada, sabe quanto se acha inveterado no espírito do brasileiro, ou do estrangeiro aquí domiciliado, o hábito de dirigir às mulheres palavras de lisonja banal ou gracejos de acentuado mau gosto. Mas sabe, também, que nunca viu, da parte das damas que os escutavam, uma repulsa enérgica ou um simples gesto de enfado. Pouco a pouco foram-se as senhoras habituando a essa prática, a essa exibição da estupidez coletiva, que, parece, até estranhavam quando não a recebiam de passagem. Há um velho conto alemão em que se refere o caso de um rei que plantava batatas e que, para prosperidade da sua agricultura, cobrava os impostos do seu reino em adubo. As banalidades, as inépcias, as grosserias e os elogios idiotas e inexpressi-

vos que as mulheres bonitas escutam na rua têm a mesma finalidade. Algumas levam a sério, e acham que aquilo é um tributo que os homens lhes devem. E alegram-se intimamente, quando não agradecem no mesmo instante, com a moeda do olhar ou do sorriso.

O costume transformou-se em lei. A idiotice, pela continuidade, tornou-se tradição.

A campanha agora iniciada pela polícia das duas grandes cidades brasileiras é, todavia, louvável e benemérita. E o meu receio não é que os conquistadores de ponta de calçada ou de porta de barbeiro se insurjam contra a medida: é que as damas, acostumadas à lisonja fácil, reclamem contra as providências policiais e peçam a sua supressão. Quantas, entre elas, perdida a esperança de escutar um louvor nos salões ou nas rodas íntimas, que as conhecem de perto, não têm como um único e último confôrto da vida êsses galanteios anônimos que os homens de todas as idades distribuem generosamente? Quantas não fazem um vestido com sacrifício, ou não adquirem um chapéu, unicamente para parecerem mais jovens ou menos feias e receberem, em paga, essa moeda ver-

bal que se não desvalorizou de todo apesar da inflação?

Se se efetivar êsse protesto, de que já apareceu uma significativa amostra num matutino carioca de ontem, a Polícia não deve interromper a campanha iniciada, mas, apenas, alterar o processo de punição: a multa passará a ser paga, não pelo homem que disser o galanteio, mas pela mulher que o receber sem reclamar.

E a renda será certa, e volumosa. Dentro de um ano teremos pago a dívida externa com o produto das multas sôbre galanteios. E a interna com o das arrecadações na praia.

E poderemos, com o saldo, erguer um monumento ao galanteador e ao banhista desconhecidos, — que serão glorificados, assim, como os dois salvadores do Brasil.

OS ÊMULOS DO BIBIANO

NO tempo em que eu escrevia páginas mais ou menos alegres, isto é, quando a vida ainda não havia pôsto a sua dose de centáurea menor no meu copo, eu compús um conto, sôbre outro de Jean Kolb, e que é êste, que se vai ler.

“O Bibiano era menino ainda, e já pretendia ser a palmatória do mundo. Na pequena cidade em que morava, e em que havia nascido, ninguém o suportava, pela sua fingida superioridade. Havia farejado todas as profissões, e não adotara nenhuma. Tipógrafo, estafeta, sapateiro, alfaiate, caixeiro de armarinho, empregado de padaria, — tudo havia êle experimentado. E como não se conformasse com a idéia da continuidade e da disciplina, passava a maior parte do tempo a “aperuar” o jôgo de gamão que travavam, todas as tardes, à porta da Farmácia Humanitária, o padre Jesuíno Frota, vigário da paróquia, e o velho Cazuzza Guedes, proprietário do estabelecimento.

A grande, a máxima, a suprema ambição do Bibiano era ser empregado de farmácia. Aqueles bolões enormes, repletos, um, de anilina verde, outro, de anilina encarnada, exerciam sôbre êle verdadeira fascinação. E era com olhos de namorado que o rapaz ficava, às vezes, à noite, horas inteiras, a olhar os dois vidros bojudos, por trás dos quais irradiavam duas lâmpadas, multiplicando os reflexos da água colorida.

Desvanecida essa aspiração, arrumou Bibiano a sua trouxa e, dizendo adeus à mãe, desceu a serra em cujo alto nascera, indo ter a Barra-Grossa, como trabalhador do pôrto. Nunca, na sua vida, tinha visto mar. Ao vê-lo não mostrou, porém, o menor espanto. Era como se houvesse nascido à beira d'água e não tivesse feito outra coisa na terra senão viajar. Criticava tudo, zombava de tudo, e falava de manobras, de atrações, de travessias com mar grosso, e como se tivesse dado volta ao mundo na caravela de Fernão de Magalhães.

Certo dia, conversava o Bibiano sentado no cais, o boné atirado para a nuca, censurando ora um, ora outro, dos velhos marinheiros do pôrto, quando lhe bateram fa-

miliarmente no ombro. Voltou-se de súbito e deu de cara com um indivíduo gordo, rosto vermelho, fisionomia de homem do mar.

— Você é piloto, camarada? — inquiriu o sujeito.

— Meu Deus! — fez o Bibiano, com um riso na mofa. — Eu nunca fui outra coisa nesta vida!

— Pode levar um navio até o pôrto de S. Vicente?

— E' grande o navio?

— Não; é pequeno.

— Mesmo que fosse grande. Quando sai?

— Agora, à noite.

Às nove e meia o *Tupá* levantava âncora em Barra Grossa e ganhava o mar com Bibiano ao leme. A noite estava escura como a alma de Judas, e o *Tupá* entrava por ela como faca em "caviar". Para onde iam Deus não sabia, e o Bibiano ainda menos. O segundo piloto, apavorado, esperava a cada momento o choque do casco contra uma pedra. O Bibiano continuava, porém, impávido, a mão no leme, o olhar mergulhado na treva, perscrutando a escuridão.

De repente, desenha-se a duzentos metros de distância, pela prôa, um vulto negro,

que, de tão negro, se destacava na negrura da noite. Bibiano franziu a testa, perguntando a si mesmo o que seria aquilo pela frente. Um instante mais e rasgavam a treva, como dois olhos enormes, um vermelho, outro verde, os dois faróis de um transatlântico monstruoso, que viajava, com toda a força das máquinas, em sentido contrário.

As luzes acentuavam-se, cresciam, de segundo a segundo. Os cabelos de Bibiano arrepiaram-se. Um sentimento de terror invadiu-o todo, dos pés à cabeça. Compreendeu, nesse instante, toda a extensão da sua audácia, da sua coragem, da sua temeridade. Sentiu horror de si mesmo, e, num gesto de desespero, abandonou a roda do leme, precipitou-se, os olhos esbugalhados, as mãos na cabeça, escada abaixo, aos gritos:

— Comandante! comandante!...

E sacudindo os braços, com o terror estampado no rosto:

— Comandante! Acuda, que o navio vai entrar numa farmácia!...

Por que associação de idéias ao ler a notícia das atrapalhões de certos políticos novos, interventores em alguns Estados, me veio à memória, hoje, de repente, esta esquisita história do Bibiano?

X X X I V

O QUE ME DISSE UM GRÃO DE CAFÉ NO CAIS DO PÔRTO

TELEGRAMA de São Paulo ontem divulgado no Rio de Janeiro, informa ter sido resolvida alí a utilização de alguns milhões de sacas de café como adubo dos próprios cafeeiros, ou de outros vegetais produtivos. E era disso que eu me ia recordando, à tarde, em um dos armazéns do Cais do Pôrto, à hora do embarque de um amigo, quando de repente escutei um — psiu! — miúdo e medroso, que parecia partir de uma pirâmide de mercadorias. Voltei, e dei com a metade de um grão de café, que me espiava, com a sua pequenina cara comprida e convexa, dentre dois fios de juta de um saco.

EU — Adeus, antigo Grão... Senhor! Como vai você? Então, estão agora muito por baixo?

ÊLE — Como você, amigo. E não será você que se há de rir de mim. O mundo é

assim mesmo: um dia é da saca, outro do sacador... Eu caí, mas você também...

EU — Lá isso é verdade... O que, porém, me está custando a admitir, é esta notícia de hoje.

ÊLE — Notícia? Que notícia?

EU — A de que você vai retornar às fazendas, para servir de adubo dos cafezais de onde saiu.

ÊLE — Você acha isso estranho? Hom'essa!... Em que é, afinal, que se resume a vida? Não é ela constituída pelo ritmo do retôrno universal? Você mesmo não está obedecendo a êsse ritmo? Não saiu do pó, não teve o seu momento de alegria ao sol, e não terá de voltar ao pó? *Memento, homo, quia pulvis es...*

EU — Você é latinista, hein? Veio de algum cafeeiro das fazendas do Caraça? Ou de algum sítio do ex-deputado Canabrava?

ÊLE — Eu? Não... Não sou mineiro, não; sou paulista.

EU — Paulista? E êsse latim?

ÊLE — Aí é que está o segrêdo. (*Baixo*). Eu nascí em uma fazenda do Dr. Altino Arantes...

EU — Voltemos ao caso. Está, então, você, satisfeito em retornar ao solo paulista, mesmo como estrume?

ÊLE — E por que não? Você conhece a cena do cemitério, do “Hamlet”? Alexandre não terá voltado, mesmo, à terra, para, com a argamassa da sua carne transformada em argila, tapar barrís de cerveja? *To what base uses we may return, Horatio!* — exclamava o príncipe dinamarquês. Por que não posso eu voltar a ser estrume na terra natal, depois de ter sido flor de neve e fruto côm de sangue, e me haver preparado para grandes viagens marítimas e aventureiras? Ia subir em um guindaste em Nova-York, dansar em uma cafeteira em Paris, ou fumegar em Londres, na mesa de um príncipe... Mas, de que é tecida a vida, senão com o fio das surpresas? Você também não viu a falência dos seus cálculos e conjecturas?

EU — Lá isso tive.

ÊLE — Imaginava, com certeza, há quatro meses, estar, hoje, cercado dos seus velhos livros, embebendo-se de estudos graves e de cousas profundas; está, entretanto,

aquí, vergado em mesa de empréstimo, o traço do sofrimento físico nos olhos cansados, arrancando dia a dia da sua tristeza um punhado de palavras alegres... Que é isso senão passar de grão de café a... a...

EU — A estrume.

ÊLE — Sim, a estrume, de lavoura alheia...

EU — Mas, falemos de você.

ÊLE — Falar de mim é falar de nós todos, que caímos: de mim, de você, do Câmbio...

EU — Sim, eu sei; mas, que acha, economicamente, dessa idéia de adubar cafeeiro com café?

ÊLE — É opoterapia. Tira-se o germe, e injeta-se de novo no doente.

EU — Acha você, então, que está certo?

ÊLE — Por que não? Cura-se o cão com o pêlo do próprio cão.

EU — E se a moda pega? Se se dá, por exemplo, a superprodução do açúcar?

ÊLE — Estruma-se com êle o canavial.

EU — E a do mate?

ÊLE — Apanha-se a fôlha e põe-se-a no pé da árvore.

EU — E a do babassú?

ÊLE — Quebra-se o côco para adubar a palmeira.

EU — E a da carne ou do toucinho?

ÊLE — A mesma cousa.

EU — Explique-se.

ÊLE — Laça-se a vaca com a linguiça e esfrega-se o toucinho no focinho do porco.

E sumiu-se.

ROMUALDO E A OPOSIÇÃO

O deputado federal Romualdo Veloso, mistura confusa de político e homem de imprensa, foi, um dia, visitar o seu Estado natal, que representava na Câmara. Recebido pelos correligionários que nunca lhe tinham visto a cara senão nos retratos que os jornais publicavam, a sua permanência na terra do berço foi assinalada por uma série de festas, que iam desde a missa em ação de graças até a sessão nas lojas maçônicas, embora não tivesse êle sido, jamais, leitor do catecismo cristão e, ainda menos, iniciado nos mistérios do bode preto. Constava, porém, que Romualdo seria o futuro governador do Estado, senhor absoluto do Tesouro e generoso distribuidor de empregos, e isso bastava para que fossem descobertas na sua figura até há pouco ignorada todas as virtudes de um perfeito estadista e todos os talentos de um legítimo homem de idéias.

Entre as homenagens de que devia ser alvo estava, a título de curiosidade, um baile

de pretos. Por iniciativa do governador em exercício, que assim pretendia distinguir o hóspede ilustre, um grupo de operários, homens de côr, foram ao hotel em que Romualdo se hospedava por conta do Tesouro Público, e aí convidaram para essa festa popular o deputado itinerante. Uma comissão viria buscá-lo ao hotel, e levá-lo à casa da festa, que ficava longe, nos subúrbios. Arco-tes foram preparados para iluminar o cortejo. As bandas de música do batalhão federal e da Polícia mandaram oferecer-se, pela palavra dos respectivos comandantes, para nele tomar parte. E à noite desfilou pela cidade, rumo dos arredores, a passeata enorme, em que se via gente de toda espécie, a qual, ébria de entusiasmo, mas com o pensamento no "chopp" e no guaraná que diziam haver em grande quantidade na casa da festa, vivavam seguidamente o prestigioso deputado Romualdo Veloso.

E as bandas de música ressoavam na terra. E os foguetes troavam no céu.

Após duas horas de marcha a pé, durante a qual o congressista homenageado não cessou de agitar sôbre a cabeça a sua bengala de junco afim de evitar alguma fle-

cha de foguete, chegou o cortejo à casa em que se realizaria a homenagem popular. As bandas militares, reunidas, roncaram todas de uma vez. Uma comissão oficial, constituída pelo sub-delegado de Polícia, pelo 3.º suplente do juiz substituto e por um sargento reformado da Fôrça Pública, recebeu-o à porta, com todas as honras, e com esta frase que tudo dizia, ou que não dizia nada:

— Pode entrar, doutor... Faça de conta que a casa é sua!

Romualdo entrou. Sorriu. Cumprimen-
tou a assistência. Sentou-se. E declarou
iniciada a festa. Ainda não havia, porém,
acabado de pronunciar as palavras gentís
dessa inauguração quando ouviu que come-
çava, no fundo da casa, um murmúrio irri-
tado, ruído clássico de gente descontente.

— O que é isso? — indagou de um su-
jeito que se achava a seu lado, com um copo
de “chopp” na mão.

— E’ o “pessoal” que está reclaman-
do... Parece que o “chopp” e o guaraná
não chega para todos, e, então, quem não
ganha, vai achar que a festa não presta...
Mas V. Ex. não se incomode, porque isso é
assim mesmo...

Romualdo coçou a cabeça, sorriu, e a festa continuou.

De repente, porém, a situação tornou-se ainda mais desagradável. Já não era o “pessoal” que discutia; era a própria comissão promotora da festa, a qual, guardando embora as conveniências, começava a divergir sôbre o programa. Uns queriam que o Hino nacional fosse tocado antes do fogo de vista. Outros eram de parecer que o orador oficial falasse antes da segunda valsa. E outros, ainda, insistiam em não entrar na sala antes de serem retirados dali alguns correligionários com os quais eram incompatíveis.

— Se êles não saírem, nós não entramos! — declaravam.

E como não houvesse nenhum operário com autoridade sôbre os outros, e fossem “todos iguais perante a lei”, a balbúrdia continuava, perturbando a festa, com o risco de acabar tudo em pancadaria.

Foi nesse instante que, levado até alí como simples espectador, o Policarpo Viana, repórter de um jornal da oposição, que se encontrava na rua, tomou coragem e, num gesto de solidariedade intelectual, resolveu

intervir: penetrou na sala, e, encaminhando-se para Romualdo, segurou-o pelo braço, e convidou:

— Doutor, vamo-nos embora... Vamos daqui...

E trazendo-o para a rua, sem que os donos da festa dessem por isso, preocupados como estavam a disputar entre si:

— Vamos daqui, doutor... Isto aqui não é lugar para um homem como o senhor...

E acabou-se, assim, esta história tola, escrita com muito cuidado para pessoas inteligentes.

AS MISÉRIAS DA OPOSIÇÃO

O chefe do Govêrno Provisório está no dever, na irrefragável obrigação moral, de mandar instaurar um inquérito para apuração da mais clamorosa mistificação que jamais se tentou no Brasil e, porventura, no mundo inteiro. Trata-se, parece, da existência de um grupo de indivíduos audaciosos, possivelmente pertencentes à Velha República e apeados do poder pela Revolução de outubro, os quais, associados impatrioticamente, vêm praticando atos de grande responsabilidade em nome das autoridades revolucionárias. Servindo-se da assinatura do sr. Getúlio Vargas, do sr. Osvaldo Aranha, do sr. Assis Brasil, do sr. Whitaker, do sr. Francisco Campos, do sr. José Américo, do sr. Melo Franco, do sr. Lindolfo Cólór, do sr. Bergamini, do sr. Juarez Távora, do sr. Miguel Costa e de outras figuras de relêvo político, têm êsses desconhecidos lavrado decretos, publicado artigos,

proferido discursos e concedido entrevistas, procurando, com isso, comprometer êsses eminentes brasileiros perante a opinião nacional. É essa organização oposicionista e secreta, cuja sede a polícia do sr. Batista Luzardo ainda não conseguiu descobrir, que têm demitido ministros do Supremo Tribunal, adquirido aviões, nomeado indivíduos pequenos para lugares grandes, ameaçado emprêsas estrangeiras que aquí empregam avultados capitais, desrespeitando normas universais de direito público, contribuindo, assim, para que se estabeleça uma atmosfera de pânico, de incertezas, de ameaça, de que é índice a queda do câmbio e a expectativa inquietante fora do Brasil, da qual o sr. Melo Franco já deu ciência, há dias, aos seus colegas de ministério.

Para tornar, talvez, antipática e impopular a obra da Revolução, um dêles, utilizando do nome do general Miguel Costa, velho capitão da liberdade de pensamento, expediu circulares restringindo a atividade da imprensa, expressão gráfica daquela liberdade. Um dos membros daquela associação secreta chegou, mesmo, segundo se diz, a tomar o nome do ilustre sr. Getúlio Vargas

e a seguir para uma estação de águas no momento em que o país se encontra diante de problemas que demandam vigilância e solução imediatas ao passo que outro, fazendo pilhéria com um assunto sério, e com o mesmo intuito de comprometer os estadistas revolucionários, manda para os jornais a notícia de que o sr. ministro da Fazenda vive a escolher retratos de moças para as moedas de tostão, em vez de arrancar os últimos cabelos com a maior crise financeira que jamais assoberbou o país.

Para completar êsse trabalho de difamação (*maledicus a malefico non distat nisi occasione*), a maldade oposicionista tem espalhado que alguns próceres revolucionários, puritanos inflexíveis, se vão apossando, numa disputa feroz, dos rendosos lugares de advogados de emprêsas ricas, e de diretores de Bancos e companhias prudentes, os quais eram ocupados, antes de 24 de outubro, por indivíduos felizes que a imprensa apontava à execração popular como especuladores inescrupulosos. Trabalha-se, enfim, em todos os setores da vida pública brasileira, para desmoralizar a obra patriótica e honesta da Revolução.

E' verdade que uma das imposturas dos mistificadores da opinião foi, já, descoberta, e sofreu o necessário corretivo: o Tribunal Revolucionário, cuja iniciativa se atribuiu ao Govêrno Provisório. Êste soube, porém, do fato, sitiou o referido Tribunal, e matou-o de inanição. Há, todavia, outros abusos que estão reclamando a mesma atitude enérgica da parte do govêrno, e dos seus amigos mais prestigiosos, os quais não têm, parece, noção precisa dos limites a que pode atingir a maldade humana. Não há, por exemplo, quem espalhe que o bravo capitão Juarez Távora anda pelo norte fiscalizando os interventores, atribuindo-se uma investidura da qual não apresenta documento? E não há, por outra parte, quem diga que isso é verdade e que êle faz isso porque o chefe do Govêrno Provisório não se preocupa, mesmo remotamente, com o destino dos Estados setentrionais?

Os homens de boa-fé, que ainda não desesperaram do Brasil, sabem que, para felicidade nossa, tudo isso é falso. O sr. Getúlio Vargas, compreendendo a gravidade da situação, não se afastou do Rio de Janeiro; e se não aparece em público, é porque se

acha entregue, dia e noite, ao estudo de problemas que não permitem dilação, e que interessam diretamente à salvação nacional. Em vez de divertir-se ou passear, êle está sofrendo com os seus concidadãos, reforçando a confiança que estes depositam na sua autoridade, portando-se, em suma, como o piloto experiente e abnegado que não abandona o leme enquanto não se desvanece no céu e nas ondas o último vestígio da tempestade. Essa é que é a verdade. E é isso que passará à História.

Indivíduos filiados às antigas correntes políticas em boa hora dissolvidas, prevalecem-se, para dar maior relêvo à mistificação, da atitude da própria imprensa revolucionária. Todos êsses fatos têm sido, na verdade, divulgados pelos jornais que mais se bateram pela Revolução. Pode-se mesmo alegar que êsses jornais constituem hoje verdadeiras poliantéias de ataques, de censuras, de crítica amarga, de condenação aos atos pretensamente oficiais, os quais são em maior número, e mais veementes, do que aqueles que se liam antes de 24 de outubro. O leitor inteligente verá, porém, sem custo, que o Govêrno Provisório não é responsá-

vel por êsses atos; tanto assim que, atacando-os, a imprensa não ataca, jamais, nem o sr. Getúlio Vargas, nem o sr. Osvaldo Aranha, nenhum, enfim, dos homens públicos a quem êles são imputados. O que prova, lógicamente, de modo inequívoco, que êstes não são responsáveis por êles, e que há, portanto, por aí, uma instituição secreta que está agindo em nome dessas autoridades. Haverá, realmente, quem admita que a imprensa carioca, livre, ativa, independente, censurasse persistentemente os atos públicos de determinados homens, e elogiasse ao mesmo tempo, com a anterior confiança e entusiasmo, os autores dêsses atos? Poder-se-á condenar permanentemente a criatura louvando permanentemente o criador?

Urge, pois, que o chefe do Govêrno Provisório, libertando-se um pouco dos estudos acurados e pacientes a que se vem entregando no interior do Guanabara, e de onde não sai há vinte dias, atente um pouco para o que está sucedendo aquí fora, e tranquilize a consciência pública.

Se não o fizer, será um desastre. A imprensa acabará identificando os atos com os homens, e quem nos dirá se na sua credu-

lidade ingênua e confiante, o povo não chegará a fazer ao sr. Getúlio Vargas a injúria de acreditar que s. ex. se acha, mesmo, em um momento dêstes, repousando em São Lourenço?

XXXVII

MOEDAS DE PRATA, DE FERRO, DE COURO E... DE PAPEL

A retenção de ouro nos subterrâneos dos Tesouros Públicos e dos grandes estabelecimentos de crédito da América do Norte, da França, da Inglaterra e de alguns pequenos países em que os judeus se refugiaram com a sua agiotagem, está determinando, em todo o mundo, a mais formidável crise financeira dos últimos séculos. Sem êsse metal intermediário dos negócios, vêem-se os países pobres na contingência de restabelecer o regime das permutas diretas, com a troca de mercadorias. Daí essa transação, que se acha anunciada, dos onze aviões italianos, que acabam de chegar ao Brasil, pelas 50.000 sacas de café que o nosso govêrno possui em Gênova. Dá-nos a Itália as máquinas montadas nas suas oficinas; damos-lhe nós, em paga, produto da nossa lavoura.

Nestes tempos em que falta o ouro, cada um tem a sua moeda.

Voltamos, assim, após três mil anos de evolução, à infância dos povos, quando o fenício, o lídio e o grego ainda não haviam instituído a moeda, elemento de troca. As crianças de hoje, mais ilustradas do que os velhos de ontem, não ignoram que, entre os romanos primitivos, a moeda comum era o boi, ou o carneiro, isto é, o gado (*pecus*) de onde a palavra *pecúnia*, e o valor *pecuniário* das cousas negociadas. Para não levar o boi ou o carneiro à *urbs* o romano instituiu um pedaço de metal, com a figura do animal cujo preço ela representava. Eram, em geral, placas de prata, ou de cobre, algumas de mais de um palmo de comprimento. O *aureus*, moeda de ouro do tempo de Augusto, ainda trazia em uma das faces a efígie do imperador e, na outra, a figura de um boi. As moedas espartanas eram de ferro. Um conto de réis, dinheiro nosso, encheria um carro de bois. Frederico Barbarroxa, na campanha da Itália, institue a moeda de couro. E há até povos que, abusando da boa-fé dos que possuem mercadorias, pegam de um pedaço de papel, imprimem-lhe um

número e o retrato de um político, e dizem que é dinheiro.

Com o ferro da moeda espartana, ainda se podia fazer um prego. O couro da moeda alemã ainda podia ser devorado por um cão que tivesse fome. Mas o papel, para que serve?

No Brasil colonial, o regime era, ainda, em muitos lugares, a permuta de produtos. No Maranhão, mesmo no século XVIII, a moeda era o novelo de fio. Há uma carta-régia do princípio do mesmo século, mandando que uma parte dos vencimentos dos pequenos funcionários do Pará fosse paga em tainhas, pois que os pescadores eram obrigados a entregar ao fisco uma parte da sua pescaria. No Ceará, até 1842, o cobre, pelo seu valor intrínseco, era dinheiro corrente. Quem ia fazer compras, em vez de uma bolsa ou de um cheque, levava um tacho. E é corrente que no Rio Grande do Norte já se pagou o funcionalismo com jerimum.

O Brasil instituiu, agora, o café-moeda. O ouro amarelo foi substituído pelo ouro-verde, que circula elegantemente em sacos

de 60 quilos. E isso é uma garantia para o govêrno. Quando o funcionário do Tesouro quiser dar um desfalque, tem, primeiro, de fretar um navio.

XXXVIII

O PLANO FINANCEIRO DO SR. OTO NIEMEYER E OS SEUS OPOSITORES

A imprensa do Rio de Janeiro, na sua unanimidade, discute neste momento, com irritada vivacidade e desusado interesse, o plano financeiro elaborado pelo sr. Oto Niemeyer. E as opiniões variam como os jornais, e até mesmo dentro do mesmo jornal. A verdade, porém, é que o público, após a leitura das críticas ao trabalho do financista inglês, ficou inteiramente desorientado por excesso de orientadores.

Convém o plano Niemeyer? Não convém? Quais as suas vantagens? E os seus inconvenientes? Será êle um aero-plano ou um hidro-plano? Isto é, estará destinado a ir pelos ares ou por água abaixo? E' isto que o leitor pergunta, mas fica perguntando a si mesmo, falando sòzinho, porque, quando se trata de finanças, a explicação é, geralmente, mais complicada do que o problema.

Os exegetas do plano Niemeyer fazem lembrar o inglês que, indo por uma das nossas ruas viu, no cruzamento com outra, no calçamento, uma galinha preta, morta, com o pescoço cortado, e tendo aos lados um monte de cinza e um côto de vela. Mãos na cintura, um garôto contemplava aquele fruto da superstição grosseira, tão vulgar na grande cidade.

— Menino, que querrrrr dizêrr êsse porquerrie? — pergunta o estrangeiro.

— E' feitiço, — responde o garôto.

— Que sêrr feitiço?

— E' despacho.

— Oh, muita bem. Mas, que sêrr despacho?

— E' macumba.

— Estar muita bem. Mas, que sêrr macumba?

— E' candomblé.

E o inglês, retirando-se, ao ver que, quanto mais lhe explicavam, menos compreendia:

— Muita obrrigada.

Eu poderia, talvez, com a minha autoridade de homem que nada possui, entrar,

também, na polêmica, emitindo opinião sobre o assunto. Limito-me, porém, para esclarecer o leitor, a seguir o exemplo do virtuoso padre Nazário.

Padre Nazário havia feito um dos cursos mais acidentados e boêmios de que havia notícia no Seminário. Os livros, para êle, eram simples objetos para um estudante sentar em cima. Isso não lhe impediu, no entanto, que recebesse a sua ordenação, e fosse nomeado para uma das boas paróquias da cidade. Logo no dia seguinte ao da posse, subiu padre Nazário ao púlpito.

— Meus caros irmãos, — gritou, — conheceis, acaso, o assunto do Evangelho de hoje?

— Não, senhor, — responderam os paroquianos.

— Não o conheceis? Então, como quereis que eu o exponha com o devido proveito para vós?

E desceu do púlpito.

No outro dia, tornou:

— Caríssimos irmãos! Conheceis o assunto do Evangelho de hoje?

— Sim, senhor, — responderam os ouvintes, em côro.

— Então, meus caros irmãos, para que tomar eu o trabalho de vos expor uma cousa que já sabeis?

No dia seguinte, a mesma consulta:

— Caros irmãos! Conheceis o assunto do Evangelho de hoje?

— Não, senhor! — responderam uns.

— Sim, senhor! — responderam outros.

— Então, — concluiu padre Nazário, aqueles que o conhecem, façam o favor de explicá-lo àqueles que o não conhecem.

E desceu do púlpito, mais uma vez.

Eu havia tomado, hoje, a resolução de tratar do plano Niemeyer, o qual tem por objetivo, segundo aqueles que o combatem, uma represália, em nome de uma família ilustre: atirar o câmbio de janela abaixo. Mas o melhor é não intervir, e fazer como padre Nazário.

Aos que vão contar o que não sabem àqueles que sabem menos, lembrarei, todavia, para que façam o uso que lhes parecer conveniente, o caso que se atribue a Colbert. Achava-se o tesouro francês exausto com as guerras contínuas e com a vida suntuosa da côrte, quando o famoso homem de Estado

anunciou a situação aflitiva das finanças do reino. Como sempre acontece, irromperam financistas de todas as províncias e de todos os recantos de Paris. E cada um lembrava uma providência, apresentava um plano. A execução de cada uma daquelas medidas salvaria a França, na opinião dos que as sugeriam. Um dos planos era, porém, de tal ordem, que Colbert despachou, prontamente:

— Execute-se... o autor!

Surja, pois, no alto de todos os planos financeiros, êsse despacho. Despacho ou feitiço. Feitiço ou macumba. Macumba ou candomblé.

O CASO DO VIGÁRIO DE SANTO
EUSTÁQUIO

A ortografia oficial portuguesa tem, positivamente, como recomendação principal, no Brasil, a sua procedência estrangeira. Adotada em Portugal por uma portaria do govêrno da República, tem ela aquí os seus maiores entusiastas e alí, no país de origem, os seus melhores inimigos. Repete-se com ela o caso da salva e do chá, na fábula de Iriarte. Espíritos combativos têm se insurgido contra o ridículo dessa situação, investindo contra os lusófilos intolerantes que desafiam os adversários dêste lado do mar, mostrando-lhes o engano em que laboram quando combatem a reforma da Academia e prestigiam aquela que lhe é oposta. Eu sou, porém, menos por índole do que por educação, refratário a polêmicas, especialmente sôbre questões de linguagem. Já o epigramista Páladas amaldiçoava, numa das flores da *Antologia*, o seu destino, que lhe havia pôsto no caminho duas

calamidades, uma das quais consistia na missão de ensinar a língua grega e andar em conflito com os outros professores de Alexandria.

Ademais, os gramáticos brasileiros estão no seu direito, e trabalham pela defesa da própria vida econômica, hostilizando a simplificação da gramática, a sua transformação de segrêdo de uma classe em patrimônio coletivo ou, melhor, de elixir complicado e amargo em água límpida, fresca e pura que toda a gente possa beber na escudela de Cúrio, ou na concha leve das mãos. Conta Voltaire, que, tendo Jean de Launay, teólogo normando do século XVII, iniciado uma série de estudos em que demonstrava a origem fabulosa de alguns santos, cuja eliminação do agiológio católico pleiteava com vivacidade, passou o cura da igreja de Santo Eustáquio, em París, a cercá-lo de amabilidades e cortesias, que escandalizavam o clero. Perguntado, um dia, sôbre os motivos daquela subserviência a um inimigo da sua fé, o vigário confessou, em voz baixa:

— Eu lhe faço todas essas reverências com mêdo que êle me tire o meu Santo Eustáquio. . .

É essa a situação dos gramáticos ante o risco da simplificação da ortografia. Se a gramática se tornar uma religião sem mistérios, de que irão viver os seus sacerdotes?

Apenas, o processo empregado por estes é diverso da urbanidade hábil que salvou da fome o cura parisiense, poupando-lhe a paróquia. Mas, isso mesmo é compreensível e explicável. As discussões entre gramáticos, ou de que participe um destes, não podem manter-se, jamais, dentro das regras da elegância e da polidez. O gramático é, sempre, a última metamorfose do professor primário, na morfologia das inteligências rudimentares. Formado em um ambiente estreito, em que domina tirânicamente sôbre espíritos infantís e indefesos, sai êle para a imprensa ou para o livro com a ilusão de um prestígio incontrastável, e de que o mundo inteiro se subordina às regras convencionais da linguagem e se rege *secundum legem grammaticam*. E como não encontra por toda parte a mesma submissão escolar, o mesmo silêncio de aula quando êle levanta a voz, estranha a insolência, perde a serenidade, tropeja, deblatera, recorrendo ao insulto grosso, à arma brutal e clássica

dos espíritos impotentes na realidade da vida. A impolidez dos gramáticos é, por isso, uma fatalidade profissional, que se precisa destruir, destruindo a profissão e fazendo da gramática uma disciplina singela e racional.

Enquanto, porém, não chega o dia feliz em que se queime o último gramático na fogueira acesa com os últimos tratados que êle tenha escrito, dê-nos o Govêrno Provisório, por intermédio do Ministério da Instrução, uma ortografia, qualquer que ela seja: a mixta, a da Academia, ou mesmo a oficial portuguesa, convenientemente adaptada às variações que caracterizam a nossa língua nacional, ou, como dizia Gonçalves Viana, o “dialeto brasileiro”. Contanto que se ponha termo à anarquia reinante nas esferas do ensino, onde os alunos pagam anualmente, com as reprovações na cadeira de vernáculo, um imposto caro aos caprichos de meia dúzia de espíritos conservados em pedra-ume, os quais, interpretando às avessas as Escrituras, e vendo que Jesús é o Verbo que se fez Homem, se supõem quasi divinos, considerando-se homens que se fizeram verbo.

O QUE ESTÁ FEITO E O QUE
SE VAI FAZER

FORAM assinadas quinta-feira última, em Lisboa e no Rio de Janeiro, as bases de um acôrdo entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras para uniformização ortográfica da língua portuguesa. Assunto de atualidade, tem-se a êle referido toda gente, emitindo cada um, sôbre a matéria, por intermédio da imprensa, a moeda de ouro da sua cultura ou a cédula falsa da sua ignorância. E eu não quero ficar, nesta hora, à margem do rio dos acontecimentos. Não porque pretenda discutir o acôrdo em projeto examinando a sua nocividade ou a sua conveniência, mas porque me é preciso definir, públicamente, a responsabilidade que, porventura, nele me caiba. Não é o jornalista que vem acusar uma instituição, ou defendê-la: é o acadêmico, o obscuro membro dessa instituição que torna público o ponto de vista que defendeu, e em que foi vencido, pois que não

compreende a Academia como inflexível irmandade de trapistas, a cuja porta se torne obrigatório o voto de silêncio.

Há um pequeno conto mongol em que se refere que em tempos que vão distante existia no alto dos montes Khingham um povo de macacos que fabricavam cestos com admirável perfeição, passando por isso como deuses, aos olhos dos homens da planície, na qual se acha situada hoje a província de Tsetsen-Khan. Um dia, um dos macacos fugiu, desceu a montanha, e veio contar aos humanos a ciência de fabricar cestos de junco. E os homens de toda a região ficaram sabendo que a cousa mais fácil do mundo, e que julgavam prodigiosa e transcendente, era, precisamente, a fabricação daqueles vasos leves e portáteis de variada e quotidiana utilidade entre êles.

Eu sou o macaco da montanha que vem falar ao povo mongol.

Eu tive sempre, e sempre manifestei, acentuada e pública simpatia pelo sistema ortográfico aprovado pela Academia Brasileira de Letras em 1907, e restaurado em 1929 nas publicações acadêmicas. Era simples, racional, e coerente, e o que mais con-

vinha ao ensino pelas facilidades que oferecia ao estudante. Mas a reforma da Academia não foi aceita. Combateram-na os mestres, que aferem a mentalidade dos discípulos pela sua; e combateram-na os jornalistas, unicamente porque ela constituía um assunto. E a reforma ortográfica da Academia ficou sem utilidade nas letras, sob a alegação de que, obedecendo embora às leis do bom-senso e às conveniências imediatas do ensino, não atendia, como nas reformas do espanhol e do italiano, a nenhum critério científico.

Obediente a essa imaginária exigência da opinião pública, resolveu o atual presidente da Academia Brasileira de Letras, sr. Fernando Magalhães, encaminhar as negociações para um entendimento com a Academia das Ciências de Lisboa, de modo a chegar-se a um acôrdo sôbre a grafia da língua portuguesa no Brasil e em Portugal. Sendo apontada pela maioria dos professores brasileiros como trabalho perfeito, completo, modelar, a ortografia oficial portuguesa não devia, contudo, ser aceita por nós integralmente. Espontâneamente, sem qualquer consulta aos órgãos técnicos da Aca-

demia Brasileira de Letras, para não comprometer êsse Instituto no desastre de uma recusa, anotou o sr. Fernando Magalhães alguns pontos em que a nossa instituição poderia ceder, e outros em que os filólogos portugueses deviam capitular; e remeteu essas pequenas notas, officiosamente, ao sr. Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, para exame preliminar da matéria. Recebida a resposta favorável, isto é, de que era possível um entendimento sôbre aquelas bases, reuniu o Presidente da Academia os membros das comissões de Gramática e de Dicionário, e submeteu à votação cada um dos pontos da proposta por êle organizada. O assunto foi debatido, todo, oralmente, em uma sessão única, apurando-se os votos. E ficou instituído, assim, o acôrdo com Portugal, sem que um só dos membros daquelas comissões técnicas redigisse uma simples linha de comentário, ou apusesse a sua assinatura em qualquer dos documentos que o constituem.

A uniformização ortográfica da língua portuguesa corresponde, sem dúvida, a uma aspiração de toda a Academia. Mas o acôrdo ressentiu-se da precipitação com que foi

elaborado pelos seus negociadores brasileiros. Enquanto as propostas e contra-propostas da Academia das Ciências de Lisboa vinham redigidas e assinadas pelos membros da secção de filologia, as nossas iam de forma sumária e burocrática, redigidas pela secretaria da casa, sem maiores explicações, — e de tal modo que em um dos seus pareceres os filólogos portugueses observavam, injustamente, que nós propunhamos, ou recusávamos, sem fundamentar os nossos pontos de vista. Mas, como os fundamentar ou transmitir-lhes integralmente a nossa opinião, se houve apenas uma reunião para debate do objeto, e êsse mesmo foi oral, e rápido, porque havia pressa na assinatura do acôrdo?

Membro da Comissão de Gramática da Academia e, por isso, um dos acadêmicos convocados para a última reunião das comissões técnicas em que se examinou a proposta feita à Academia das Ciências de Lisboa, eu estava no dever literário de oferecer, públicamente, esta explicação, afim de que se não leve, aquí e em Portugal, à responsabilidade dos acadêmicos o pequeno formulário de duas páginas que está sendo distri-

buído. Êste constitue trabalho da secretaria, sem o “visto” de qualquer dos membros das comissões de Gramática e de Dicionário, os quais não consentiriam, sem dúvida, que êle apparecesse afeado por deploráveis cacofonias, e de modo tal que o professor não o poderá ler aos seus discípulos, em voz alta, sem proferir uma obscenidade.

O propósito do presidente da Academia Brasileira de Letras foi louvável e meritório. A Academia, unânime, aplaudiu a sua iniciativa, encaminhando as negociações. À semelhança daquele general romano que dizia falar em nome da República se fosse bem sucedido no empreendimento a que se aventurava, e no seu próprio, se fosse infeliz, — correu êle o risco individual de um insucesso. A sua tarefa está concluída. O acôrdo preliminar está feito com a aprovação das bases para o estudo da matéria. E bastava isso para que o sr. Fernando Magalhães merecesse, na Academia e no país, os aplausos dos que se interessam pelos destinos da língua nacional.

Terminado, assim, o período dos entendimentos diplomáticos, vai ter início, na Academia Brasileira de Letras, o trabalho

dos codificadores literários. Só depois da publicação de um formulário redigido pelas comissões técnicas da Academia, e em que sejam estudadas e resolvidas todas as consultas que de Lisboa nos fazem, é que se poderá dizer que, de fato, Portugal e Brasil possuem, já, uma ortografia comum.

A ETIMOLOGIA E' UMA
SUPERSTIÇÃO

AS ditaduras a que Portugal tem recorrido para consolidar o regime republicano podem não ter sido frutuosas sob o ponto de vista político; mas é incontestável que uma, pelo menos, prestou relevante serviço ao país, contribuindo para o estabelecimento da ordem no domínio das letras. Esta, foi a que vigorava em 1911, quando um Presidente desabusado, após uma reunião de filólogos que se combatiam entre si, tornou obrigatório o formulário ortográfico por êles redigido. Decretada pelo Estado, que a impunha não aos escritores, gente insubordinada e teimosa, mas às oficinas gráficas que lhes imprimiam os livros e os jornais, a ortografia oficial portuguesa tornou-se vitoriosa. Entre a multa ou a prisão e o emprêgo da consoante singela o editor português optava, naturalmente, por êste, sacrificando sem relutância as consoantes

dobradas e todas as demais exigências da etimologia.

Resolvido, assim, na outra margem do Atlântico o problema da grafia da língua, pendurou êle no Brasil, sem solução possível. E isso por falta de uma revolução que nos impusesse uma ditadura, e de uma ditadura que, por sua vez, nos impusesse uma ortografia. Porque, eu estou certo, gramático não se cala, jamais, senão com ameaça de cadeia. A revolução, tivemos-la, já. A ditadura, temo-la, aí. Que a ditadura nos dê, pois, a ortografia obrigatória com uma simples portaria do seu Ministério da Instrução.

Membro, embora, da Comissão que opinou, na Academia Brasileira de Letras, pelo restabelecimento do formulário ortográfico aprovado em 1907, e autor do projeto legislativo mandando adoptá-lo nos estabelecimentos e publicações oficiais, eu não considere, jamais, a ortografia, um fator absoluto na arte de comunicar as idéias. O que me preocupa, são estas, e não os caracteres, as formas gráficas e convencionais em que são elas fixadas. Formado intellectualmente nos moldes clássicos, habituei-me a vasar

o meu pensamento na grafia usual, e desejaria continuar a vasá-lo, em um culto ao passado e para manter, pelo resto da vida, um ponto de contacto com o tempo em que surgí para as letras. A afeição aos dias que se foram não me impede, todavia, de compreender o sentido dos dias que alvorecem. E é por isso que confesso, lealmente, considerar o formulário ortográfico da Academia, no seu conjunto, e pelo espírito prático em que se inspiraram os seus redatores, um trabalho moderno e, tanto quanto possível, perfeito, e que fará honra, no futuro, àqueles que o elaboraram. Êsse formulário contém, em quatorze regras singelas e coerentes, aquilo que não conseguiram, em virtude mesmo das suas prevenções de eruditos, os eminentes filólogos portugueses que reformaram em 1911 a obra individual de Gonçalves Viana. Preocupados com a sua responsabilidade de profissionais vigiados pela tribu irrequieta dos gramáticos, e, por isso, com a exhibição de conhecimentos filológicos que se tornavam, no caso, indesejáveis e preciosos, os mestres lusitanos olvidaram que o objetivo da reforma a êles confiada era a simplificação dos métodos, para

maior facilidade do ensino. Êles fizeram obra científica (emprestando-se aquí à ciência a sua interpretação antiga, de explicadora de fenômenos de utilidade secundária), mas esqueceram que legislavam para crianças, para espíritos simples e primitivos, e não unicamente para escritores e eruditos.

Mergulhados nos códices, raspando a poeira dos alfarrábios com a barba ilustre e venerável, fizeram os filólogos portuguezes da ortografia um mistério egípcio, constituído de 46 pontos capitulares explicados em 96 regras, como se fosse possível ao espírito infantil, ou mesmo adolescente, absorver e reter toda essa chinesice de sábios. Obra respeitável, sem dúvida, a sua; mas suntuária, exagerando o luxo da erudição e, assim, em conflito com o espírito prático do seu tempo. Mentalidades europeias impregnadas do caruncho de uma civilização em agonia, ignoravam êles o clima que fazia aquí fora, e que está raiando, já, para o mundo, aquela idade de espantos que Renan anunciou e que se caracteriza pela emancipação do homem em relação às su-

perstições do passado, — teias de aranha que impediam o movimento rápido à asa do espírito humano. O século XX, que vem cunhando novas moedas em metal novo em todos os departamentos da atividade, e que já tem a seu serviço, para intercâmbio do pensamento, o disco e a estenografia, não se deterá, sem dúvida, diante das dificuldades criadas pela tradição, desde que se trate de simplificar a linguagem escrita.

A obra dos filólogos portugueses não visou, aliás, a simplificação, mas a uniformização, que é coisa diferente. Ela uniformizou, mas dificultou o ensino da língua. Os que a levaram a efeito fizeram, em suma, como aquele matemático da anedota americana, que viajava em companhia de um discípulo quando o trem cruzou, em caminho, com um rebanho de carneiros.

— Oito mil seiscentas e quarenta e sete cabeças! — exclamou prontamente, o especialista.

— Mestre, como lhe foi possível, de relance, verificar quantos carneiros havia naquele rebanho? — estranhou o discípulo.

E o matemático, displicente:

— Nada mais simples: contei as patas dos carneiros que iam correndo, dividi por quatro, e apurei o quociente!

Assim fizeram os especialistas de Lisboa: procuraram demonstrar o que havia de mais simples com o que podia haver de mais difícil.

Amanhã, a esta hora, continuaremos a contar os carneiros.

A INFECUNDIDADE LITERÁRIA
DA ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS

A inscrição, às vagas existentes na Academia Brasileira de Letras, de candidatos pouco fecundos ou, mesmo, que só na qualidade de juristas têm visitado as províncias da literatura, vem alarmando os que se interessam no Brasil pelas cousas do pensamento. De ano para ano decresce a produção acadêmica. A terra cinzenta vai se tornando progressivamente mais pobre, recusando seiva às sementes a ela atiradas. Os acadêmicos que outrora escreviam, não escrevem mais. E como os novos, na sua maioria, jamais tiveram a volúpia da criação literária, o resultado será a transformação da Academia, dentro de breve prazo, em terreno estéril, em tapera melancólica e solitária em cujo solo cansado ainda será um milagre verde, um triste e magro pé de cará.

Entre as duas mil histórias alegres e despreziosas que eu tenho espalhadas

por livros e jornais, uma há, em que se conta o caso de um empregado do comércio para o qual a dança constituía o maior encanto da vida. Duas, três vezes por semana, descobria êle festas de clubes e reuniões familiares. E quando não as encontrava, corria a um *dancing*, adquiria cartões para dansar todas as peças, deixando-se a rodopiar pelo salão até que a orquestra se retirava e os criados começavam a apagar as lâmpadas.

Foi aí, em um desses lugares em que o vinho da alegria se torna mais saboroso com a pequena dose de pecado a êle adicionada, que o rapaz conheceu uma graciosa morena suburbana, que servia de par aos dansadores que se iniciavam. Passou a dansar com ela seguidamente; e com tal gôsto, que, ao fim de dois meses, a pedia em casamento.

— Vai ser uma vida deliciosa, — pensava. — A pequena é doida por um tango, e dança, a noite inteira. Casamo-nos, e então é que não deixaremos mais de dansar. Eu compro uma vitrola, e dansaremos antes de eu ir para o emprêgo; dansaremos à hora do almôço; e, fechado o escritório, dan-

saremos depois do jantar até noite alta. Oh, beleza de vida!

E dansava sòzinho, de contente.

E casou. A noite do casamento foi enfeitada sonoramente por um baile que entrou pela madrugada. E os noivos dormiram até dia alto.

Ao despertar, porém, a moça espreguiçou-se, olhando em tórno. E soltou um suspiro.

— Ah, meu Deus! Parece até um sonho.

— Estás te sentindo feliz? — indaga o marido.

— Imensamente feliz.

E após um instante de silêncio:

— Basta que eu me lembre que hoje não vou mais ao *dancing*, para que dê graças ao céu de me haver casado.

— Que queres dizer com isso?

— Eu quero dizer é que terminou o meu suplício. Olha que não é martírio pequeno para uma pobre criatura ter de dansar todos os dias, principalmente contra a vontade.

— Não gostas, então, de dansar?

— Eu? Tenho horror à dança. Eu dansava por necessidade, contratada pelo dono do *dancing*, para poder viver. Mas agora que estou casada, que tenho a minha casa, agora, nunca mais. Adeus, dança!

E' o caso da Academia, e dos seus candidatos. A maioria dos escritores brasileiros escrevem como a professora do *dancing* dansava: escrevem para viver, escrevem por necessidade, escrevem para fazer jus à láurea acadêmica. E uma vez apanhada a Academia, adeus, pena!

Por isso mesmo, os pretendentes que se têm apresentado nos últimos tempos não fazem mais cerimônias. Dizem, logo, que não dansaram senão por acaso, e, mesmo, que têm horror à dança.

E há, nisso, um mérito. A Academia não terá, com êles, nenhuma decepção.

UM LIVRO OPORTUNO DO SR.
LEONARDO MOTA

EU não sei se algum homem público já atentou para o juízo que se deve fazer, lá fora, da nossa civilização. Temos cidades prósperas, e arranha-céus, e aeroplanos, e os múltiplos benefícios da eletricidade domesticada. Os jardins do Rio são maravilhosos e os cafezais de São Paulo constituem um orgulho da energia humana. É nesse mesmo país, entretanto, que o banditismo profissional tem o seu reino, e que prospera, há mais de meio século, a família dos celerados, dos sanguinários salteadores de vilas, fazendas e povoados, à qual pertenciam Lucas da Feira, Antônio Silvino, Luiz Padre, Jararaca, Sabino Gomes, e de que é representante mais graduado, hoje, Virgolino Ferreira, monarca incontrastável e nômade, há dezesseis anos, dos altos sertões do nordeste.

Sobre êste, como sobre Antônio Silvino, existe, já, toda uma literatura popular,

e está se formando, agora, uma bibliografia erudita. Sete ou oito volumes já lhe foram consagrados, para registrar os seus *raids* e crimes. O seu nome assinala uma época, na história do sertão. E é precisamente sob o título *No tempo de Lampião* que o sr. Leonardo Mota acaba de publicar o seu último volume de investigações sertanejas.

A atenção despertada por um facínora dessa espécie nas classes intelectuais e a admiração que lhe vota o povo, o qual toma por bravura o que é covarde ferocidade, são um índice triste e angustioso dêstes tempos. Há meio século não vem ao Brasil, para estudar a região nordestina, um sábio europeu ou americano que, de regresso, nos seus relatórios, não faça menção do banditismo alí reinante. Deve-se ter notado, mesmo, que as missões universitárias estrangeiras preferem, hoje, percorrer as brenhas do Amazonas e de Mato-Grosso, a atravessar Pernambuco, Alagoas, a Paraíba, o Ceará e o norte da Baía. Ao encontro com o cangaceiro nos municípios nominalmente policiados querem elas, antes, o contacto com o índio, no mistério dos desertos verdes. A barbaria primitiva parece-lhes mais amável

do que êsse aspecto precário na nossa civilização coberta de sapê.

Ê a figura dêsse rei das Caatingas que o sr. Leonardo Mota nos desenha ao mesmo tempo que oferece ao leitor um panorama, feito de mosaicos, dos sertões em que êle domina. Com a sua graça de narrador sertanejo e os seus altos méritos de folclorista, conta-nos êle uma centena de anedotas regionais, das quais se afere a argúcia, a finura, a malícia, e espírito filosófico do nosso homem do nordeste. Deleita, ensinando. E é ilustrando e divertindo que nos deixa êle compreender, através do depoimento de um fazendeiro, o motivo por que, até agora, “Lampião” não prestou contas à Justiça indígena. Na opinião dêsse depoente, o sertanejo tem mais horror à Polícia do que ao cangaceiro. Aquela pratica mais arbitrariedades do que êste.

— Por que vocês não denunciam ao govêrno as brutalidades que os policiais praticam? — pergunta o sr. Leonardo Mota ao fazendeiro.

— “Só se fosse maluco! — objeta-lhe êste. — Ter questão com soldado é ter questão c’ô gunverno e ter questão c’ô gunverno

é não ter amor à vida. Um tenente no sertão manda mais do que um juiz de direito. Se dependesse de mim, o governo não mandava força p'r'o interior. A gente ficava só com os cangacêros, era só uma desgraça, em vez de duas. Quer que eu lhe seja franco? Muito desprepósito, muito abissurdo que se cuida, por aí afora, que foi feito por cangacêro, uma ova; foi, mas foi pela puliça!”

E adiante, quando o autor lhe pergunta por que, nesse caso, não tratam de restabelecer a verdade:

— “Está doido? A gente se cala, porque não vê que é muito mais tative a puliça se vingar do que os bandidos? Cangacêro não lê jornal e, quando enfia o pé na pragata e bota a espingarda na cacunda não é pr'a dar satisfação dos seus ato a ninguém. Com a gente do governo já não é assim, o negócio, fia mais fino. Meu senhor, escreva o que lhe digo: só depois que essa história de perseguí criminoso se tornou uma pechincha, um negócio da China, foi que os cangacêro deram p'ra pegar no alêio. Êles só robam porque, se não roubarem, a puliça roba e diz que foi êles”.

E a outra pergunta:

— “Viver destacado no sertão pr’a êles, da puliça, é um pão com dois pedaços. Andam por aí e voltam pr’a beira do mar com os bolsos recheados. Mas isso é uma coisa que até está entrando pelos olhos da humanidade: ninguem é besta pr’a negar comida, roupa, cigarro ou cachaça a cangaceiro. P’ra que diabo, então, é que bandido quer dinheiro? Só pode ser p’ra comprar a puliça que lhe arranja munição ou o chefe que lhe dá coito”.

Estas informações, divulgadas agora pelo sr. Leonardo Mota não são, para mim, nenhuma novidade. Quando, há três anos, “Lampião” se viu cercado com 16 companheiros por 500 soldados e fugiu, eu tive ocasião de perguntar, em palestra na Câmara, ao sr. Matos Peixoto, presidente eleito do Ceará, as razões morais ou estratégicas dêsse desastre.

— Infelizmente, — respondeu-me, — trata-se de uma vergonha que não se pode denunciar, mesmo porque não haveria remédio possível. A polícia vai para o sertão mal paga; os nossos Estados do nordeste são pobres. “Lampião” é rico; tem o dinheiro

que quer. E é mais com o cobre do que com o chumbo que êle vence os seus perseguidores. No meio de algumas centenas de homens nem todos podem ser honestos, e daí o fracasso dessas expedições militares.

Em artigo recente, em que a lógica dos argumentos nada cedia à opulência do estilo, o sr. Coelho Neto observava que, em 21 dias, as fôrças nacionais, convergindo do norte, do centro e do sul, derrubaram um presidente da República e 18 governadores de Estado. Por que não poderão elas sanear em uma semana o sertão, limpando-o de um celerado que mata, estrupa, rouba, incendeia, e é uma das máculas do Brasil civilizado?

Aquila non capit muscas, — diz o adágio latino. Mas quando as môscas constituem um flagelo e as águias estão desocupadas, parece que a estas compete o dever modesto, mas útil, de caçá-las e destruí-las...

XLI V

O SR. ARNON DE MELO E “OS SEM TRABALHO DA POLÍTICA”

HÁ três ou quatro meses recebi em casa uma visita que me fez sorrir no primeiro instante, mas que, em breve, me fazia recolher o sorriso como quem se arrepende de haver passado a um amigo uma cédula falsa de 500\$000. Era um jovem jornalista que me vinha entrevistar sobre o momento político, arrancando das células do meu cérebro, com a ponta do seu lápis, os íntimos pensamentos que eu lá escondia. Ao fim de alguns minutos éramos companheiros de infância, êle com dezenove anos, eu com quarenta e quatro. Companheiros de infância e colegas de escola.

Há uma velha história galante em que a polícia bate à porta de um quarto de hotel, no qual se acham hospedados uma dama e um cavalheiro.

— Desafôro! — reclama a senhora insultada. — Nós somos casados!

— Sim, excelentíssima; e é por isso mesmo que eu estou aqui, — responde-lhe o comissário. — A senhora é casada, e o cavalheiro também; mas não são casados um com o outro.

O moço que me visitava era, realmente, meu colega de escola. Tínhamos aprendido, os dois, no jornal. Curvávamo-nos sobre as mesmas bancas; poímos as calças pobres na palhinha das mesmas cadeiras. Havia, apenas, entre nós, um quarto de século. Êle era de um tempo e eu do outro.

Passam-se os meses. E eis que me vem, agora, o resultado daquela entrevista no curioso livro que o sr. Arnon de Melo acaba de publicar sob o título *Os sem trabalho da Política*, pequena obra em que resume as opiniões de dezesseis senadores e deputados destituídos do seu mandato pela Revolução de Outubro de 1930, entre os que encontrou mais à mão ou lhe pareceram mais representativos. Prefaciando o volume que podia ser um feixe de espinhos e é apenas um apanhado de flores com alguns ramos de sensitiva, que também tem o nome de “malícia”, escreve o sr. Gilberto Amado: “Arnon de Melo tem dezenove anos, e mostra que os

tem... na fácil profusão dos seus períodos, nas suas observações apressadas, na sua boafé, no seu desinterêsse. Com êste, afirma-se-lhe o caráter, a independência moral. Estreando-se no jornalismo, não foi procurar os poderosos do dia, mas os abatidos da hora. Pena é que uns e outros, salvo poucas exceções, se pareçam tanto. Mas é fato que a sua simpatia se expande sôbre as vítimas. Não interrogou os vencedores, mas os vencidos. E' interessante que êle se surpreenda de encontrar alegria em vez de tristeza nalguns dos que caíram”.

Essas duas observações definem os entrevistados, na elegância da sua conduta, e, com êles, o entrevistador, na dignidade do seu coração.

O argumento que levou o povo, não a tomar parte na Revolução, mas a desejá-la, quando a idearam, e a aplaudí-la, quando ela veio, foi a deshonestidade dos políticos da Primeira República. Não havia senador que não nadasse em ouro, deputado que não estivesse rico, nem governador que não fosse ladrão. Põe-se abaixo essa República, surpreendendo-se em plena atividade toda essa “quadrilha” política. E o que aparece é um

batalhão de mendigos, de pobretões, de gente que, na sua quasi totalidade, não tinha em casa, nem nos Bancos, dinheiro para as despesas de um mês. Mark Twain tem um conto em que se imagina na Groenlândia, em visita a uma família de esquimós. Introduzido em uma cabana de gelo, trava palestra com a mais formosa rapariga da tribo, da qual se torna confidente.

— Meu pai, mister Twain, — diz-lhe a moça, metida no seu vestido de pele de urso, perfumado com azeite de foca; — meu pai é o homem mais rico do polo e, creio, do mundo inteiro. Daí a insistência com que os rapazes me requestam, me procuram, pedindo-me em casamento. Eu vejo, no entanto, que não é a mim que êles cobiçam: é a minha fortuna, a fortuna de meu pai.

— E a quanto monta essa fortuna? A quanto sobe êsse tesouro?

A moça olhou-o fixamente, para ver se aquele estranho poderia merecer confiança, fechou a porta da cabana, olhou para um lado e outro, a ver se ficara por alí alguma testemunha, e, levantando um bloco de gelo, apontou, segurando o hóspede pelo pescoço,

para que êle não desmaiasse ante o espetáculo de tamanha maravilha:

— Veja!

E indicou-lhe, num buraco, vinte e dois anzóis de aço ordinário.

A fortuna dos políticos brasileiros era como a do esquimó: constituída de anzóis. Exceção de meia dúzia dêles que toda a gente conhecia, e que se haviam casado com a nação no regime da comunhão de bens, o resto arrastava herôicamente a sua mediania econômica, juntando as sobras dos quatro contos mensais para gastá-los nas eleições. O aspecto de fartura que apresentavam, a simulação de bem estar, a sua arrogância de grandes senhores, era puramente teatral. Guarda-roupa de Companhia de Variedades. Mantos de setineta bordados com papel dourado. Bibliotecas suntuosas pintadas em lona. Garrafa de “champagne” com água de pote e bicarbonato de sódio. Aparência de prosperidade sôbre uma realidade de quasi miséria.

A Revolução abriu as lâmpadas. A luz derramou-se, descobrindo a verdade. A platéia vaiou os artistas. E a Companhia se dissolveu, sob uma chuva de batatas.

Êsses artistas, a quem ficaram devendo o último mês de ordenado, — apesar de existir uma lei denominada Getúlio Vargas que assegura direitos à classe, — é que o sr. Arnon de Melo foi procurar na modéstia da sua vida, após a Revolução. Os que nos puseram fora do teatro político eram nossos antigos companheiros, “pontos”, contra-regras, cenógrafos, “compadres” ou galãs. Mas a classe é desunida. Cindiu-se. E nós, os expulsos, ficamos “sem trabalho”, e, o que é peor, quasi todos sem dinheiro.

O sr. Arnon de Melo verificou, porém, e conta no seu livro, que nenhum desesperou, nem amaldiçoa a Revolução. Para alguns o afastamento da política foi, até, um alívio de consciência.

Entre os livros que o movimento revolucionário de 1930 inspirou, diretamente ou nas suas consequências, êsse é, por isso mesmo, um dos mais interessantes. Livro de piedade e de simpatia. Livro de sentimento e de história. Livro, sobretudo, de um belo talento, que se está completando, e de um formoso coração, que está feito.

“PAÍS A ORGANIZAR”

EU já tive oportunidade de escrever nestes últimos anos duas ou três vezes sobre o sr. Fidelis Reis, louvando-lhe a obstinação com que se vem batendo pela obrigatoriedade do ensino profissional no Brasil. Êle pertence, na verdade, à pequena família dos poetas da política, dos sonhadores pertinazes, dos idealistas incorrigíveis, da qual são últimos representantes, neste país de homens de olhos de lince, êle, o sr. Cincinato Braga, e, até há pouco, o sr. Belisário Pena. Acha êle que o trabalho é o mercúrio para a sífilis do caráter nacional. Daí o projeto profilático, transformado em lei pelo Congresso, mas que o Executivo não transformou em fato, exigindo para a matrícula nos cursos superiores o certificado de um ofício, isto é, a prova de que o portador poderá ganhar honestamente a vida como funileiro, como encerador de soalho ou como empalhador de cadeira no dia em que lhe falhar prà-

ticamente a profissão aristocrática de engenheiro, de médico ou de bacharel.

Persistindo nesse pensamento benemérito e patriótico, reuniu agora o ex-deputado por Minas Gerais, sob o título *País a organizar*, todos os seus discursos, artigos, entrevistas e conferências sôbre o assunto, formando com êles um volume bem feito e sólido que dedica, cheio de habitual confiança, ao sr. Getúlio Vargas, chefe do Govêrno Provisório. “Por que lhe não caber, — pergunta, dirigindo-se ao presidente, — por que lhe não caber, no Govêrno Revolucionário, a que preside, a glória da criação da nossa Universidade do Trabalho, ou Universidade Técnica, no Rio de Janeiro, encarregando-se, por exemplo, da sua organização, um homem da estatura e da capacidade de Omer Buyse? Assim também nas capitais dos Estados, além da fundação de escolas profissionais de artes e ofícios, industriais, agrícolas e comerciais, escolas técnicas de todos os tipos, em todas as cidades do Brasil?” E’ êsse, na sua opinião, o melhor meio de combater o comunismo. Pôsto em prática o seu projeto, acha êle que os horizontes do país se tornarão mais claros, e mais sua-

ve o caminho, que, pelos seus cálculos, vai dar a Chanaan.

Evidentemente o sr. Fidelis Reis é um médico estudioso e hábil, preciso nos seus diagnósticos. Sê-lo-á, porém, igualmente, na escolha e ministração dos remédios? O mal do Brasil é constituído de dois outros, conjugados: a indolência do povo e o espírito boêmio dos homens públicos. E nenhum destes pode ser conjurado por meio de leis, por mais generosas que sejam os intuitos que as ditarem. Admitamos que a idéia do sr. Fidelis Reis seja posta em prática, isto é, que se imponha ao candidato ao curso de medicina, de direito ou de engenharia, a apresentação de um atestado de competência para puxar carrinho de mão ou vender maxixe na feira-livre. Acha que não viria, todos os anos, por causa do sarampo ou dos três dias do Carnaval, um decreto dos poderes públicos mandando fornecer o atestado aos candidatos que o requisitassem?

Por que, pois, mais uma lei, destinada a figurar nos livros quando toda a gente sabe que ela vai ser desmoralizada pelos costumes?

Entre os 27 partidos que dividem atualmente a Alemanha, um há que talvez pudesse fornecer ao sr. Fidelis Reis um meio mais eficiente de atingir o seu objetivo. É' o Partido Econômico, de cujo programa consta, em lugar do serviço militar, um ano de trabalho obrigatório nas oficinas do Estado, para todos os rapazes de 20 anos. Êsse partido, que arrastou às urnas, em setembro último, 1.360.585 eleitores, tem atualmente no Reichstag, 23 deputados, que se batem por essa medida pacifista e inteligente. Não seria ela preferível, entre nós, ao simples certificado de habilitação profissional sugerido pelo antigo representante de Minas Gerais?

Eu desconfio existir no Brasil de longo tempo uma conspiração visando impedir a organização econômica do país. Tudo quanto nele se há feito oficialmente, tem objetivado prejudicar o seu desenvolvimento normal, o surto natural e espontâneo da sua economia. Aí está, por exemplo, o serviço militar. Que tem feito êle senão arrancar o sertanejo ao seu trabalho fecundo, à honrada comunhão com a terra, para entregá-lo ao fim de doze meses, à vadiagem pernicioso-

sa das capitais? Não seria, acaso, mais lógico, mais racional, que se distribuíssem pelo interior pequenos grupos de instrutores que ministrassem preparo militar aos sorteados sem os arrancar ao meio em que exercem a sua atividade proveitosa?

Há quatro anos que eu pergunto isso em artigos teimosos e constantes. O Brasil é, porém, e infelizmente, com Revolução ou sem ela, um país em que o papel e a tinta são maus condutores das palavras. À semelhança daquele bosque das cercanias de Três-pias, em que a ninfa Eco se metamorfoseou em pedra, aquele que grita uma idéia só tem um consôlo: o de sentir restituído pelo vento o som da sua própria voz.

Fez bem, todavia, o sr. Fidelis Reis, pedindo a atenção do sr. Getúlio Vargas para o seu projeto ou, pelo menos, para o assunto que êle busca resolver. Trata-se de um govêrno nascido há dois meses e ainda animado, parece, na parte que toca ao presidente, de propósitos inteligentes e generosos. Se êle não tomar em consideração o assunto nestas vinte semanas mais próximas, perca o autor a esperança de que a tome mais tarde. Govêrno, no Brasil, é como esteio de ma-

deira enfiado em água salgada. A princípio é brando e visível; com o correr dos dias, porém, vai crescendo marisco por cima, de sorte que se não sabe, depois, ao vê-lo, se é pau ou se é pedra.

Eu tenho, ademais, justificadas desconfianças de que o sr. Fidelis Reis se acha mais uma vez, consoante a frase de mestre Rui, debruçado sôbre uma ruína falando para o Deserto. E a culpa será, não do sr. Getúlio Vargas, mas do autor, que lhe dirige a palavra. O ex-deputado por Minas Gerais fez, sem dúvida, trabalho meritório e documentado; mas fê-lo extenso demais (cêrca de 300 páginas de composição batida) para olhos de Govêrno, que chegam à noite cansados, já, de examinar decretos de demissão, nomeação e aposentadoria.

E' conhecido de toda a gente aquele conto oriental colhido pelo padre Blanchet, no qual se narra que, ao subir, adolescente, ao trono da Pérsia, um príncipe mandou chamar à sua presença os sábios do país e disse-lhes, no desejo de fazer feliz o seu povo:

— Ouví dizer a um sábio na minha infância que os soberanos ficavam menos expostos aos erros quando eram esclarecidos

pelos exemplos do passado. Ide, organizai uma História Universal a mais completa, e trazei-ma.

Os sábios partiram, e iniciaram a obra. Ao fim de 30 anos voltaram à presença do rei. Acompanhava-os uma caravana de 12 camelos, trazendo cada um 500 volumes.

— Senhores, — disse o monarca, — eu vos agradeço o trabalho a que vos entregastes. Mas a vossa obra perdeu para mim a utilidade. Enquanto trabalháveis eu envelheci. Ide, pois, e organizai uma história resumida, compatível com a brevidade da existência humana.

Os sábios tomaram o cabresto aos camelos e partiram. Vinte anos depois voltaram. Puxavam apenas três camelos, com 1.500 volumes.

— E' impossível lê-la, — responderam-lhes, trêmulo, o monarca. — Os grandes empreendimentos não são mais para a minha idade. Resumí-a ainda, e não vos demoreis.

Ao fim de 10 anos, voltaram ainda dois sábios, puxando um camelo, com 500 volumes. Retornaram para resumir ainda mais, até que, cinco anos mais tarde, veio o último

sábio, quasi centenário, puxando um camelo só, com um grande volume no dorso.

— Vinde depressa! Vinde depressa! — pedem os guardas. — O rei está moribundo!

Ao ver o ancião, nonagenário como êle, o soberano pouisa os olhos quasi sem vista no grande livro descarregado do camelo, e murmura, entre um gemido e um suspiro:

— E eu morro sem conhecer a história dos homens!...

— Senhor, respondeu-lhe o último sábio com o último fio de voz, — eu vou resumí-la em três palavras.

E inclinando a cabeça, para morrer:

— Êles nasceram... sofreram... e morreram...

Tire pois, o sr. Fidelis Reis, do seu livro, uma edição para governos. Ou, então, para não perder tempo, diga-lhes, simplesmente:

— Senhores, fazei trabalhar o povo, usando de sabedoria e benignidade!

Ou, ainda, faça como eu: guarde o livro, tome os camelos, e vá-se embora, porque, felizmente, ou infelizmente, os príncipes já não precisam dos ensinamentos da História...

O PREÇO DA REPÚBLICA NA
ESPANHA

TELEGRAMA de Madrí, publicado há dois dias, informa que os prejuizos causados pelos incêndios criminosos e pela pilhagem nos distúrbios festivos para consolidação do novo regime, são calculados em mais de 50 milhões de contos de réis, moeda brasileira, ao câmbio atual. Monumentos seculares, quadros de grande preço, esculturas célebres, alfaias preciosas, tesouros históricos de alta valia e nomeada, — tudo isso desapareceu no tumulto das chamas ou escamoteado por mãos sacrílegas e deshonestas. E a Espanha precisará de dois anos, pelo menos, para reparar o que foi depredado, embora não possa reunir, jamais, as relíquias artísticas, produto magnífico e irrestaurável do gênio nacional.

Refletindo sôbre episódios dessa ordem, o homem servido de senso filosófico sente, naturalmente, uma profunda, comovida tris-

teza. Será possível que o amor da pátria e a paixão da liberdade sejam inseparáveis do espírito de destruição? Que fôrça diabólica é essa, e irresistível, que leva o povo, nas revoluções, a atirar-se contra as cousas inermes, contra os objetos inanimados, partindo lâmpadas, derrubando combustores, incendiando edifícios, quebrando móveis, e destruindo máquinas de jornais? A maior parte daquilo que êle mutila, rebenta, incendia, depreda ou destrói, é seu porque pertence ao Estado, administrador da fortuna coletiva. Mas o entendimento humano é surdo e cego aos gestos da razão, no momento em que o demônio assume o comando das massas populares. E o bicho Homem, à semelhança do macaco Isaac do Jardim Zoológico, atira-se a morder a própria cauda, a devorar a carne dos próprios braços, na ilusão de que se está vingando dos seus inimigos!

Pouca gente sabe, talvez, que Paul Verlaine foi, em 1871, secretário da Comuna, em París. Uma tarde, combatia-se em vinte pontos da cidade, onde a cada canto se levantavam trincheiras. Carroças repletas de feridos rolavam pelos *Boulevards*, em bus-

ca dos hospitais. Multiplicavam-se os desastres dos guardas-nacionais de Flourens e Ferré, acompanhados do avanço das fôrças acampadas em Versalhes. E é então quando, no Hotel de Ville, reunidos os chefes, um deles, Cluzeret ou Delescluse, tem a idéia de uma represália:

— Incendiemos Notre-Dame!

A idéia foi aceita com entusiasmo pelos “patriotas” impotentes. E foi Verlaine quem, poeta no meio daqueles bárbaros, salvou das chamas aquela maravilha, orgulho da arquitetura universal!

Conta Ricardo Palma nas suas *Ultimas tradiciones peruanas*, que, no Perú dos vice-reis e das primeiras lutas pela independência, quando se escutava gritaria nas ruas, os anciãos sensatos chegavam a mão aberta ao pavilhão da orelha e indagavam da gente mais nova:

— “Que gritan, hijo?”

— “Padre, que viva la Patria y la Libertad”.

E o ancião, prudente:

— “Pues, echa cerrojo y atranca la puerta!”

Peçam, pois, a Deus que nos livre das guerras; mas livremo-nos, por nós mesmos, das exaltações populares. A Liberdade e a Pátria são, em casos tais, os dois anzóis com que a Política pesca os homens para pô-los inconscientemente ao serviço do Diabo...

AFONSO XIII E PRIMO DE RIVERA

A solução que teve a crise política na Espanha é daquelas que reclamam a atenção dos governos e, principalmente, dos príncipes hereditários, ou simplesmente republicanos, que se acham espalhados pelo mundo como pastores de homens. Ela nos vem mostrar, a todos, que a justiça do povo é como a de Jeová na Bíblia, isto é, que o pecado original recai em duplicata, não unicamente sobre quem o cometeu mas sobre os que o permitiram e sobre todos os seus descendentes. *Maledicia terra in opere tuo*, — brada o Senhor, no Gênesis, dirigindo-se a Adão. É seguindo-lhe o exemplo que os povos condenam às vezes uma dinastia e um regime em virtude dos erros de um ou dois homens.

O respeito e o carinho cercada dos quais a família real da Espanha deixou o país demonstram, na verdade, que o seu exílio é consequência, não de erros próprios, mas

alheios. Perderam-na, não os atos do seu chefe, mas os dos seus ministros reacionários e intolerantes, principalmente os de Primo de Rivera, apoiado durante seis anos por um sólido grupo de generais. Afonso XIII era bom e justo, usando a bondade e a justiça nas doses permitidas pela fraqueza de um homem do nosso tempo. Mas a ditadura era inflexível, e os seus ministros mais realistas do que o Rei. A mão do ditador que condenava corria mais depressa sobre o papel do que a do príncipe liberal que perdoava. E o castigo caiu, mais pesado do que a mão da morte, sobre a cabeça do soberano que não soube ou não pôde reagir suficientemente contra aqueles que exerciam a tirania em seu nome.

Quem proclamou a República na Espanha e exilou o filho póstumo de Afonso XII, foi, assim, Primo de Rivera. A sua mão de cadáver, emergindo sinistramente do túmulo, derrubou do trono o seu soberano. Porque foi êle, o Pombal sem talento de um D. José jovial e inteligente, quem criou, com a sua mentalidade medieval, a atmosfera em que se desencadeou a tempestade. Foi êle quem comprometeu a monarquia e impopu-

larizou Afonso XIII. Ignorando as delicadezas e os caprichos do sentimento popular, desafiou-o com as armas das guarnições, mas tombou vencido, porque, sob a farda do soldado que obedece, há um civil solidário com os seus concidadãos. Se há espíritos que são militares, todos os corações são paisanos. E, quando menos se espera, todos afinam a sístole e a diástole, e entoam a Marsehesa da solidariedade humana, o cântico eterno e universal da Liberdade.

Eu não sei se há, ainda, pela terra, algum Afonso XIII imprevidente que se deixe conduzir pelo espírito ditatorial do seu ministério ou dos seus conselheiros políticos. A energia, a severidade, a intolerância, a intransigência com os adversários, são remédios de que se não deve abusar no exercício do govêrno. Govêrno e povo são como marido e mulher, para os quais existe um período de noivado, outro de indiferença, e outro de hostilidades irremediáveis. No princípio, o povo acha bom tudo que o govêrno faz. Depois, mostra-se alheio. Mas acaba sempre achando intoleráveis todos os atos partidos daquele mesmo govêrno que considerava modelar. Em carta ao príncipe Kos-

lowsky dizia José de Maistre, referindo-se à Rússia: “No vosso país tudo muda; só o que é constante é a inconstância”. Isso não é, todavia, privilégio da Rússia, mas de todos os povos da terra, e constitue uma verdade que devia estar presente ao espírito de todos os governantes.

Um indivíduo que escrevia o seu “Diário” viu, certa vez, quando solteiro, uma linda menina com que trocou o coração por intermédio dos olhos. Uma semana depois registrava no seu livro íntimo:

“9 de abril de 1908 — Laura dirigiu-me hoje quatro palavrinhas”.

Casou. Brigas frequentes. Semanas sem entendimento. E esta nota:

“19 de julho de 1914 — Laura dirigiu-me hoje quatro palavras”.

Corre o tempo. E esta nota final:

“11 de setembro de 1916 — Laura dirigiu-me hoje quatro palavrões”.

Se os governos redigissem um diário das suas relações com o sentimento público, todos êles teriam registros como êsse, em que as “palavrinhas” passam a “palavras” e acabam em “palavrões”.

E’ da escrita.

Ponham, pois, os príncipes dêste mundo os olhos nesse elegante e simpático Afonso XIII. E auscultem frequentemente o sentimento nacional, sem se fiarem muito nos intérpretes ministeriais. Dizem que os padres são “ministros” de Deus na terra.

E vão perguntar a Deus se êles têm feito, aquí na terra, aquilo que Deus manda. . .

XLVIII

O CONFLITO ENTRE O VATICANO E O QUIRINAL

EU tenho da vida, e dos seus fenômenos sociais, idéias em desacôrdo com as opiniões vulgarizadas e universalmente aceitas. Eu entendo, por exemplo, como toda gente, que a amizade é o mais doce dos sentimentos mas, também, por conta da minha experiência, que é ela o mais perigoso, depois do amor. Quem tem um amigo, tem a semente de um inimigo. O inimigo é o vinho que se transformou em vinagre. Para não ter vinagre, a condição principal é que se não tenha vinho.

O inimigo é, em suma, e em geral, o amigo que azedou.

Êsse ponto de vista acaba de ser confirmado, integralmente, pelo incidente político entre o Vaticano e o Quirinal, do qual os telegramas da Itália nos têm fornecido informações alarmantes. Há mais de meio século o Papa e o govêrno italiano viviam como vizinhos dentro dos muros de Roma. De-

savindos no tempo de Pio IX e de Vitor Manuel II mantinham-se numa louvável atitude de reserva e de discreção como dois indivíduos que se não conhecem. Cada um fingia ignorar a existência do outro. E iam tratando dos seus negócios, dos seus interesses neste ou no outro mundo, como dois estranhos que marcham lado a lado sem que um pise o outro ou o incomode com a ponta do cotovêlo.

Um dia, porém, vai para dois ou três anos, os dois vizinhos fizeram-se amigos de novo. O Santo Padre não tomava um cálice de vinho de missa sem que mandasse outro ao sr. Mussolini. O sr. Mussolini não comia um prato de macarrão sem que enviasse outro ao Santo Padre. Ao acordar pela manhã, cada um chegava à janela dando o "bom dia!" ao outro. O sr. Mussolini desejava ter mais um filho para que o Papa fosse o padrinho. E o Papa só não alimentava desejo idêntico por lhe ser isso vedado pela disciplina eclesiástica.

E iam vivendo assim, como dois compadres e camaradas.

Chegou, porém, o que era inevitável: o vinho virou vinagre. A troca de abraços e

mimos foi interrompida, e substituída por uma série de hostilidades, acompanhadas de palavras descorteses, proferidas em voz alta. E a paz que outrora reinava no quartelão desapareceu. Em vez daquele silêncio educado e cortês, existente antes do estabelecimento das relações afetuosas, passou a predominar a discórdia. Antigamente, antes de serem amigos, a Igreja cruzava com o Estado como uma viúva honesta que passa na rua por um cavalheiro de respeito. Não se olhavam; não se saudavam; não se apercebiam um do outro. Tornaram-se, porém, amigos, e desavieram-se. E agora, quando se cruzam, é para se lançarem olhares de cólera, como dois divorciados brasileiros quando passam um pelo outro na Avenida Central.

Não seria preferível que êles nunca se tivessem aproximado tanto, para se não terem de separar como inimigos?

Achando-se Voltaire certo dia, em uma rua de París, acompanhado de amigos, succedeu vir pelo mesmo caminho, em sentido contrário, uma procissão, que desfilava com os seus santos, com os seus pálios, com os seus crentes e com o seu exército de sacer-

dotes. Ao aproximar-se o andor em que se erguia a imagem do Cristo, o filósofo, com o seu sorriso discreto de céptico, levou a mão à cabeça e tirou respeitosamente o chapéu.

— Que é isso? — indaga um amigo, estranhando a atitude do príncipe dos homens sem fé. — Já és amigo de Deus?

— Não — respondeu o autor de “Candido”.

E cobrindo-se de novo, após a passagem do andor:

— Nós nos cumprimentamos, mas não nos falamos.

Essa devia ser a atitude do Estado, sempre, em relação à Igreja: trocarem cumprimentos de longe, mas não se falarem. Nada de intimidades do céu com a terra. Nada de igualdade entre os interesses da religião e os da política. Porque é fatal: a amizade acaba sempre degenerando em inimizade, e quem era apenas um indiferente passa, daí em diante, a ser visto como adversário.

Um pouco de cerimônia entre Deus e os homens, ou dos homens entre si, nunca faz mal a ninguém.

No Brasil, a República e a Igreja vivem, desde 1891, como duas senhoras que viajam no mesmo bonde, mas que não trocam palavra. Agora, uma quer pagar a passagem da outra, e a outra quer pagar a passagem da uma. Principiaram, já, a trocar confidências, cada uma queixando-se do marido que teve. São quasi amigas.

Vamos, agora, esperar o estouro.

X L I X

O CLERO ITALIANO CONTRA PIO XI

REFEREM telegramas de Roma, publicados anteontem, que, não obstante as ordens severas do Sumo Pontífice, recomendando ao clero italiano que se abstenha de intervir na vida civil do reino, os sacerdotes de Bari, na sua quasi totalidade, estão procurando as associações fascistas para manifestar a sua solidariedade com o sr. Benito Mussolini, no recente conflito entre êle e o Vaticano. Com a fôrça persuasiva de seu gesto e da sua palavra, o Primeiro Ministro conseguiu levantar contra o Papa não só as hostes do fâscio, como, ainda, os próprios soldados do chefe supremo da Igreja, que se vê, assim, abandonado pelas sentinelas que possuía, em nome de Deus, no território inimigo.

E está iniciada a luta; Pio XI de um lado, Mussolini do outro.

Exceção feita de Pio IX, na sua resistência a Vitor Manuel II, unificador da Itália, os Papas conseguiram, sempre, triunfar

nas lutas contra o poder civil. Enfrentando Miguel, o Ébrio, imperador do Oriente, escrevia-lhe o Papa Nicolau I, com arrogância, no século IX: "Não te estendas em ameaças contra nós, ó Imperador, pois, com ajuda de Deus, não te tememos!" E desafiava cheio de orgulho e de fé: "Pensa nos tempos passados, eleva o pensamento à eternidade. Procura saber o que se tornaram os imperadores que perseguiram a Igreja Romana. Olha Nero; olha Diocleciano. Vê quanto os seus nomes são execrados entre os cristãos. E vê, depois, Constantino, Teodoro, o Grande, Valentiniano. Com que respeito a sua memória é recordada nos seus santos mistérios!"

Confiante na vitória, o vigário de Cristo vem imitando o próprio Cristo no milagre de Tiberíades. Rolam os séculos; naufragam impérios; esboroa-se o mundo romano. E êle continua a marchar, como Jesus no lago, sôbre as ondas tempestuosas dos tempos.

Que é feito dos seus inimigos, dos inimigos mais poderosos da sua Igreja? Que resta de Lotário II, rei da Lorena, de Henrique IV, imperador da Alemanha, ou de

Filipe Augusto, rei de França? A obra que êles edificaram ruiu, rolou no abismo dos séculos. Outros homens organizaram outros reinos, outros impérios, sôbre as ruínas dos que êles supunham eternos.

À superfície do oceano dos dias resta, apenas, contemporânea daqueles príncipes e daqueles Estados, a humilde barca de Pedro...

Chegou, agora, a vez de Mussolini desafiar a Igreja. "Victor victorum", êle desafiou a Itália toda, e, vencedor, vem desafiar o Papa. Não podendo abrir uma brecha na segunda Porta Pia, usou, para iniciar o conflito, mais da habilidade do que da fôrça. Cantou, diante do Vaticano, a ária da Amizade Eterna. Estendeu para o alto a sua mão aparentemente amiga, convidando Pio XI a deixar por um instante o pequeno Estado Pontifical, afim de passear um pouco, e à vontade, pelas ruas de Roma.

A porta do Vaticano abriu-se. E, em vez do Papa sair, é Mussolini que procura entrar...

Quem nos poderá dizer os sonhos enormes que povoam o sono de Mussolini? Após a sua fantasia de reconstituir o Império dos Césares, levando a bandeira da Itália Nova

às duas margens dos dois mares que lavam a bota peninsular, não estará êle sonhando, porventura, com a tiara de Supremo Chefe da Igreja Romana? Levantando, hàbilmente, contra Pio XI, o clero italiano, que já desobedece ao Pontífice para obedecer ao fâscio, quem nos poderá dizer se já lhe não abrolhou no cérebro essa idéia soberba, ultrapassando, assim, o gesto napoleônico na luta de Bonaparte contra Pio VII?

Há uma anedota em que dois antigos companheiros de colégio se encontraram na rua, e palestram:

— Que é isso? Deixaste o Seminário?

— É verdade. Estou agora me formando em medicina.

— Mas, não estavas estudando para padre?

— Estava. E faltava apenas um ano para dizer a primeira missa, quando soube que o Papa só podia ser italiano, e perdí todo o entusiasmo.

A Benito Mussolini nem isso falta, para ser Papa. E quem sabe se, dentro de dois anos, a humanidade católica não estará, de fato, beijando o anel a Sua Santidade o Pontífice Benito I?

L

O SR. MUSSOLINI E A CONDENAÇÃO DE MICHELE SCHIRRU

EU tinha pelo sr. Benito Mussolini uma antiga e profunda simpatia. E, como êle, e como outras pessoas tão ilustres e modestas quanto nós ambos, uma acentuada inclinação para o exercício da ditadura. A ditadura é, aliás, como a feiúra, uma cousa que só se descobre nos outros. Quando o sujeito é feio, ou exerce a ditadura, êle é o único que não dá pelos inconvenientes da situação que lhe reservou o destino. O ditador é, em suma, como o indivíduo apaixonado, o qual, num salão, pratica toda a sorte de atos anormais sem dar absolutamente por isso. Os outros, que não estão ou não podem estar apaixonados, é que vão observando, comentando em segrêdo, e sorrindo.

E o sr. Benito Mussolini, ditador, não escapou à fatalidade da regra.

Mesmo assim, eu não tinha com êle as prevenções com que os chamados espíritos liberais o olham dos quatro pontos car-

diais. Eu sou, sem dúvida, um espírito liberal, mas unicamente quando estou na oposição. Se eu fosse govêrno hoje, seria francamente pela ditadura. O lado do chicote e o lado do cabo oferecem dois climas inteiramente diversos para a fermentação das idéias. De um lado, a liberdade é um direito, que se reclama; do outro é um favor, que se concede.

O sr. Mussolini, hoje, na sua terra, está do lado do cabo do chicote. Eu, na minha, estou do lado da língua de couro.

Daí, a nossa divergência.

Acentua êsse desacôrdo eventual, confirmando num mesmo passo as teorias acima expendidas, a condenação de Michele Schirru, o anarquista anteontem fuzilado pelas costas, em Roma, pelo crime hediondo de haver “pensado” em matar o primeiro ministro italiano. A côrte que se reuniu para julgar atentado tão infame considerou-se honrada em assinar essa sentença de morte. Um membro da alta magistratura foi ao calabouço do condenado especialmente para oferecer à sua assinatura um requerimento de comutação de pena. Schirru assinou e o requerimento foi, alí mesmo, inde-

ferido. Negaram-lhe até o direito de morrer de frente, como um homem desassombrado, para que não legasse à História nenhuma demonstração de altivez e de heroísmo. A petição que lhe levaram para assinar foi, apenas, para humilhar o insolente.

E foi morto como um cão.

Há na crônica do gênero humano, ou do gênero deshumano, numerosos episódios que podem ilustrar êstes comentários ligeiros. Após a batalha de Wagram foi um indivíduo de nome Napoleão Bonaparte alvejado por um jovem alemão que descarregou sobre êle a sua pistola. Servido de mau coração e de inteligência medíocre, o tal Napoleão mandou que levassem à sua presença o autor do atentado.

— Por que me queríeis matar? — perguntou.

— Porque a Alemanha não desfrutará sequer um dia de paz enquanto estiverdes sobre a terra.

— Quem vos inspirou êsse projeto?

— O amor da minha pátria.

— Não o combinastes com alguém?

— Não; encontrei essa idéia na minha consciência.

— E sabíeis a que perigo íeis vos expor?

— Sabia; mas morrerei contente morrendo pela minha pátria.

— Sei que tendes sentimentos religiosos. Acreditais que Deus autorize o assassinato?

— Deus me perdoará conhecendo os motivos do meu crime.

— Nas escolas que frequentastes ensinava-se essa doutrina?

— Grande número daqueles que a aprenderam estão dispostos a segui-la, e prontos a morrer como eu para salvação da pátria.

— Que faríeis se eu vos desse a liberdade?

— Eu vos mataria.

O tal Napoleão quedou, um instante, pensativo. E, após um momento de silêncio, para o Duque de Cadore:

— É preciso fazer a paz!

*“Mais quoi! toujours du sang et toujours des supplices!
Ma cruauté se lasse et ne peut s'arrêter:
Je veux me faire craindre, et ne fais qu'irriter;
Rome a pour ma ruine una hydre trop fertile:
Une tête coupée en fait renaître mille,*

*Et le sang répandu le mille conjurés
Rend mes jours plus maudits, et non plus assurés.
Octave, n'attends plus le coup d'un nouveau Brute:
Meurs, et dérobe-lui la gloire de ta chute;
Meurs, tu ferais pour vivre un lâche et vain effort,
Si tant de gens de cœur font des vœux pour ta mort,
Et si tout ce que Rome a d'illustre jeunesse,
Pour te faire périr, tour à tour s'intéresse;
Meurs, puisque c'est un mal que tu ne peux guérir;
Meurs enfin, puisqu'il faut ou tout perdre ou mourir!"*

CORNEILLE — *Cinna*, monólogo de Augusto,
ato IV, cena II.

O crime de Michele Schirru não pode ser classificado, todavia, entre o de Cinna e o do jovem alemão que tentou matar Bonaparte, e, ainda menos, ao lado daquele de Hamórdio, assassino de Híparco, a quem os atenienses levantaram uma estátua que tinha em uma das mãos um punhal, expressão do crime, e na outra um ramalhete de flores, expressão da vitória da liberdade sobre a tirania. Êsses mataram, apunhalaram, descarregaram pistolas. Mas não “pensaram”. Schirru foi mais longe: não atirou, não arrancou punhais, mas “pensou”. E o pensamento é a mais infame das armas, porque é arma que ninguém vê.

Bravos, pois, aos magistrados eminentes que restituíram ao pensamento a sua condição de arma proibida e fatal, restaurando a benemérita jurisprudência dos tempos de Piero de Verona e dos “Capitani di Santa-Maria”!

E tu, Galileu, se souberes que a Terra “si muove”, não digas, em Pisa, a ninguém...

ÍNDICE

	PÁG.
I — Apêlo aos gaúchos	5
II — As múmias hipotecadas	11
III — O prestígio de José no Egito.	15
IV — O sorriso da caveira	21
V — O “casamento por contrato” no Pará	27
VI — Vivamos dentro da verdade	33
VII — A condenação dos pintos	39
VIII — Uma aristocracia republicana.	45
IX — O chapéu no mourão	51
X — O almoço da imprensa e a presen- ça do chefe do Govêrno Provisó- rio	57
XI — Jornais de ontem e de hoje	65
XII — As responsabilidades do sr. José Américo de Almeida no Ministé- rio da Viação	71
XIII — A sêca e a lepra.	77
XIV — Um moço que tem alguns séculos	83
XV — As taxas sôbre o papel de impres- são e o “trust” paulista	89
XVI — A república positivista de 1889 e a revolução católica de 1931	95
XVII — A teoria feminista de Novicov	101
XVIII — Cirta e as suas estátuas	107

	PÁG.
XIX — Filipe de Commynes e a Batalha de Montlhéry	113
XX — Os bons que pretendem parecer maus.	119
XXI — Elogio de uma conduta	123
XXII — A vara e as lagartas	129
XXIII — Os problemas da Juarezlândia.	133
XXIV — Ainda uma vez a herança de Mustafá	139
XXV — Que é que vamos dar ao leão?.	143
XXVI — Promessas que não convém cumprir	147
XXVII — Os novos rumos da política brasileira.	153
XXVIII — Viva o café e chova arroz!	159
XXIX — O encontro da Rua Itararé.	163
XXX — O burro e as rosas	167
XXXI — O sofá da saleta	173
XXXII — A campanha contra os galanteadores.	179
XXXIII — Os êmulos do Bibiano	183
XXXIV — O que me disse um grão de café no cais do pôrto	187
XXXV — Romualdo e a oposição.	193
XXXVI — As misérias da oposição	199
XXXVII — Moedas de prata, de ferro, de couro e... de papel.	207
XXXVIII — O plano financeiro do sr. Oto Niemeyer e os seus opositores.	211
XXXIX — O caso do vigário de Santo Eustáquio.	217

	PÁG.
XL — O que está feito e o que se vai fazer	221
XLI — A etimologia é uma superstição .	229
XLII — A infecundidade literária da Aca- demia Brasileira de Letras	235
XLIII — Um livro oportuno do sr. Leonar- do Mota	239
XLIV — O sr. Arnon de Melo e “os sem trabalho da política”	245
XLV — “País a organizar”	251
XLVI — O preço da república na Espanha	259
XLVII — Afonso XIII e Primo de Rivera .	263
XLVIII — O conflito entre o Vaticano e o Quirinal	269
XLIX — O clero italiano contra Pio XI. .	275
L — O sr. Mussolini e a condenação de Michele Schirru	279

